




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

ERENILDA RODIGUES GOMES STELO

**AS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DO SUJEITO FEMININO EM SETE
DISCURSOS IMAGÉTICOS: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, EFEITOS DE
SENTIDO, ESTEREÓTIPOS, FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD), MEMÓRIA
DISCURSIVA E POSIÇÃO-SUJEITO**

Campo Grande/MS
2021

s	 <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL</p>
E.RODRIGUES GOMES	<p>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul</p> <p>ERENILDA RODRIGUES GOMES STELO</p>
AS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DO SUJEITO FEMININO EM SETE DISCURSOS IMAGÉTICOS: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, EFEITOS DE SENTIDO, ESTEREÓTIPOS, FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD), MEMÓRIA DISCURSIVA E POSIÇÃO-SUJEITO	<p>AS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DO SUJEITO FEMININO EM SETE DISCURSOS IMAGÉTICOS: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, EFEITOS DE SENTIDO, ESTEREÓTIPOS, FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD), MEMÓRIA DISCURSIVA E POSIÇÃO-SUJEITO</p>
2021	<p>Campo Grande/MS 2021</p>

ERENILDA RODRIGUES GOMES STELO

**AS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DO SUJEITO FEMININO EM SETE
DISCURSOS IMAGÉTICOS: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, EFEITOS DE
SENTIDO, ESTEREÓTIPOS, FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD), MEMÓRIA
DISCURSIVA E POSIÇÃO-SUJEITO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Linha de Pesquisa: Língua, Discurso e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosemere de Almeida Agüero

Campo Grande/MS
2021

S846r Stelo, Erenilda Rodrigues Gomes

As representações identitárias do sujeito feminino em sete discursos imagéticos: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos, formação discursiva (FD), memória discursiva e posição-sujeito / Erenilda Rodrigues Gomes Stelo.

– Campo Grande, MS: UEMS, 2021.
156p.

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2021.

Orientadora: Prof. Dr^a Rosemere de Almeida Agüero

1. Língua 2. Discurso 3. Sociedade I. Agüero, Rosemere de Almeida II. Título

CDD 23. ed. - 372.6

ERENILDA RODRIGUES GOMES STELO

**As representações identitárias do sujeito feminino em sete discursos
imagéticos: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos, formação
discursiva (FD), memória discursiva e posição-sujeito**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Linha de pesquisa: Língua, Discurso e Sociedade

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Rosemere de Almeida Agüero (Presidente).
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues (Membro).
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Gerson Bruno Forgiarini de Quadros
(Membro) - Instituto Federal do Rio Grande do Sul
(IFRS) – Campus de Bento Gonçalves

Prof. Dr^a Aline Saddi Chaves (Suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Anailton de Souza Gama (Suplente).
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Campo Grande/MS, 23 de agosto de 2021.

Dedico este trabalho aos meus pais, Evaldo e Benilda, meus filhos, Marcielli, Francielli e Bruno e ao meu esposo Adalberto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me capacitou para chegar até aqui, dando-me sabedoria e paciência para finalizar mais essa etapa de minha vida.

Aos professores da UEMS de Campo Grande/MS que tanto se empenharam para o meu crescimento intelectual.

À minha orientadora Professora D^a Rosemere Agüero, pelo auxílio e paciência conduzindo-me nesta caminhada, transmitindo saberes inestimáveis. Você estará sempre em meu coração.

Aos meus pais que sempre sonharam com esse momento e acreditaram em mim incentivando-me em todos os momentos. Amo vocês!

Aos meus filhos que acompanharam todo esse processo e que muitas vezes foram privados da minha companhia. Espero ser um incentivo para o crescimento intelectual de vocês e nunca desistam de lutar. Amo vocês!

Ao meu amor, companheiro de todas as horas, minha fortaleza, não tenho palavras para agradecer tanto amor e carinho em todos os momentos. Obrigada pelo seu apoio incondicional. Amo você!

Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade.

Simone de Beauvoir (1990, p. 34)

STELO, G.R.Erenilda. *As representações identitárias do sujeito feminino em sete discursos imagéticos: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos, formação discursiva e posição-sujeito*. 2021, 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS,2021.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar as representações identitárias sobre o sujeito feminino, por meio de um *corpus* constituído por discursos imagéticos produzidos e veiculados pela mídia impressa, durante os séculos XIX, XX e XXI. O objetivo do estudo é descrever e analisar as regularidades discursivas buscando evidenciar como o sujeito-feminino é representado nas discursividades em circulação, no âmbito do *corpus* analisado, durante as épocas mencionadas. Optar por discursos imagéticos extraídos de arquivos de propagandas e reportagens constitui-se em excelente opção de pesquisa para estudos em Análise do Discurso (AD), na medida em que proporciona a oportunidade de compreender os discursos em circulação, que assumem um valor cultural, veiculando ideologias e sentidos que atravessam os diversos campos sociais. Optamos por essa linha temporal, considerando que, a partir do século XIX, os sujeitos femininos começaram a vender a sua força de trabalho e, também, iniciaram as primeiras lutas pelo direito ao voto, melhoria das condições de vida e reconhecimento político e social. Del Priore (1997) descreve a trajetória do sujeito feminino no Brasil registrando que até chegar ao ambiente das fábricas e aos primeiros movimentos sociais, as práticas de sujeição e subordinação ao poder patriarcal sempre estiveram presentes. Entretanto, se a dominação e o controle se fizeram sentir, também é possível observar práticas de resistência e o protagonismo do sujeito feminino na sociedade. Considerando as condições de produção mencionadas, a pesquisa intitulada *As representações identitárias do sujeito feminino em sete discursos imagéticos: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos, formação discursiva (FD), memória discursiva e posição- sujeito* trata da representação identitária desse sujeito, pelo viés dos estudos discursivos. O *corpus* é constituído por 7 (sete) discursos imagéticos extraídos de *sites* da *internet*, analisados pelo viés da Análise do Discurso (AD), na perspectiva das teorias de Michel Pêcheux. Foram evidenciadas as condições de produção de emergência dos discursos, as posições-sujeito dos enunciadores a partir das formações discursivas (FD) nas quais se inscrevem, os efeitos de sentido instaurados e a existência de uma memória discursiva atravessando as discursividades. A análise do *corpus* revelou a existência de duas formações discursivas (FD1 e FD2) e duas posições-sujeito (PS1 e PS2). Ainda que as condições de produção sejam diferentes, o funcionamento discursivo dos discursos imagéticos 1, 2, 4 e 5 mostrou semelhanças. Deste modo, foram individuados na FD1 e PS1, pois são atravessados pela ideologia patriarcal dominante e por efeitos de sentido de submissão e assujeitamento. Nos discursos imagéticos 3, 6 e 7 a análise apontou o deslizamento de sentidos, instaurando efeitos de resistência do sujeito à ideologia dominante. Assim, os discursos foram individuados na FD2 e PS2. As análises mostraram, ainda, a existência da memória discursiva submetida a um duplo viés, que de um lado manteve a regularização dos sentidos, por meio do interdiscurso e, por outro, sofreu deslizamentos, em razão de irromper em novas condições de produção e em outra FD.

Palavras-chave: 1. Discurso imagético 2. Representação identitária 3. Efeitos de sentido 4. Posição-sujeito feminina 5. Memória Discursiva

STELO, G.R. Erenilda. *As representações identitárias do sujeito feminino em sete discursos imagéticos: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos, formação discursiva e posição-sujeito*. 2021, 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2021.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the identity representations about the female subject, through a corpus consisting of imagetic discourses produced and conveyed by the print media, during the 19th, 20th and 21st centuries. The aim of the study is to verify discursive regularities that help to show how the female subject is represented in the discourses in circulation, within the analyzed corpus, during the mentioned periods. Opting for imagery discourses extracted from advertising and reporting archives constitutes an excellent research option for studies in Discourse Analysis (AD), as it provides the opportunity to understand the discourses in circulation, which assume a cultural value, conveying ideologies and meanings that cut across different social fields. We chose this timeline, considering that, from the 19th century, female subjects began to sell their labor power and also began the first struggles for the right to vote, improvement of living conditions and political and social recognition. Del Priore (1997) describes the trajectory of the female subject in Brazil, noting that until reaching the factory environment and the first social movements, the practices of subjection and subordination to patriarchal power were always present. However, if domination and control were felt, it is also possible to observe resistance practices and the role of the female subject in society. Considering the aforementioned production conditions, the research entitled Identity representations of the female subject in seven image discourses: production conditions, meaning effects, stereotypes, discursive formation (DF), discursive memory and subject-position deals with the identity representation of this subject, by the bias of discursive studies. The corpus consists of 7 (seven) imagery discourses extracted from internet sites, analyzed through the Discourse Analysis (DA) perspective, from the perspective of Michel Pêcheux's theories. The conditions for the production of the emergence of discourses, the subject-positions of the enunciators from the discursive formations (DF) in which they are inscribed, the established effects of meaning and the existence of a discursive memory crossing the discourses were highlighted. The analysis of the corpus revealed the existence of two discursive formations (FD1 and FD2) and two subject-positions (PS1 and PS2). Although the conditions of production are different, the discursive functioning of imagery discourses 1, 2, 4 and 5 showed similarities. Thus, they were identified in FD1 and PS1, as they are crossed by the dominant patriarchal ideology and by the effects of a sense of submission and subjection. In imagery discourses 3, 6 and 7 the analysis pointed to the slippage of meanings, establishing effects of the subject's resistance to the dominant ideology. Thus, the speeches were individuated in FD2 and PS2. The analyzes also showed the existence of discursive memory subjected to a double bias, which on the one hand maintained the regularization of meanings, through interdiscourse and, on the other, suffered slippages, due to erupting in new conditions of production and in another FD.

Keywords: 1. Image discourse 2. Identity representation 3. Meaning effects 4. Female subject-position 5. Discursive memory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	19
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SUJEITO FEMININO NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX, XX E XXI	19
1.1 O silenciamento social e político das mulheres ao longo da História – séculos XIX, XX e XXI.....	19
1.2 O sujeito feminino pobre no Brasil, do século XIX e ao início do século XX.....	21
1.3 Os primeiros textos produzidos por mulheres e as ideologias presentes na sociedade da época.....	26
1.4 O cotidiano da mulher pobre e trabalhadora do início do século XX.....	31
1.5 O cotidiano feminino nas fábricas e os códigos estabelecidos nos espaços públicos para coibir a sexualidade feminina.....	40
1.6 O sujeito feminino e o trabalho na terra.....	46
1.7 O movimento feminista no Brasil.....	57
1.8 O sujeito feminino e a participação política nos movimentos sindicais do país	52
1.9 Os discursos e os estereótipos reproduzidos na sociedade brasileira do século XX e XXI.....	61
CAPÍTULO II.....	67
O DISCURSO MUDIÁTICO.....	67
2.1 O lugar da mídia na sociedade contemporânea.....	67
2.2. Como é construído o discurso midiático.....	69
2.3 O discurso da publicidade.....	71
2.4. As práticas discursivas da mídia.....	72

2.5 Patrick Seriot e a construção das identidades coletivas.....	75
CAPÍTULO III.....	77
O SUJEITO FEMININO NA ANÁLISE DE SETE DISCURSOS IMAGÉTICOS: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, EFEITOS DE SENTIDO, ESTEREÓTIPOS, FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD), MEMÓRIA DISCURSIVA E POSIÇÃO-SUJEITO.....	77
3.1 Michel Pêcheux e o nascimento da Análise do Discurso (AD)	78
3.2 Discursos imagéticos das gravuras 1,2 e 3: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos e memória discursiva.....	79
3.3 Discursos imagéticos das gravuras 1,2 e 3: formação discursiva (FD) e posição-sujeito.....	94
3.4 Discursos imagéticos das gravuras 4,5 e 6: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos e memória discursiva.....	99
3.5 Formação ideológica, formação discursiva, posições-sujeito e memória nas imagens 4,5 e 6.....	111
3.6 Discurso imagético da figura 7: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos e memória discursiva.....	115
3.7 Discurso imagético da gravura 7: formação discursiva (FD) e posição- sujeito.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	132

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	82
Figura 2	83
Figura 3	83
Quadro 1. Efeitos de sentido dos discursos imagéticos 1 e 2.....	96
Quadro 2. Individuação da FD1.....	96
Quadro 3. Efeitos de Sentido do Discurso imagético 3.....	97
Quadro 4. Individuação da FD2.....	97
Quadro 5. Posição-sujeito dos discursos imagéticos 1 e 2.....	98
Quadro 6. Posição-sujeito do discurso imagético 3.....	98
Figura 4	99
Figura 5	100
Figura 6	100
Quadro 7: Formação Ideológica (FI) e Formação Discursiva (FD)	111
Quadro 8: Efeitos de Sentido dos Discursos Imagéticos 4 e 5.....	112
Quadro 9: Individuação dos discursos imagéticos 4 e 5.....	113
Quadro 10: Individuação do Discurso imagético 6.....	113
Quadro11: Posição-sujeito na qual se inscreve os discursos imagéticos 4 e 5.....	113
Figura 7	115
Quadro 12:Posição-sujeito na qual se inscreve o Discurso imagético 6.....	120
Quadro 13:Individuação do Discurso imagético 7	120
Quadro 14:Posição-sujeito na qual se inscreve o discurso imagético 7.....	120

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil o sujeito feminino sempre foi desvalorizado e o seu papel na sociedade restringiu-se, por muitos séculos, a gerar filhos e cuidar da casa e do marido. A mulher brasileira, em sua trajetória histórica, sempre esteve rodeada de discriminação no âmbito familiar e social, protagonizando papéis menos relevantes.

No decorrer dos séculos, o sujeito feminino ganhou espaço, mas antes de analisarmos a que custo isto se deu e se ainda há algum tipo de discriminação, vamos entender o que é a mulher sob o olhar de Beauvoir (1970):

Mulher é o segundo sexo, o Outro do homem, um ser com um caráter determinado, um lugar e funções rigidamente delimitadas. A mulher foi e permanece de forma negativa, um conceito extremamente cansativo construído e expresso nas leis, nos costumes, nas casas, nas famílias, no espaço público, nas políticas, na sexualidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 09)

A categoria do “*Outro*” beavoriano é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro, conforme a autora . Ou seja, a mulher seria o outro quase insignificante, aquela que acompanha o homem em seu cotidiano, mas não possui os mesmos direitos e lugar na sociedade.

Sabe-se que desde as primeiras civilizações, tanto homens quanto mulheres possuem papeis diferentes na sociedade e a mulher sempre ocupou uma posição de subordinação em relação ao homem, mas historicamente existem várias situações que permeiam a resistência e o protagonismo da mulher na sociedade.

Ribeiro (2020) relata que as mulheres protagonizaram papeis contrários à imposição e estereótipos sociais menos relevantes. Esses papeis sempre estiveram relacionados a uma visão partidária do universo feminino, fazendo assim um elo com o papel de submissão, servidão e ausência de protagonismo.

Historicamente a mulher era percebida como um ser frágil, aquela que necessitava de cuidados, de proteção e controle. Louro *et al*, (2006, p. 443 *apud* Del Priore, 1997, p. 302) destacam que a ideologia corrente na sociedade era a de que qualquer atividade que a mulher realizasse fora do âmbito doméstico poderia causar sérios danos à sua imagem. O trabalho realizado pelas mulheres nas fábricas, comércios ou escritórios, mesmo sendo indispensável para a sobrevivência, devia ser exercido em conformidade com os trabalhos e deveres domésticos, com o papel de mãe e dona-de-casa.

Discorrendo sobre a história da mulher, Del Priore (1997) descreve a trajetória histórica do sujeito feminino no Brasil registrando que, desde as sociedades tribais, no período Colonial, até chegar ao ambiente das fábricas e aos primeiros movimentos sociais, no século XX, as práticas de sujeição e discriminação sempre estiveram presentes no seu cotidiano.

Relegado ao segundo plano, desde o período Colonial, o sujeito feminino, ao longo da história brasileira, teve que empreender uma longa trajetória a fim de se ajustar e, em certos momentos, superar as práticas de subjugação e autoritarismo impostas pelo modelo patriarcal de sociedade. A submissão ao poder masculino, representado pelo marido e pela Igreja, atravessou vários séculos da História brasileira chegando ao século XIX, período em que, para a grande maioria das mulheres, o acesso a todos os tipos de direitos era praticamente inexistente. Com raras exceções, foram séculos de repressão feminina ao mundo doméstico, à criação dos filhos e ao contentamento do marido.

No final do século XIX e início do século XX, o sujeito feminino pertencente à classe mais pobre começou a inserir-se no mercado de trabalho para ajudar na manutenção da casa e da família. As péssimas condições de trabalho, a carga horária abusiva, o assédio sexual, a falta de higiene nas fábricas, a falta de reconhecimento, ao lado de tantas outras situações vivenciadas começaram a fazer parte do seu cotidiano.

Foram nessas condições sociais e econômicas que o sujeito feminino pobre atravessou o século XIX e chegou ao século XX, cercado por uma moralidade oficial que o distanciava do verdadeiro papel que representava na sociedade capitalista, vivendo pressionado por um grande dilema entre o dever moral e a necessidade de sobreviver.

Considerando as condições de produção mencionadas e a temática da construção identitária do sujeito feminino, esta pesquisa foi constituída pelo viés do discurso em circulação nas épocas mencionadas.

A escolha dessa temática é uma opção de pesquisa interessante para um estudo em Análise do Discurso (AD), na medida em que proporciona a oportunidade de compreender os discursos em circulação na sociedade brasileira, em

determinada época, que assumem um valor cultural, veiculando ideologias e sentidos que atravessam os diversos campos da sociedade.

Inicialmente, estamos realizando pesquisas bibliográficas que visam elucidar as condições sócio-histórico-ideológicas de emergência de certos discursos sobre o sujeito feminino na sociedade do século XIX, XX e XXI. Na sequência, tratamos das práticas discursivas da mídia na produção de subjetividades. Em seguida, analisamos sete discursos imagéticos (três do século XIX, três do século XX e um do século XXI) selecionados, considerados como acontecimentos, em razão da época em que foram divulgados.

A análise desses discursos reveste-se de importância para a AD, porque instauram sentidos e propõem modelos a serem seguidos pelos sujeitos, refletindo valores presentes na sociedade em determinada época. Tais sentidos acabam fazendo parte da representação coletiva da sociedade, constituindo um consenso que afeta os sujeitos em suas constituições identitárias, a partir da necessidade de pertencerem a um grupo.

O *corpus* deste estudo é, portanto, constituído por textos verbais representados através de propagandas e imagéticos coletados da internet dos sites sites.google.com, pordentrodomundodascelulas, cultura.uol.com.br, twitter.com, roberta carrilho, selecionados, pois entendemos como Courtine ([1981], 2009, p. 115) que o corpus discursivo é “[...] um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise.” Deste modo, o *corpus*, no âmbito desta pesquisa, foi construído de acordo com as tomadas de posição da analista, no decorrer das análises.

As sete figuras coletadas foram analisadas com base na AD, a partir da voz teórica de Michel Pêcheux. Pelo viés da AD, o discurso é o nosso objeto teórico e o compreendemos conforme teoriza Pêcheux ([1969] 2010, p.

82) como “um efeito de sentidos entre os pontos A e B”, entendendo-se A e B como interlocutores do processo discursivo.

A metodologia foi estabelecida ao longo do processo de análise, e incluiu necessariamente os seguintes procedimentos: 1. fechou-se o espaço discursivo a partir da escolha do arquivo de análise e dos recortes selecionados; 2.

examinou-se as condições de produção dos discursos - em sentido *estrito* e *amplo*, conforme teoriza Orlandi (2001); 3. Observou-se os efeitos de sentido instaurados nas práticas discursivas, considerando as formações ideológicas que as atravessam; 4. Individuamos as FDs; 5. Identificou-se a posição-sujeito em cada discurso imagético analisado, e; 6. Verificou-se a existência de traços da memória discursiva, tanto como espaço de repetição (interdiscurso), como de deslizamentos de sentidos.

As questões de pesquisa que nortearam este estudo foram as seguintes:

- a) os discursos imagéticos analisados se inscrevem na mesma FD?
- b) Quais efeitos de sentido podem ser depreendidos nos discursos imagéticos analisados?
- c) Os sujeitos discursivos que irrompem nas discursividades constituem uma única PS?
- d) A memória discursiva evidencia o interdiscurso (funcionando como espaço de repetição de estereótipos) ou também verifica-se o deslizamento de sentidos?
- e) Nos discursos imagéticos analisados é possível apreender a existência de discursos e modelos identitários estereotipados?

A nossa hipótese é que a sociedade do século XIX e XX cria estereótipos em torno da imagem do sujeito feminino, que chegam ao século XXI por meio da memória discursiva dos sujeitos.

O conceito de *imagem*, neste aspecto, diz respeito às formações imaginárias, compreendidas por Pêcheux (2010a, p. 81-2) como mecanismos de funcionamento discursivo. Tratam-se de lugares representados e transformados pelos sujeitos nos processos discursivos, de acordo com a imagem que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro na estrutura social. Colocadas em jogo durante os processos discursivos, essas imagens representam as posições sociais de onde os sujeitos falam, sendo responsáveis por uma série de efeitos de sentidos que irrompem em seus discursos.

O objetivo geral do estudo é analisar como o sujeito-feminino é representado nos textos imagéticos e verbais veiculados em diferentes épocas e em determinadas condições de produção, observados a partir das sequências discursivas (SD) recortadas, das FD nas quais os sujeitos se inscrevem e das

PS com as quais se identificam. Buscaremos problematizar os efeitos de sentido que atravessam as discursividades, verificando a existência ou não de estereótipos atravessando as enunciações, irrompendo pelo viés da memória discursiva dos sujeitos.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, tratamos da Trajetória histórica do sujeito feminino no Brasil, nos séculos XIX, XX e XXI. No segundo capítulo discorreremos sobre os discursos em circulação na sociedade e sobre papel da mídia como um importante mecanismo de construção de discursos e circulação de sentidos, uma vez que propõe padrões de comportamento, ideologias e representações de modelos sociais.

Abordar o discurso da mídia em circulação, neste capítulo, é uma opção feita em decorrência de termos selecionado textos de propagandas, em cujas materialidades se entrecruzam a linguagem verbal e imagética. No capítulo trataremos, ainda, dos principais pressupostos teóricos da AD que subsidiarão nossas análises e da questão da construção discursiva das identidades.

No terceiro capítulo serão desenvolvidas as análises. O corpus desta pesquisa está constituído por sete discursos extraídos da mídia, cujas temáticas abordam questões sobre o sujeito feminino e os estereótipos criados em torno de sua imagem. Esperamos, ao final deste trabalho, contribuir para os estudos em AD no âmbito da temática aqui tratada.

CAPÍTULO I

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SUJEITO FEMININO NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX, XX E XXI

Neste capítulo trato da trajetória histórica do sujeito feminino no Brasil, nos séculos XIX, XX e XXI para fazer um contraponto entre as propagandas imagéticas até os dias atuais.

Início mencionando o silenciamento social e político das mulheres ao longo da história, demonstrando a sua desvalorização e o seu papel na família e no restante da sociedade. Em seguida, descrevo a situação social do sujeito feminino que vivia em situação de pobreza, ressaltando a divisão do trabalho, sempre desfavorável a ela. Na sequência discorro sobre os primeiros textos produzidos por mulheres e as ideologias produzidas na sociedade da época, momento em que o papel social do sujeito feminino começa a ser redefinido. Trato, também, do cotidiano feminino nas fábricas e dos códigos estabelecidos em torno da sexualidade feminina nos espaços públicos. Abordo a questão do trabalho feminino na terra e a dupla jornada de trabalho que envolvia essa rotina. Em seguida, apresento o movimento feminista no Brasil, salientando a luta por igualdade entre homens e mulheres. Trato, também, da participação política do sujeito feminino nos movimentos sindicais do país e, por fim, dos discursos e estereótipos reproduzidos na sociedade brasileira do século XX e XXI.

1.1 O silenciamento social e político das mulheres ao longo da História – séculos XIX, XX e XXI

Podemos observar ao longo da história que a mulher sempre foi desvalorizada e o seu papel na sociedade, durante os últimos séculos, restringiu-se a gerar filhos e cuidar da casa e do marido.

Desde os tempos bíblicos as mulheres eram excluídas em várias situações. Os homens impunham sua autoridade sobre as mulheres, fazendo parecer que eram mais capazes e inteligentes.

Na Bíblia Sagrada, no livro de João 8: 1 – 11, encontramos a história da mulher adúltera, relatada pelo apóstolo João, levada até Jesus por escribas e fariseus para que fosse apedrejada, segundo a lei de Moisés. Nota-se que em

nenhum momento o homem é conduzido juntamente com a mulher adúltera, tampouco é citado sequer uma vez. As sanções ao sujeito masculino são praticamente desconhecidas nas histórias bíblicas, o que demonstra claramente a posição social de desvalorização que o sujeito feminino ocupava na sociedade da época.

Segundo Perrot (2007), em algumas sociedades, quer seja oriental ou ocidental, a mulher era imperceptível e o silêncio era algo que vinha da “ordem natural” das coisas.

Lu Dias (2013) em uma pesquisa exposta em seu *blog* “Vírus da Arte & Cia” menciona a existência de um livro com leis rigorosas chamado “O Código de Manu”, que incluía leis que não favoreciam as mulheres.

O Código de Manu foi escrito em Sânscrito e é tido como a legislação mais antiga da Índia, tendo como principal objetivo evitar o caos na sociedade. Manu foi um personagem mítico, considerado “Filho de Brahma e Pai dos homens” e no Código há uma série de ideias sobre valores morais, verdade, justiça e respeito. Nos artigos 471 e 472 do Código havia autorização para o *conúbio* (ligação carnal da esposa com um cunhado ou com outro parente), desde que o sujeito em questão procurasse a mulher discretamente, à noite.

Segundo legisladores e historiadores, o *Código de Manu* não teve a mesma importância do *Código de Hamurabi* (escrito durante a antiga Mesopotâmia) ou do *Código Mosaico* (de Moisés), pois apenas marcou a evolução da cultura jurídica. Nele, a testemunha era avaliada segundo sua posição social, de modo que a mulher só podia depor nos processos contra outras mulheres ou quando não houvesse nenhum outro tipo de prova. O *Código de Manu* estabelecia diretrizes sobre o comportamento social feminino, conforme pode-se observar:

[...] Mulheres devem prestar testemunho para as mulheres. Uma mulher está sob a guarda de seu pai durante a infância, sob a guarda do seu marido durante a juventude, sob a guarda de seus filhos em sua velhice; ela não deve jamais conduzir-se à sua vontade (CÓDIGO DE MANU, *apud* Lu Dias, 2013, p. 01).

Corroborando o fato de a mulher não ter direitos iguais, em relação ao homem e tratando-a na perspectiva de um ser inferior, Belov (2007, p. 1) menciona que o homem deve ser o governante, pois a mulher é a parte mais fraca de um

casamento. Afirma também que pelo fato de a mulher ser mais fraca o pai deve ser mais amado do que a mãe:

Para que haja ordem nas famílias humanas, uns terão que ser governados por outros, que por sua vez, são mais inteligentes. Então a mulher fica em desvantagem por ser mais fraca quanto ao vigor de sua alma e força física. Esta deve se sujeitar ao homem. Por este motivo o pai deve ser mais amado que a mãe e mais respeitado também, pois a sua participação na constituição da família é ativa e a da mãe é passiva. Portanto prevalecerá a voz do pai (BELOV, 2007, p. 1).

As ideias de Belov (2007) foram aceitas durante muito tempo como verdade universal, servindo como justificativa para que o sujeito feminino fosse oprimido e considerado objeto pelo sexo masculino, ao longo dos séculos, sem ter direito algum.

A submissão da mulher ao homem no decorrer da história é compreendida por Toledo (2008) como lutas que ocorrem no âmbito das sociedades de classe que têm no homem o agente dessa opressão. Segundo o autor, essa opressão só poderia ser resolvida através do rompimento econômico vigente, por meio de uma luta que só poderia acontecer com o enfrentamento de fatores decisivos como crenças, valores, culturas, etc.

Passando das sociedades orientais para o Brasil observamos que também aqui a história das mulheres é atravessada por marcas de opressão. Del Priore (1997) descreve essa trajetória histórica registrando que, desde as sociedades tribais, no período Colonial, até chegar ao ambiente das fábricas e movimentos sociais, no século XX, as práticas de sujeição se fizeram presentes na sociedade brasileira. Nas seções que se seguem trataremos um pouco dessa trajetória histórica.

1.2 O sujeito feminino pobre no Brasil, do século XIX e início do século XX

Relegada ao segundo plano desde o período Colonial, o sujeito feminino, ao longo da história brasileira, teve que empreender uma longa trajetória a fim de se ajustar e, em certos momentos, superar as práticas de subjugação e autoritarismo impostas pelo modelo patriarcal de sociedade que por muito tempo perdurou no Brasil.

A submissão ao poder masculino, representado pelo marido e pela Igreja, atravessou vários séculos da História brasileira, perdurando por todo o período Colonial, atravessando o Brasil escravocrata até chegar ao século XIX, período em que, para a grande maioria, o direito à educação era praticamente inexistente. Com raras exceções, foram séculos de aprisionamento feminino ao mundo doméstico, à criação dos filhos e à satisfação do marido.

As mulheres que conseguiam atingir um certo grau de instrução, no final do século XIX, eram destinadas a um mundo totalmente privado, sem acesso ao mundo político, social, cultural e econômico.

Em relação à divisão do trabalho, Rago *et al* (2006, p. 472 *apud* Del Priore, 1997, p.472) destacam que as mulheres sofriam, pois lhes sobravam as tarefas menos profissionais e mal remuneradas. As péssimas condições de trabalho, a carga horária abusiva, o assédio sexual, a falta de higiene nas fábricas e tantas outras situações vivenciadas, eram anunciadas pela imprensa operária, porém nenhuma mudança era realizada. Não havia, na época, uma legislação específica para que essas mulheres pudessem reivindicar ou mesmo que as protegesse.

Louro *et al* (1995, p. 180 *apud* Priore, 1997, p. 371) também destacam que durante o século XIX, em decorrência da modernização da sociedade, pensou-se em oferecer oportunidade de formação à mulher. Foram então criadas as escolas normais para ambos os sexos, porém as aulas ocorriam em salas separadas. A ideia era formar professores e professoras, contudo, no período, formou-se mais mulheres do que homens.

As críticas a essa iniciativa foram inevitáveis, pois, na época, a sociedade considerava as mulheres despreparadas e portadoras de cérebros pouco desenvolvidos para ensinarem as crianças. Entretanto, havia opiniões favoráveis afirmando que as mulheres eram mais indicadas para educar as crianças, pois tendiam a assumir a aceitar mais facilmente o que lhes era proposto.

Embora as mulheres da época tenham conquistado espaço na educação de crianças, os homens é que continuavam ocupando os cargos de inspetores e diretores, demonstrando assim que o sujeito feminino ainda ocupava uma posição subalterna na estrutura social.

Conforme relatam Rago *et al* (2006, p. 97 *apud* Priore, 1997, p.3 73) os médicos e higienistas da época diziam que o trabalho da mulher fora de casa poderia trazer a desagregação da família:

Como as mulheres que passavam a trabalhar durante o dia inteiro, ou mesmo parcialmente, poderiam se ocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos? O que seria de nossas crianças, futuros cidadãos da pátria, abandonados nos anos mais importantes de formação do seu caráter? [...] (RAGO *et al*, 2006, p. 98 *apud* PRIORE, 1997 p.588).

A partir da citação, observa-se que era dever unicamente da mulher cuidar da casa, dos filhos e dos afazeres domésticos, enquanto ao homem cabia sustentar a família e dedicar-se aos trabalhos externos. Era essa a divisão de papéis estabelecidos pela sociedade patriarcal.

A sociedade não permitia, portanto, que as mulheres ocupassem mais espaço na esfera pública para não haver concorrência nas estruturas de poder patriarcal, por isso os discursos em circulação eram que o lugar da mulher devia ser em casa, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, pois ali ela seria mais útil.

Esse lugar social estabelecido pela sociedade do século XIX às mulheres se estendia também às relações de trabalho. Observando a relação entre mão de obra feminina, no século XIX, e a pobreza fica evidente a situação generalizada da mulher ocupando os piores postos de trabalho, obtendo a menor remuneração e sendo vinculada às atividades informais. É importante observar que, mesmo hoje, na sociedade do século XXI o sujeito feminino trabalhador é mais sujeito às oscilações do mercado de trabalho, estando mais exposto às demissões e ao trabalho no setor informal da economia. Ao mesmo tempo, na sociedade brasileira, é a mulher quem ainda assume as funções domésticas e a criação dos filhos na maioria das famílias, ocupando um lugar subalterno ao do namorado ou companheiro.

Para Fernandes (2020), o pensamento de que a mulher era submissa à figura masculina, quer seja no lar ou em outros lugares, não é recente e nasceu de um preconceito muito comum existente desde o período medieval e da ideia de associar sua imagem ao pecado, conforme pode-se observar a seguir:

Costumamos ter a visão de que, no mundo medieval, a mulher era submissa à figura masculina, quer no lar, quer fora dele, isto é, nos trabalhos realizados nas cidades ou no campo ou ainda nas esferas eclesiásticas. Essa ideia nasceu de um preconceito muito comum: o de se achar que, por ter sido uma sociedade orientada pela religião cristã católica, a figura da mulher estaria diretamente associada ao pecado, seja pela

narrativa do Gênesis, em que se tem Eva como aquela que induz Adão a pecar, seja pelo corpo feminino, que poderia levar à concupiscência e à luxúria (FERNANDES, 2020, p. 1).

O autor salienta, entretanto, que a igreja católica desde suas raízes nunca atribuiu posição de inferioridade à mulher ou de detenção do pecado em relação ao homem. Afirma também que o cristianismo compreende que o ser humano, tanto homens quanto mulheres, estão expostos ao mal.

Voltando ao lugar social ocupado pelo sujeito feminino no século XIX, observamos que a mulher da classe pobre chegou ao final daquele período cercada por uma moralidade oficial que dissimulava a sua realidade miserável, vivendo pressionada por um grande dilema entre o dever moral e a privação, pois conforme afirma Fonseca *et al* (1984 p.76 *apud Del Priore*, 1997, p. 433) o salário mísero, insuficiente e minguado só poderia suprir as necessidades da família de forma milagrosa.

No entanto, se quisesse ajudar nas despesas da família, ela precisava arriscar-se a passar pelo sentimento de vergonha pública, pois ao invés de ser considerada trabalhadora e esforçada tinha que defender sua reputação contra um possível assédio sexual, prática bastante comum e ignorada pela sociedade da época.

Deste modo, apesar de ajudar financeiramente na manutenção do lar, a mulher do final do século XIX foi silenciada, uma vez que seu trabalho e ajuda financeira eram considerados meros complementos à renda do marido. Assim, o valor do trabalho feminino era minimizado, chegando a ser nomeado socialmente como “serviços gerais” ou “trabalho honesto”.

Fonseca *et al* (1984, *apud Priore*, 1997) mencionam, ainda, a situação de extrema pobreza de grande parte das famílias no Brasil do século XIX. Segundo os autores, “no final do século XIX, descobriu-se o surgimento de cortiços em praticamente todas as cidades brasileiras. Os cortiços eram casas consideradas como o que existia de pior como moradia brasileira” (FONSECA *et al* 1984, *apud PRIORE*, 1997, p. 434).

Nos cortiços moravam, em média, até três pessoas por cômodo. Eram moradias insalubres e sem quaisquer condições sanitárias. Em consequência, as doenças proliferavam-se. As pessoas que habitavam os cortiços eram consideradas a escória da sociedade e eram vítimas da exploração através da cobrança de

aluguéis abusivos. A pobreza dos casebres e o descaso com as mulheres que moravam no local, até mesmo em porões, ficava evidente quando oficiais de justiça voltavam de uma apreensão judicial e descreviam a situação deplorável em que elas viviam.

Fonseca *et al* (1969, p. 169 *apud* Del Priore 1997, p. 440) mencionam que, durante o século XIX, quando uma mulher viúva pretendia casar-se novamente era obrigada a renunciar à herança e ao direito de ficar com os filhos. As autoras salientam que apesar de não serem sujeitas às mesmas circunstâncias legais, muitas mulheres decidiam mandar os filhos para outras famílias criarem, evitando, assim, uma tensão entre padrasto e o enteado.

Conforme relatam os autores, a lei não reconhecia o direito da mulher viver com outro homem, mesmo que ela estivesse em situação de abandono.

A união que apresentava essas características era chamada de amancebamento, que significava viver em concubinato. A mancebia de acordo com os autores, “era condenada, e a mulher amancebada, considerada como ‘sem moral’” (FONSECA *et al* (1969, p. 169 *apud* DEL PRIORE 1997, p. 440)

De modo geral, os homens do período faziam uso do argumento da mancebia como estratégia para ficar com os filhos de suas ex-companheiras. Deste modo, a mulher era silenciada todas as vezes que pretendia lutar pelos seus direitos, seja reivindicando reconhecimento pelo trabalho, a conservação dos próprios bens ou a permanência dos filhos junto de si. As autoras ainda salientam que,

Os pecados imputados à mulher pelos advogados de seu marido, em muitos casos, não eram mais do que a prática cotidiana da massa de trabalhadoras. Na realidade, temos a impressão de que se sabia dessas práticas e tolerava-as no dia a dia. Porém, a “moralidade oficial” agia como arma de reserva para certas categorias de indivíduos – burgueses e/ou homens – estigmatizar outra – pobres e/ou mulheres – na hora do conflito (FONSECA *et al* 1984, p. 77, *apud* DEL PRIORE, 1997, p. 440).

No século XIX, a descrição de mulher pobre, seu trabalho e trajetória familiar terminavam sempre na condição de “mulher decaída”. A perspectiva moral da época, conforme afirmam as autoras, envolvia uma mistura de imagens: a mãe piedosa da igreja, a mãe educadora do Estado positivista, a esposa companheira da família, dentre outras. Todas essas imagens, entretanto, eram direcionadas para a pureza sexual, a virgindade da moça e a castidade da mulher.

O sujeito feminino para ser considerado “honesto” precisava casar-se. Se o marido descobrisse que a moça não era virgem, o Código Civil previa a anulação do casamento. No entanto, por mais que a mulher tivesse boa conduta ou que fosse socialmente reconhecida como honesta, mantendo a abstinência completa dos prazeres do amor depois de separar-se, o marido podia tentar mostrar, por outros meios, que sua ex-companheira era “moralmente despreparada para criar seus filhos, pois a mulher estaria exposta à contaminação moral” (FONSECA et al (1969, p. 169 *apud* DEL PRIORE 1997, p. 440). Segundo as autoras,

[...] nas disputas travadas entre esposos pela guarda de uma menina, a quase obsessão pela “pureza” das filhas moças passa a ser uma arma por excelência masculina. O descompasso entre a moralidade oficial e a realidade agia ainda de outra forma para fazer vítimas entre mulheres pobres: promovia, entre as mais ingênuas, a convicção de que se não podiam ser santas, só lhes restava ser putas (FONSECA et al 1984 p.78 *apud* DEL PRIORE,1997, p.445).

Deste modo, as mulheres pobres e de baixo nível escolar não tinham muitas opções no mercado de trabalho, restando-lhes a prostituição como última alternativa de sobrevivência. Neste aspecto, Gilfoyle et al (1992) mencionam que “Os Historiadores e antropólogos têm demonstrado repetidamente que, para a mulher jovem e bonita, em tais circunstâncias, a prostituição soa como opção nada desprezível” (GILFOYLE, et al 1992. p. 69 *apud* DEL PRIORE, 1997, p. 445).

Assim, o cotidiano do sujeito feminino no século XIX, principalmente de mulheres pobres, era envolto por situações de segregações, cerceamento e discriminação. O silenciamento das vozes femininas, tanto no contexto político como no social, era uma prática constante e comum que subsistiu na sociedade brasileira até meados do século XX.

Na seção que se segue trataremos dos primeiros textos produzidos por sujeitos femininos no Brasil e das ideologias presentes na sociedade da época.

1.3. Os primeiros textos produzidos por mulheres e as ideologias presentes na sociedade da época

Telles et al (1987) relatam que no século XIX já se iniciava uma mudança no público leitor brasileiro, momento em que o número de leitores tornou-se muito maior sendo composto, em grande parte, por mulheres burguesas. Naquele momento o

papel da mulher começou a ser redefinido uma vez que “Na nova figuração que definiu o indivíduo como o entendemos hoje, foi redefinido também o papel da mulher, dos nativos do mundo não-europeu e de outras culturas” (TELLES *et al* 1987, *apud* PRIORE, 1997, p. 337).

A partir dessa nova configuração, o sujeito feminino passa a ser visto de acordo com o relato que se segue:

A mulher passou a ser a ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o anjo do lar. Ou o oposto, as mulheres fatais e as decaídas. Sem dúvida, tanto anjo/perversa quanto “bom selvagem”/selvagem traiçoeiro eram tipos ideais sem correspondência no vivido. A cultura burguesa se fundava em binarismos e oposições tais como natureza/cultura, pai/mãe, homem/mulher, superior/inferior, que relacionam em última instância a mulher com o outro, a terra, a natureza, o inferior a ser dominado ou guiado pela razão superior e cultura masculina (TELLES *et al* 1987 não paginado *apud* PRIORE, 1997, p.337).

Percebe-se, por meio da afirmação das autoras, que esse discurso traz uma definição de sujeito na condição de mãe, instaurando a imagem de um ser sensível e delicado, uma “força do bem”. Porém, se o sujeito feminino entrasse em alguma demanda e quisesse se apossar de algo forçosamente era chamada de “potência do mal”.

A sociedade, assim, avaliava o sujeito feminino apenas de duas maneiras: ou era de boa índole ou pervertida. Esta era a ideologia da época e este pensamento determinava a cultura vigente.

Embora vivessem em uma sociedade patriarcal regulada por princípios moralistas, as mulheres não ficaram de braços cruzados e começaram a escrever e publicar textos, tanto na Europa quanto nas Américas. É o que afirmam Telles *et al* (1987) a seguir:

Mesmo assim, foi a partir dessa época que um grande número de mulheres começou a escrever e publicar, tanto na Europa quanto nas Américas. Tiveram primeiro de aceder à palavra escrita, difícil numa época em que se valorizava a erudição, mas lhes era negada educação superior, ou mesmo qualquer educação a não ser a das prendas domésticas; tiveram de ler o que sobre elas se escreveu, tanto nos romances quanto nos livros de moral, etiqueta ou catecismo (TELLES *et al*, 1987, *apud* DEL PRIORE, 1997, p. 337).

No ano de 1808, algumas reformas foram trazidas pela Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Dentre elas, constavam a abertura dos portos e o comércio

livre, o que colaborou para que a independência fosse proclamada em 1822. Nas cidades, novos hábitos e mudanças se instauraram e foram impostos à sociedade local.

Aos poucos, como relatam Telles *et al* (*Idem*, p. 338), “o público consumidor de espetáculos e livros se ampliou. Romances e novelas franceses e ingleses do século XVIII e a nova moda dos folhetins finalmente chegaram ao Rio de Janeiro.”

Em 1820, a situação já havia avançado e a cidade de Recife, que era um centro cultural muito importante, agora era considerada não só o primeiro centro açucareiro do Reino Unido, mas, também, o grande centro editorial, situação que permaneceria nos séculos subsequentes.

Discorrendo sobre esse processo de desenvolvimento, Saffioti (1976, p. 104) ressalta que a Constituição de 1823 já dava indicações de proporcionar às mulheres instrução, dando a elas a oportunidade de adquirirem conhecimentos e se qualificarem. Entretanto, era uma realidade muito desafiadora e encaminhar toda essa reforma levaria tempo e demandaria muita discussão. A respeito dessa questão, Saffioti (*Idem*) declara:

As tendências liberais da Constituição de 1823 seriam, entretanto, sufocadas pela dissolução da Assembleia e a Constituição outorgada em março de 1824 pelo Imperador do Brasil menciona apenas: «A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos» e «Colégios e Universidades» onde serão ensinados os elementos das ciências, belas-artes». (SAFFIOTI, 1976, p. 104).

Deste modo, a proposta relacionada à educação nacional seria uma missão árdua que os deputados eleitos para a legislatura de 1826 teriam que apresentar para possível aprovação.

Apesar dos poucos avanços na área educacional, algumas escritoras se destacaram no período, dentre elas podemos citar Nísia Floresta Brasileira Augusta, que na verdade se chamava Dionísia de Faria Rocha.–Telles *et al* (*apud* Del Priore 1997, p. 338) relatam que Dionísia passou por muitas dificuldades financeiras, mesmo assim, no ano de 1832, publicou “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”. Nesse livro, ela empresta de Mary Wollstonecraft ideias para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira, denunciando o rótulo ideológico criado pelos homens de que a mulher foi feita para procriar, nutrir os filhos e cuidar

da casa e do marido. O livro contém palavras de indignação e repúdio contra esse pensamento.

A obra escrita por Nísia Floresta teve grande repercussão na época e foi mencionado, até o final do século XIX, por outras escritoras. Com esta obra, Nísia encorajou e tornou-se referência para a gaúcha Ana Eufrosina de Barandas, no ano de 1836, que escreveu *Ramalhete ou flores escolhidas no jardim da imaginação*, publicado no ano de 1845. Nessa obra, suas ideias eram semelhantes às de Nísia.

Ana Barandas era envolvida em ações políticas no século XIX. As mulheres que participavam de ações dessa natureza não eram bem vistas pela sociedade brasileira que as via como incapazes. Conforme Telles *et al* (1984) a ideologia corrente era que,

As interpretações literárias das ações das mulheres armadas, em geral, denunciam a incapacidade feminina para a luta, física ou mental, donde concluem que as mulheres são incapazes para a política, ou que esse tipo de ideia é apenas diversão passageira de meninas teimosas que querem sobressair (TELLES *et al*, 1984, *apud* DEL PRIORE, 1997, p.340).

Deste modo, as mulheres eram excluídas de participar de maneira mais efetiva na sociedade, não podendo ocupar cargos públicos, posicionarem-se politicamente e tampouco ter segurança financeira advinda de seu esforço e trabalho. O acesso à educação superior também era negado a elas.

No século XIX elas ficavam trancadas dentro de casa, nas senzalas, sobrados, enfim, em lugares construídos por homens para mantê-las reclusas. Viviam, ainda, imersas e pesarosas por serem vítimas das histórias fictícias masculinas. Deste modo, a mulher, tinha que se adequar a uma situação imposta a ela. Neste aspecto, as representações literárias construídas sobre a mulher da época podem ser compreendidas como “encarnações textuais da cultura que as gera” (TELLES *et al*, 1984, *apud* DEL PRIORE, 1997, p. 341). Em outras palavras, são fruto da ideologia presente na sociedade. Telles *et al* (*Idem*) destacam, ainda, que mesmo sendo excluídas do processo de criação cultural, a mulher também serviu de espelho mágico entre o artista e o desconhecido, tornando-se musa inspiradora e criatura.

No início do século XX houve muitas mudanças nas questões sociais e econômicas na Europa ocidental, o que acabou afetando o mundo. O século XX foi considerado um século difícil para as classes trabalhadoras europeias, para as

mulheres e para os colonizados. Esse período ficou marcado pelo surgimento do Socialismo, de movimentos sociais como o feminismo, assim como pelo movimento sufragista. Mesmo assim, as produções literárias femininas não foram poucas, indo de textos em jornais até romances (*Idem*, p.342).

Hilst *et al* (1991, *apud* Priore 1997, p. 342) relatam que para conquistar o espaço escrevendo livros essas mulheres tiveram que passar por um período longo e muito difícil no Brasil. Essa afirmação é tão verdadeira que ainda vemos e ouvimos a escritora brasileira contemporânea Hilda Hilst dizer que escrever é uma atividade que requer muito esforço e determinação. De modo geral, em seus livros as mulheres escreviam poemas, poesias e romances.

Destacou-se nesse período a escritora Narcisa Amália que se consagrou a temas como a independência e o feminismo, além de tratar da liberdade educacional e artística da mulher. Essa escritora, tornou-se famosa no país inteiro ao publicar em 1872, várias críticas relacionadas aos ideais liberais.

Telles *et al* (1984, *apud* Priore, 1997, p.353) relatam que as obras produzidas por homens, nesse período, eram julgadas com critérios diferentes dos utilizados para criticar as obras das mulheres. Segundo as autoras:

[...] para esses críticos as escritoras deveriam permanecer no “seu lugar”; aquele lugar que lhes era atribuído e se situava bem longe da esfera pública, com suas lutas e batalhas para modificar a sociedade. O lugar da mulher de letras seria a esfera “perfumada de sentimento e singeleza. (Telles *et al* 1984, *apud* Priore, 1997, p.353).

O fato é que, embora fossem feitos muitos elogios, os críticos sempre davam um jeito de inserir uma censura às escritoras que, para eles, usavam de muita ousadia ao escrever e se intrometer em lutas políticas.

Telles *et al* (*Idem*, p. 353) relatam que,

Narcisa Amália, posteriormente, foi acusada de atentado ao pudor e à família, sua vida pessoal foi usada como crítica à sua arte. Parece que sobre a lírica feminina havia algo que atraía mais fortemente a crítica dos homens. Isso, por sua vez, tornava mais difícil a expressão da poesia das mulheres. A poesia lírica que não a mera exposição de sentimentos adequados exigia um eu confessional forte, difícil para as mulheres sujeitas às definições culturais da época. Não podiam se expressar quando lhes era dito que deveriam se autossacrificarem pelos outros, que não deveriam fazer afirmações, deveriam se restringir a sugestões alheias, deixando ao interlocutor a possibilidade de recusa. (TELLES, *et al*, 1984, *apud* PRIORE, 1997, p.354).

Deste modo, apesar de alguns avanços sociais o sujeito feminino permanecia muito reprimido no Brasil e essa realidade era retratada nas obras produzidas.

As vozes de muitas escritoras nacionais foram muito criticadas e silenciadas pela sociedade patriarcal brasileira, como se elas não soubessem pensar ou agir por vontade própria. A sociedade não admitia que uma mulher falasse de forma agressiva ou que afirmasse algo com convicção, pois essa atitude era própria dos homens e indicava neles a personalidade. A mulher que tivesse a ousadia de falar dessa maneira, era considerada mal-educada, tresloucada e até histérica segundo os padrões comportamentais da época.

Esse período também foi de grande importância para que campanhas em favor da educação da mulher se tornassem realidade. Muitas vezes, as campanhas reforçavam a ideia do papel da mulher como mãe, dona de casa e boa esposa, mas contribuíam, de modo geral, para destacar a mulher tanto dentro quanto fora de casa (*Idem*, p. 357).

De acordo com as autoras,

A questão do voto feminino ainda não era tratada diretamente, mas os jornais contornavam noticiando amplamente lutas e conquistas em outros países. Em todos os números, havia uma grande quantidade de textos literários escritos por mulheres. A profissionalização começava então a se abrir para as mulheres e as articulistas estavam atentas para todas as possibilidades, bem como para todos os obstáculos e entraves. Júlia Lopes de Almeida fazia até mesmo uma campanha por creches e jardins da infância. (TELLES *et al*, 1984, *apud* PRIORE, 1997, p. 357).

Percebe-se, assim, que as mulheres brasileiras começavam a conquistar um espaço que por muito tempo foi dominado pelo regime patriarcal, começando a construir um novo horizonte.

1.4 O cotidiano da mulher pobre e trabalhadora do início do século XX

Entre os séculos XIX e XX a mulher esteve presa a paradigmas criados a seu respeito, como por exemplo a ideia de que eram desprovidas de intelecto desenvolvido, limitadas para se envolverem em questões políticas e sociais e com vocação somente para a maternidade e para a criação dos filhos

Sobre esses paradigmas Soihet (1997, p. 9) declara:

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atribuído desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade (Soihet, 1997, p. 9).

Entende-se que na época do Iluminismo as mulheres eram consideradas sem imaginação, ou seja, só conseguiam raciocinar se os maridos as ajudassem. Essa ideologia tinha o objetivo de deixar as mulheres numa situação humilhante e de desprestígio diante da sociedade.

No entanto, no final do século XIX sentiu-se a necessidade de conceder à mulher a educação, em virtude da "modernização da sociedade, da higienização da família e da construção da cidadania dos jovens" (LOURO, *et al*, 1995, p. 180 *apud* PRIORE, 1997, p. 374). As autoras relatam que,

Os que conduziam a sociedade reuniram as mulheres da classe popular, pois queriam afastar do conceito de trabalho aquela carga de depravação que a sociedade a sugestionou pela situação de escravidão em que viviam e liga-las à *ordem e progresso*. (LOURO, *et al*, 1995, p. 180, *apud* PRIORE, 1997, p. 374).

Essas mulheres deveriam estar dentro dos padrões sociais exigidos, que impunham que elas fossem:

[...] diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (LOURO, *et al*, 1995, p. 180, *apud* PRIORE, 1997, p. 374).

Segundo a ideologia da época, as mulheres não poderiam receber uma educação sem a formação cristã, considerada primordial para qualquer que fosse o projeto educativo.

Existia, naquele período, muito abandono da educação nas províncias brasileiras e grande parte das pessoas relacionava essa situação de descaso à falta de mestres e mestras com boa formação. Assim, havia urgência na criação de escolas de preparação de professores e professoras.

Louro *et al (Idem)* relatam que “em meados do século XIX [...] em algumas cidades do país, logo começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes”.

A partir dessa época, as instituições foram abertas para ambos os sexos. As moças, entretanto, deveriam estudar em classes separadas dos rapazes ou, até mesmo, em turnos ou escolas separadas.

Apesar dessa mudança no panorama da educação, a profissão de docente no Brasil foi iniciada por homens assim como em outras sociedades, conforme destacam as autoras:

[...] Vale lembrar que a atividade docente, no Brasil, como em muitas outras sociedades, havia sido iniciada por homens – aqui, por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759. Posteriormente, foram homens que se ocuparam do magistério com mais frequência, tanto como responsáveis pelas “aulas régias” – oficiais – quanto como professores que se estabeleciam por conta própria. Agora, no entanto, as mulheres eram também necessárias e, como vimos, as classes de meninas deveriam ser regidas por “senhoras honestas” (LOURO, *et al*, 1995, p. 181 *apud* PRIORE, 1997, p.375).

Observa-se que a história da educação no Brasil mostra a hegemonia masculina no oferecimento dos serviços educacionais. Entretanto, a partir do século XIX, percebe-se a necessidade da atuação feminina na educação, pois para lecionar para meninas era primordial que as mulheres assumissem o papel de professoras confiáveis e distintas.

Louro *et al (Idem)* relatam ainda que, quando foram criadas, o objetivo das escolas normais era formar professores e professoras que tivessem condições de atender a um desejado e esperado aumento na demanda escolar. Esse objetivo, porém, não foi alcançado como se esperava. Surpreendentemente, entretanto, os relatórios educacionais começavam a indicar que as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens. De acordo com as autoras (*Idem*), “Em 1874, por exemplo, [...] a Escola Normal da província do Rio Grande do Sul vinha registrando um número crescente de alunas, a par da diminuição de alunos” (LOURO *et al*, 1995, p. 181 *apud* PRIORE, 1997, p. 375).

Pressupõem-se, deste modo, que as mulheres começavam a perceber que a sua força de trabalho era necessária à sociedade da época. Decorrente dessas condições sócio-históricas de produção, o sujeito feminino começa a ganhar espaço, aproveitando o momento histórico para avançar na luta por direitos e em direção à

profissionalização. A mulher da época certamente vislumbrou a oportunidade de se instruir, crescer e se sustentar através de seu trabalho, passando a ocupar um espaço de visibilidade em meio ao universo eminentemente masculino. Ao mesmo tempo, os homens começaram a abandonar as salas de aulas, o que originou a ideologia de que o magistério era para mulheres.

O fato de a mulher ter se identificado com a docência era motivo, entretanto, de muitas discussões, debates e argumentações contrárias na época. Louro *et al* (*Idem*, p. 376) mencionam que “Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres, usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘pouco desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ a educação das crianças. ”

Havia também aqueles que alegavam que a psicologia feminina e infantil era parecida, conforme pode-se observar a seguir:

Um dos defensores dessa ideia, Tito Lívio de Castro, afirmava que havia uma aproximação notável entre a psicologia feminina e a infantil e, embora essa semelhança pudesse sugerir uma “natural” indicação da mulher para o ensino das crianças, na verdade representava “um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa”. Na sua argumentação, mulheres e clero viviam voltados para o passado e, portanto, não poderiam “preparar organismos que se devem mover no presente ou no futuro. (LOURO *et al*, 1995, p.182 *apud* PRIORE, 1997. p.376).

No entanto, muitas pessoas argumentavam de maneira oposta, dizendo que a mulher possuía habilidade no tratamento para com as crianças, por essa razão seria mais indicada para assumir a educação escolar.

Na mente de alguns homens soava o pensamento de que dar aulas era coisa de mulher, pois para eles o destino dela era ser mãe. Então, dar aulas seria a continuidade dessa maternidade. Para tanto, “seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem vocação” (*Idem*).

Em decorrência do abandono das salas de aula pelos homens, pois para eles a docência passou a figurar como um trabalho para mulheres, as portas começaram a se abrir para que mais mulheres ocupassem essa função, já que, até então, a vida delas se restringia a apenas ir à igreja e permanecer em seus lares.

As mulheres então, estavam muito ansiosas para iniciarem esse processo de docência em suas vidas, conforme declaram Louro *et al* (1995):

A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a ideia de que a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que como uma profissão. Tudo foi muito conveniente para que se constituísse a imagem das professoras como “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras”, o que serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho etc. (LOURO, *et al*, 1995, p.180 *apud* PRIORE, 1997, p. 376).

Apesar dos avanços, a mulher não era valorizada como profissional, mas como alguém que deveria cumprir suas obrigações com abnegação e submissão, sem oferecer resistência a imposições salariais ou, até mesmo, às condições de trabalho.

Todo esse processo de “feminização do magistério” estava associado à intervenção do Estado que regulava a docência. Louro *et al* (*Idem*) relatam que os conteúdos que eram ministrados, os níveis de ensino, a exigência de credenciais, horários, livros e salários eram estabelecidos pelo Estado.

Assim, apesar de estarem ingressando no mercado de trabalho, as mulheres não eram consideradas trabalhadoras, mas pessoas que prestavam um serviço à sociedade por terem vocação.

Com o passar do tempo, o número de mulheres que se formavam aumentou de forma que passaram a desenvolver quase 70% do trabalho relacionado ao ensino no país:

Particularmente em São Paulo, há uma crise de homens no magistério público. [...] Formaram-se, em 1881, nove homens e uma mulher, em 1882, nove mulheres e onze homens. [...] Daí por diante, desde 1888, o número de senhoras formandas normalistas foi gradativamente crescendo, a ponto de nos últimos dez anos ser quase o triplo... (LOURENÇO, *et al*, 1993, p.51 *apud* PRIORE 1997, p. 378).

Compreende-se que esse aumento gradativo no número de sujeitos femininos formados estaria relacionado ao entusiasmo das mulheres em trabalhar e ter autonomia. Essa motivação deixou-as determinadas a se profissionalizarem, em contrapartida os homens foram distanciando-se das salas de aulas.

Apesar do avanço, ainda seria preciso muito esforço para que realmente o trabalho feminino fosse reconhecido na mesma proporção que o dos homens.

O desinteresse dos homens pela docência pode ser atestado em um *relatório*, de 1877, referente à província do Rio Grande do Sul:

É demasiado sensível a falta de professores: mais da metade das cadeiras do sexo masculino está por prover; comarcas inteiras não possuem uma única escola. Se as habilitações oriundas da Escola Normal por enquanto não satisfazem as necessidades do ensino para o sexo masculino; se o pessoal que busca a regência interina de cadeiras, em sua generalidade, não tem idoneidade e capacidade, como proceder? A regência das escolas vagas do primeiro grau do sexo masculino deve ser dada às professoras habilitadas na Escola Normal, opina o diretor geral. É de fato incontestável a supremacia da mulher para as funções do magistério primário não só para a infância como para os adultos. Nos Estados Unidos é prática geral ver o magistério exercido por senhoras [...] No Brasil, a experiência está feita no Ceará... (LOURO *et al* 1995, p.180 *apud* PRIORE, 1997, p. 378)

Diante da falta de homens para assumirem as vagas no magistério, irrompia a necessidade de dar permissão às mulheres para lecionarem. Deste modo, a oportunidade de serem inseridas como profissionais do magistério ressoava de maneira crescente.

Ainda sobre o relatório de 1877, acrescenta-se:

As aulas públicas que não estiverem providas [...] com professores normalistas ou vitalícios, serão postas em concurso, em março e outubro de cada ano. O cargo de professor efetivo só poderá ser provido por professor normalista e que tenha completado 20 anos de idade. Para as aulas do sexo masculino poderão ser nomeadas as normalistas que houverem atingido 23 anos de idade. Estas aulas serão mistas, e só receberão meninos de até 10 anos (LOURO *et al* 1995, p. 180 *apud* PRIORE, 1997, p. 378).

Nesse período, a ideologia presente na sociedade era de que a mulher era frágil e necessitava ser poupada e até mesmo controlada por estar fora de casa e, portanto, em situação de risco.

A questão da fragilidade da mulher é comentada por Louro *et al* (*Idem*, p. 401) que observam que o trabalho realizado por mulheres jovens dentro das fábricas, no comércio ou em escritórios era visto como um infortúnio. Mesmo sendo uma forma de sobreviver, o trabalho era uma ameaça e, por essa razão, deveria ser realizado de maneira que não as afastasse do âmbito familiar e das responsabilidades da família. Era assim que a sociedade as enxergava.

Muitas jovens procuravam o magistério porque tinham a necessidade de complementar a renda. Outras, no entanto, procuravam a carreira por desejarem

conquistar um espaço a mais na sociedade tradicional da época, avançando para além no âmbito intelectual e social.

A partir daí, foi sendo construída a ideia de que a mulher poderia trabalhar fora de casa, com a ressalva de que se ela deparasse com a “verdadeira missão”, que era ser dona de casa e mãe, deveria abandonar imediatamente a função. Esse trabalho, portanto, era visto como uma ocupação transitória.

Deste modo, apesar de ter conquistado um espaço na vida pública, o magistério não era considerado um trabalho, pois a mulher vivia a mercê das imposições da sociedade, cuja ideologia não favorecia em nada o sujeito feminino.

Quanto às mulheres solteiras ou viúvas, enquanto não se casassem poderiam trabalhar fora de casa. Sobre essa questão Louro *et al*, (*Idem*) destacam que:

O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – as solteironas e viúvas. Não há dúvida que esse caráter provisório ou transitório do trabalho também acabaria contribuindo para que os seus salários se mantivessem baixos (LOURO *et al* 1995, p. 180 *apud* PRIORE, 1997, p. 401).

A instituição do casamento retirava a mulher do mercado de trabalho, pois, uma vez casada tinha obrigações domésticas e deveria dar prioridade à família.

Matthews *et al* (1987) observam que:

A incompatibilidade do casamento e da maternidade com a vida profissional feminina foi (e continua sendo!) uma das construções sociais mais persistentes. De fato, o “culto da domesticidade” já vinha se constituindo ao longo do século XIX e representava uma valorização da função feminina no lar, através da construção de vínculos entre o espaço doméstico e a sociedade mais ampla (MATTHEWS *et al*, 1987 *apud* Priore, 1997, p. 379).

Deste modo, o vínculo constituído pelo casamento construía uma imagem de respeitabilidade para o sujeito feminino. Em outras palavras, pela instituição do casamento a sociedade impunha uma forma dominante de regulação que retirava a força de trabalho feminina das ruas lançando-a de volta ao lar e ao espaço doméstico.

A imagem do espaço doméstico ganhava, assim, o *status* de representação social, tornando-se palco de um novo sistema de valores, baseado na domesticidade feminina e na ideologia da pureza doméstica que dava à mulher autoridade moral à proporção que o lar adquiria vários papéis de ordem social, política, religiosa e emocional (LOURO *et al* 1993, *apud* PRIORE, 1997, p. 379).

A volta ao lar, portanto, era como se fosse uma regeneração do corpo feminino, retirado do trabalho pago nas escolas, nas fábricas e no comércio para o trabalho não pago em casa. O trabalho doméstico tornou-se, na época, superestimado e regenerador, à medida em que foi construída a imagem da mulher apropriada e digna como aquela que não trabalhava por renda, enquanto se lançava à indignidade aquelas que trabalhavam por dinheiro e pela própria subsistência (MC CLINTOCK [1954], 2010, p.320)

Para a sociedade formada por religiosos, higienistas, políticos, etc., a verdadeira função da mulher era manter a família saudável em todos os aspectos. Essa ideologia alimentava a ideia de que o casamento e a maternidade eram a verdadeira vocação da mulher, não podendo abster-se dessa condição. Tal ideário fazia da mulher uma escrava de seu próprio destino, afastando-a do trabalho fora do lar e da autonomia.

Nesse cenário, a educação dos filhos era de responsabilidade única e exclusiva da mulher, pois o homem era o provedor da casa. Mesmo que seu salário não fosse o suficiente para suprir as necessidades da família, era inadmissível que a mulher trabalhasse fora de casa. Isso era considerado um afastamento das regras sociais estabelecidas em relação à mulher. Todas essas questões faziam da mulher “um ser frágil e dependente, aquela que era controlada por uma sociedade constituída por argumentos políticos, religiosos, médico, jurídico e educacional” (LOURO, *et al*, 1993 *apud*, PRIORE, 1997, p. 380).

Foi no entremeio desse ideário autoritário que a mulher foi construindo a própria profissionalização como professora, contornando os paradigmas sociais e as exigências impostas a ela. A esse respeito, os autores observam que:

As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa. A formação docente também se feminiza. (LOURO, *et al*, 1993 *apud*, PRIORE, 1997, p. 380).

As mulheres foram, assim, gradativamente ocupando os lugares nos cursos destinados à educação das crianças e, por extensão, construindo um espaço de visibilidade na sociedade da época.

Varela *et al* (1995, *apud* Priore, 1997, p. 380) destacam a rotina das mulheres nas escolas normais:

O cotidiano das jovens no interior dessas escolas é, como o cotidiano de qualquer instituição escolar, planejado e controlado. Seus movimentos e suas ações são distribuídos em espaços e tempos regulados e reguladores. Elas devem estar sempre ocupadas, envolvidas em atividades produtivas. É importante notar que o tempo escolar se constituiu, em suas origens, como um “tempo disciplinar”.

Nota-se que as escolas normais mantinham uma disciplina rígida, baseada no controle do tempo e dos corpos femininos. A intenção era ensinar as mulheres a ocupar seu tempo de maneira eficiente, mantendo o controle sobre elas.

Algumas instituições eram públicas, outras privadas, o que dava condições a todas as classes sociais de frequentarem os cursos. Louro *et al* (1993, *apud* Priore, 1997, p. 381) relatam também que naquele momento algumas instituições se destacavam por acrescentarem cursos de especialização, chamando a atenção das pessoas da alta sociedade.

As mulheres estavam, deste modo, conquistando novas oportunidades em relação ao aprendizado, pois as escolas cada vez mais se especializavam oferecendo aulas de português, matemática, geografia nacional, história do Brasil, pedagogia, economia doméstica, trabalhos manuais, higiene escolar, educação física, sociologia, entre outros conhecimentos. Por outro lado, os conteúdos oferecidos, conforme relatam Louro *et al* (*Idem*, p. 382), eram benéficos à manutenção dos papéis estabelecidos na sociedade.

Na verdade, a organização pedagógica dessas escolas visava a manutenção dos lugares sociais estabelecidos pela sociedade. Deste modo, ratificava-se a educação para a domesticidade, cujos pressupostos preconizava que a mulher realmente devia estar em casa, cuidando dos afazeres domésticos e da educação dos filhos, mantendo-se longe das questões políticas. Essa ideologia é relatada por Louro *et al* (*Idem*, p.383) a seguir:

A escola adquiria, também, o caráter da casa idealizada, ou seja, era apresentada como um espaço afastado dos conflitos e desarmonias do mundo exterior, um local limpo e cuidado. A proposta era que esse espaço se voltasse para dentro de si mesmo, mantendo-se alheio às discussões de ordem política, religiosa etc. Apontava-se que a polêmica e a discussão eram “contra a natureza feminina”.

Fica implícito na fala da autora que realmente o objetivo de oferecer a formação para as mulheres era o de mantê-las obedientes, dóceis e alienadas das questões políticas e sociais da época. Confirmava-se, assim, a educação para a domesticidade, aqui compreendida na perspectiva da submissão e do assujeitamento feminino. Nessas escolas, os homens ocupavam a função de diretores ou inspetores, incumbências jamais dadas às mulheres, pois eram posições superiores. O papel delas resumia-se às salas de aula, conforme pode-se depreender a seguir:

Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam nas salas de aulas, executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam todo o sistema. A eles se recorria como instância superior, referência de poder; sua presença era vista como necessária exatamente por se creditar à mulher menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância etc. Aos homens eram encaminhados os alunos problema ou qualquer outra questão que exigisse a tomada de decisões de problemas mais graves (LOURO *et al* 1993, apud PRIORE, 1997, p.384).

Nota-se, pela citação da autora que os homens não consideravam o papel de professora como uma posição de importância ou de destaque. À mulher era destinada apenas a tarefa de ensinar. Essa hierarquia reproduzia a organização existente nas famílias.

Embora os homens assumissem uma posição de superioridade na hierarquia social, era inegável que a mulher estava avançando rumo a novas conquistas.

A normatização das práticas disciplinares nas escolas é mencionada pelos autores a seguir:

A normatização de estudantes e mestres e mestradas fazia-se ainda por uma série de outros dispositivos, como os exames públicos, as premiações e as “notas de aplicação”. Fazia-se nas solenidades e rituais, na obediência a superiores, na observância da pontualidade, da assiduidade, da regularidade e da ordem. Construía-se uma estética e uma ética. Uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinavam-se com a exigência de uma postura *discreta e digna*. (LOURO *et al* 1993, apud PRIORE, 1997, p.384).

Deste modo, era ensinado às mulheres a maneira ideal de se portarem, suas vestimentas deveriam ser discretas, assim como as atitudes em relação à vida pessoal que obrigatoriamente precisava ser silenciada. Também era ensinado a elas

como escrever e falar, para saberem argumentar. Aprendiam como sentar-se de maneira apropriada, assim como os gestos e olhares que tinham que transparecer de maneira decente. Impunha-se uma verdadeira pedagogia de controle dos corpos, a partir do pensamento que era necessário providenciar recursos para que essa mulher professora pudesse “controlar seus sentimentos e exercer a autoridade em sua sala de aula, ela [...] precisava ter disciplinado a si mesma” (*Idem*, p. 390).

1.5 O cotidiano feminino nas fábricas e os códigos estabelecidos nos espaços públicos para coibir a sexualidade feminina

De acordo com Fonseca *et al* (1997, p. 515 *apud* Priore, 1997, p. 431), no início do século XX começaram a surgir pequenas indústrias nas maiores capitais brasileiras, tais como fábrica de pregos, de louça, de tecido, banha, cerveja, entre outros.

Essa movimentação nas grandes cidades brasileiras daria início a uma nova fase na vida dos trabalhadores, com o surgimento de empregos e novas funções que beneficiariam a população das metrópoles e atrairia um grande número de imigrantes em busca de trabalho nas fábricas.

A respeito dessa nova fase, as autoras relatam que no estado do Rio Grande do Sul “Os imigrantes europeus, no norte do estado, dinamizavam sua produção agrícola, passando a exigir serviços administrativos e comerciais da capital”. (FONSECA *et al* 1997, p. 515, *apud*, PRIORE, 1997, p. 431). Analisando, ainda, o perfil econômico dos trabalhadores da cidade de Porto Alegre, as autoras destacam o grande número de pessoas humildes que formavam o contingente de trabalhadores da época, conforme pode-se observar a seguir:

Ao contrário do que se poderia crer, a grande maioria dos processos concerne a grupos mais humildes. Excetuando um médico, um ajudante de dentista, dois estudantes, dois lavradores e um pescador, os quarenta e poucos empregos masculinos especificados são repartidos entre cinco categorias: autônomos – marceneiro, ferreiro, sapateiro, barbeiro, padeiro, vendedor de manteiga –, pequenos comerciantes, “funcionários”, operários e militares (FONSECA *et al* 1997, p. 515 *apud* PRIORE, 1997, p. 431)

É importante destacar que essas pessoas eram simples, sem qualificação profissional e até mesmo analfabetas. Não possuíam nenhuma formação adequada ao mercado de trabalho, mesmo assim buscavam por emprego para que pudessem sustentar suas famílias.

Essa busca por ocupação fazia com que os homens deixassem suas famílias para trabalhar a longas distâncias de casa e as mulheres ficavam sem notícias de seus maridos. O fato de elas não possuírem autonomia, prejudicava-as, pois precisavam prover o sustento do lar enquanto os maridos estavam distantes.

Fonseca *et al* (1997) mencionam os problemas sociais e econômicos das famílias nesse período:

A incrível mobilidade geográfica dos homens, resultado da busca incessante de emprego, deixava as mulheres periodicamente em estado de abandono. Era comum que o companheiro partisse à procura de trabalho em outros lugares como Cuiabá, Rio Grande, o Estado Oriental (Uruguai), e que passasse anos sem que sua família recebesse notícias dele. As guerras repetidas dessas sociedades militarizadas tiveram também seu efeito: os soldados saíam para a guerra e só voltavam anos depois (FONSECA *et al*, 1997, p.515 *apud* PRIORE, 1997, p. 432).

Enquanto os homens partiam em busca de emprego, as mulheres precisavam trabalhar para conseguir sobreviver. Então, saíam em busca de qualquer ocupação que pudesse tirá-las da condição miserável em que viviam., uma vez que dependiam financeiramente do marido. Na luta pela sobrevivência, enfrentavam a oposição da sociedade e colocavam a própria moralidade em risco, pois não tinham outra opção, senão o trabalho fora do lar.

Sobre a condição feminina na época, Fonseca *et al* (1997) destacam que,

A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. [...] Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da “mulher pública” (FONSECA *et al*, 1997, p.515 *apud* PRIORE, 1997, p. 433)

Deste modo, embora a mulher fosse moralmente correta era estigmatizada pelas pessoas e sua moral era questionada quando saía para trabalhar fora do lar. Isso tornava muito difícil a situação do sujeito feminino, pois, além de estar passando pela condição de “abandono” de seus maridos, ainda tinham que enfrentar o preconceito da sociedade. Assim sendo, a grande maioria vivia em situação de absoluta pobreza, pois realmente não havia outra alternativa. Segundo as autoras,

Em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário. Uma moça de 19 anos apresentou a queixa de que na casa de sua madrasta era muito maltratada: “até para comer [...] concorria pois trabalhava em uma fábrica de louças”. Outra mulher, empregada durante quatro anos em uma fábrica de fiação de tecidos, foi obrigada a chamar amigos para atestar que “tinha se comportado muito bem na alludida fábrica” – nesse caso, a situação virou contra seu marido, pois o curador geral perguntou “a razão pela qual o requerido permitiu que sua esposa trabalhasse numa fábrica” (FONSECA *et al* 1997, p. 516 *apud* Priore, 1997, p.433).

Observa-se, a partir da citação anterior, que as mulheres eram tratadas de maneira desigual e, por mais que se esforçassem para serem vistas como trabalhadoras, sua moral era sempre questionada. Se trabalhassem fora de casa, especialmente nas fábricas, sua reputação estaria em risco. Por outro lado, se ficassem em casa cuidando da educação dos filhos poderiam ser chamadas de relapsas, caso julgassem que a educação dada às crianças era ineficiente ou que as crianças não tinham a assistência devida.

Percebe-se que as mulheres sofriam muita pressão social, pois tudo que faziam era observado com um olhar de julgamento ou reprovação. Além da pobreza em que viviam, tinham que passar por constantes constrangimentos.

As autoras relatam ainda que:

As mulheres que trabalhavam nas tarefas caseiras tradicionalmente femininas, lavadeiras, engomadeiras, pareciam correr menos perigo moral do que as operárias industriais, mas mesmo nesses casos, sempre as ameaçava a acusação de serem mães relapsas. Vide a crítica insinuada por um depoente: “para a requerente trabalhar era necessário que o menor ficasse em casa da avó paterna ou outras pessoas, não recebendo assim uma educação como devia” (FONSECA *et al* 1997, p. 516 *apud* Priore, 1997, p.433).

Nota-se que as leis daquela época eram muito severas no que se refere ao trabalho feminino. Deste modo, segundo Dias *et al* (1994, *apud* PRIORE, 1997, p. 433) pressionava-se a mulher a ficar em casa, ocupando-se dos trabalhos domésticos enquanto seus maridos buscavam o sustento da família, trabalhando no espaço da rua.

Na realidade, os pensamentos correntes na época não passavam de estereótipos criados a partir dos padrões e de valores da elite baseados, na maioria das vezes, nos relatos de viajantes europeus e que eram utilizados como instrumentos ideológicos para se fazer distinção entre as mulheres burguesas e as

pobres. No entanto, Fonseca *et al* (*Idem*, p. 433) observam que é só averiguar a realidade da época para descobrir que as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa.

A necessidade de sobreviver era, sem dúvida, o que mais importava a elas, mesmo tendo que se submeter a esses estereótipos que manchavam sua reputação e as colocava numa situação humilhante perante a sociedade.

O fato de ser mulher e ainda pobre pesava muito sobre seus ombros, mas elas não tinham escolha, já que os homens saiam para procurar emprego deixando-as abandonadas, sem quaisquer condições de se sustentarem.

As indústrias, no período, trouxeram muitas oportunidades de emprego, e nessas circunstâncias, como não trabalhar fora, se a necessidade batia à porta? O trabalho oferecido era dividido em vários segmentos e as mulheres foram ocupando os espaços e fazendo com que a população feminina crescesse consideravelmente.

Em relação ao aumento da mão de obra feminina nas fábricas, Fonseca *et al* (*Idem*, p. 434) afirmam que,

Com a industrialização,[as mulheres] chegaram, junto com as crianças, a comporem mais da metade da força de trabalho em certas indústrias, notadamente nas de tecidos. As estatísticas sobre o Rio Grande do Sul em 1900 mostram que cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina: as mulheres trabalhavam principalmente em “serviços domésticos”, mas sua atuação era também importante nas “artes e ofícios” (41,6%), na indústria manufatureira (46,8%), e no setor agrícola. No censo de 1920, tanto “artes e ofícios” como “serviços domésticos” tinham sido absorvidos dentro da rubrica “diversas” – pessoas que vivem de suas rendas, serviços domésticos, profissões mal definidas –, mas ainda 49,4% da população economicamente ativa (PEA) do estado e 50,8% da PEA em Porto Alegre constavam como feminina. Na indústria, as mulheres ocupavam 28,4% das vagas no estado, e 29,95% na capital. (FONSECA *et al* 1997 p. 516 *apud* PRIORE, 1997, p.434).

Observa-se que a porcentagem de mulheres que trabalhavam no setor agrícola era bem relevante se comparado com os setores da indústria. Entretanto, mesmo trabalhando fora de casa e colaborando economicamente para o sustento de suas famílias, o trabalho desenvolvido por elas não era visto como profissão.

Os advogados da época diziam que suas rendas não passavam de mero complemento ao ganho de seus maridos e até mesmo as mulheres concordavam com esse discurso. A rotina a que se submetiam e os estereótipos construídos em torno delas fizeram com que aceitassem o fato de que realmente não poderiam ter uma profissão, pois isso cabia apenas aos homens.

As autoras afirmam que,

Ironicamente, apesar de ser evidente que em muitos casos a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado pelos advogados e até pelas mulheres como um mero suplemento à renda masculina. Sem ser encarado como profissão [...] era ocultado, minimizado em conceitos gerais como “serviços domésticos” e “trabalho honesto” (FONSECA *et al* 1997 p. 516 *apud* PRIORE, 1997, p.434).

O despreço pelo trabalho feminino era reafirmado pelos maridos, que não gostavam de dizer que suas mulheres trabalhavam fora. Deste modo, os homens preferiam dizer que suas esposas realizavam trabalhos manuais em casa, para que não fossem consideradas de moral duvidosa.

As autoras destacam o pensamento corrente na sociedade patriarcal da época:

Esta mulher não está empregada, não costura, não trabalha em lã, não tem casa que ella mesma aluga, não tem responsabilidade, anda quase os dias inteiros fora da casa onde para, só chegando na ocasião das diversas refeições, não ganha dinheiro, mas, entretanto, me consta, que tem feito compra de roupa para ella e meu filho Miguel e uma cama com colchão. E esse dinheiro donde lhe veio se ella não trabalhou em lugar nenhum? (FONSECA *et al* 1997 p. 516 *apud* PRIORE, 1997, p.434).

De modo geral, a questão do trabalho feminino sempre envolvia a situação moral da mulher, ou seja, trabalhar fora era sinônimo de “mulher decaída”. Em outras palavras, não se podia confiar em um sujeito feminino que se expunha no mercado de trabalho, na perspectiva do cenário de moralidade que a envolvia.

Nunca é demais lembrar que a sociedade da época valorizava a imagem de “mãe piedosa da Igreja, a mãe educadora do Estado positivista, a “esposa companheira” do aparato médico higienista”. (FONSECA *et al*, 1997, p.532 *apud* PRIORE, 1997, p. 442)

Quanto às mulheres que se separavam dos maridos, estas tinham a situação social agravada uma vez que a discriminação contra elas era estereotípica. Uma vez separadas, na maioria das vezes se submetiam a viver em cortiços e outros lugares não bem vistos pela sociedade da época.

Quando elas se casavam novamente a discriminação era ainda maior, conforme descrevem as autoras a seguir:

Havia tanta discriminação contra a mulher recasada que podemos perguntar por que, depois de separar-se do marido, ela não procurava se manter

independente. Sabemos, por exemplo, que, na América Central, a família “matrifocal” é muito comum. Nesse tipo familiar, mãe e filhas adultas junto com os filhos destas, formam o eixo do grupo doméstico, tendo os “maridos” eventuais um papel secundário (FONSECA *et al*, 1997, p.535 *apud* PRIORE, 1997, p. 439).

A ideologia da época articulava-se, portanto, em torno da presença masculina, sem a qual a sociedade acreditava ser impossível a mulher sobreviver. Neste cenário, a mulher era um sujeito totalmente dependente, frágil e incapaz conforme pode-se depreender na citação que se segue:

A mãe sozinha estava, portanto, entre dois fogos: por um lado, pressões econômicas e políticas que impunham a necessidade de um (novo) marido; por outro, a condenação pela opinião pública de qualquer mulher que tivesse mais de um homem na vida. (FONSECA *et al*, 1997, p.535 *apud* PRIORE, 1997, p. 439).

. As pressões sociais deixavam os sujeitos femininos entre dois jogos, pois de um lado elas precisavam trabalhar para suprir as necessidades econômicas da casa ou arranjar um novo parceiro, e por outro, precisavam dar satisfação do seu comportamento na sociedade. Estas eram, portanto, as condições sociais nas quais viviam os sujeitos femininos na época.

Na seção que se segue, passaremos a abordar a questão do trabalho feminino na terra.

1.6 O sujeito feminino e o trabalho na terra

No final do século XIX, o trabalho feminino começou a ser socialmente aceito a partir do momento em que a mão de obra escrava foi substituída pelos trabalhadores livres na agricultura de exportação. Nesse período, a mulher começa a realizar atividades braçais nas áreas rurais paulistas, conforme relatam Silva *et al* (2010) a seguir:

A figura da mulher colona aparece nas áreas rurais paulistas no momento em que a mão de obra escrava é substituída pela mão de obra livre na agricultura de exportação. Esse sistema de trabalho, que passou a ser conhecido como colonato, foi adotado pelos fazendeiros de café nas últimas décadas do século XIX para solucionar o problema da mão de obra com os braços do imigrante europeu. (SILVA *et al* 2010, *apud* PRIORE 1997, p. 464).

Os fazendeiros, portanto, foram os responsáveis pela contratação da mão de obra feminina na agricultura. Essa contratação se dava através de propagandas e de

subsídios de viagens que o governo brasileiro oferecia às mulheres. Essa contratação, entretanto, apresentava algumas ressalvas, como a exigência de ter pelo menos um membro da família do sexo masculino com idade entre 12 e 45 anos, conforme pode ser verificado na citação a seguir:

Assim, o trabalho das mulheres estava incluído no contrato feito com uma família. Exigia que cada família tivesse pelo menos um membro do sexo masculino entre 12 e 45 anos; importava que fossem contratadas famílias cujo maior número de elementos estivesse apto ao trabalho, de preferência homens. Na lavoura cafeeira, a pessoa a partir dos 12 anos, homem ou mulher, já era considerada “de trabalho”. (SILVA *et al* 2010, *apud* PRIORE, 1997, p. 464).

Essa constatação faz com que a ideologia da dependência feminina e de ter um homem para tutelá-la em suas atividades laborais ressoe novamente, embora ela já pudesse trabalhar mais livremente. No entanto, a remuneração ainda era muito baixa e o trabalho muito árduo.

Silva *et al* (*Idem*, p. 465) relatam a existência de um contrato anual que era acertado com o fazendeiro. Esse contrato estabelecia que a família colona receberia um valor proporcional ao número de braços que estivessem aptos ao trabalho e também determinava a tarefa de cuidar de um quantitativo de pés de café, em troca de pagamento. Deste modo, trabalhando arduamente nos cafezais a família recebia remuneração garantindo a possibilidade de sobrevivência a seus membros.

Embora os fazendeiros fossem exigentes em seus contratos, também forneciam condições para as famílias se sustentarem e terem uma vida um pouco mais digna. Nessa ótica, as autoras relatam que,

Em contrapartida, a família tinha permissão para plantar culturas de subsistência intercalares nos cafezais, ou um lote de terra para essas culturas, e recebia, em dinheiro, uma quantia fixa pelo cuidado – limpeza das ervas daninhas – do lote do cafezal e mais uma quantia proporcional ao volume de café colhido. Tinha também garantidos moradia gratuita e um pedaço de terra – proporcional ao número de pés de café sob seus cuidados – para plantar milho, feijão e arroz. Era permitido manter uma pequena horta ao redor da casa, criar porcos ou galinhas e usar as pastagens para algumas poucas vacas ou cavalos. O que a família conseguia produzir era usado para sua subsistência e o excedente poderia ser comercializado pelos colonos, vendido ao próprio fazendeiro ou nas fazendas, vilas ou cidades da vizinhança. (SILVA *et al* 2010, *apud* PRIORE, 1997, p. 465).

Dessa maneira, os fazendeiros estimulavam todos os membros da família a trabalharem. Por outro lado, com os benefícios ofertados aos colonos, eles não se sentiam na obrigação de pagar melhores salários aos empregados e as famílias se

dedicavam a cuidar da própria sobrevivência sem comprometer a produção de café no mercado.

A estratégia utilizada pelos fazendeiros era muito eficaz e funcionava segundo o que planejavam.

Segundo as autoras:

O papel das mulheres era muito importante para a colônia. Elas faziam o trabalho na roça e nos cafezais, conciliando com o trabalho da casa. Entretanto, não eram reconhecidas como trabalhadoras individualizadas, pois o trabalho delas envolvia o controle direto do pai-marido. (SILVA *et al*, 2010, *apud* PRIORE, 1997, p. 466).

Era responsabilidade do homem, no entanto, organizar e direcionar as ocupações de cada membro da família. Silva *et al* (*Idem*) descrevem essa condição relatando que o homem fazia o papel de chefe da família e, ao mesmo tempo, encarregado do trabalho desenvolvido por todos, o que tornava os filhos e sua mulher seus subordinados.

Além disso, as autoras relatam que as crianças desde cedo, entre 7 e 11 anos de idade, eram submetidas aos afazeres domésticos e quando completavam 12 anos eram inseridas nos trabalhos braçais da roça e dos cafezais.

O papel da mulher na subsistência da família, todavia, continuava sendo estigmatizado, pois mesmo trabalhando na roça e no cafezal ela era reconhecida apenas como mãe, filha ou esposa. Neste aspecto, as autoras relatam que o contrato com os fazendeiros era sempre feito pelos homens, de modo que “O trabalho da mulher e dos filhos eram tomados como um pressuposto, ainda que pudessem ser delimitados com precisão” (*Idem*).

O apagamento do trabalho da mulher na terra e sua contribuição para o sustento da família era uma prática corriqueira, evidenciando que a sua valorização social era vinculada ao trabalho doméstico que implicava cuidar da casa, dos filhos e do marido.

Todo trabalho que fosse além dessa condição não era apreciado e nem valorizado pelos homens. Então, predominava a tomada de decisão outorgada aos homens. As mulheres não podiam opinar e nem participar de qualquer tipo de discussão a respeito do trabalho e, conseqüentemente, ficavam a mercê das resoluções advindas dos homens.

Na realidade, todo esse processo de desvalorização da mão de obra feminina no campo estava de acordo com as condições advindas da própria imigração, conforme pode-se observar na citação que se segue:

Essa situação estava perfeitamente de acordo com a condição exigida pelo serviço de imigração: a introdução do imigrante em família que permitiria ao fazendeiro obter um suplemento de mão de obra barata fornecida pelos membros femininos e infantis; enquanto aos colonos se tornava possível, através da cooperação da família como uma unidade, um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho. (SILVA, *et al*, 2010, *apud* PRIORE, 1997, p. 466).

O trabalho feminino era equiparado ao dos jovens entre 12 e 16 anos de idade. Os contratos estabelecidos definiam os sujeitos femininos e infantes como pessoas que produziam metade do trabalho de um homem adulto, mesmo que rendessem até mais que o deles.

Percebe-se, já naquela época, que o trabalho da mulher se desdobrava em uma dupla jornada, pois tinham que realizar as tarefas domésticas fora do turno dos cafezais, o que tornava seu encargo muito maior que o dos homens.

Nessa perspectiva, as autoras descrevem as atividades das mulheres na colônia e no âmbito familiar:

No colonato, a distribuição do tempo de trabalho da mulher era feita de forma distinta daquela que, hoje, ocorre no assalariamento. Assim, o trabalho “dentro da casa” – limpeza, preparo dos alimentos, cuidado dos filhos, indústria doméstica – complementava aquele “fora da casa” – na roça de subsistência ou nos cafezais. O trabalho no interior da casa ocupava a mulher o ano todo; o trabalho na roça ocorria, principalmente, nos meses de outubro a maio (SILVA, *et al*, *apud* PRIORE, 1997, p. 467).

Silva *et al* (*Idem*) mencionam ainda que “[...] no período de maio a agosto, a mulher tinha que trabalhar na colheita do café e, a partir do mês de setembro, eventualmente, podia trabalhar na carpa do café”. O trabalho feminino era apreciado pelos fazendeiros, pois viam as mulheres como genitoras e cuidadoras de futuros trabalhadores. Essa visão que os fazendeiros tinham a respeito das mulheres era fruto da ideologia patriarcal que reconhecia apenas o trabalho feminino doméstico, mesmo que as tarefas executadas por elas nos cafezais trouxessem benefícios ao plantio e aos negócios, como era de fato.

O *status* social da mulher, portanto, era o de um objeto de procriação e de execução do trabalho doméstico, seguido da ajuda indispensável que prestava no

trabalho nas roças e cafezais, ainda que não admitissem que essa mão de obra fazia toda a diferença no resultado final de produção e de ganhos para os fazendeiros.

Na realidade, diante da necessidade de trabalhadores, fazia-se necessária a diversificação de mão de obra feminina, direcionando-a para outras tarefas indispensáveis como, por exemplo, o serviço de diaristas, mensalistas e formadores de café – aqueles que faziam o trabalho de arrancar a mata, preparar o terreno e plantar a cultura (*Idem*, p. 469).

A respeito dos sujeitos que exerciam essas atividades, Silva *et al* (*Idem*) relatam que,

Esses eram, em geral, negros, mestiços, trabalhadores nacionais, em sua maioria esmagadora do sexo masculino. Sobre eles recaía o peso da discriminação racial, da inferioridade, da incapacidade. Ocupavam um lugar marginal no mercado de trabalho; não recebiam parcelas de terra para a subsistência, exceto os “formadores de café”, que acabavam cuidando dos piores cafezais e ainda podiam ser dispensados (SILVA *et al*, *apud* PRIORE, 1997, p. 467).

Apesar da discriminação que recaía sobre os escravos e seus descendentes, percebe-se que a representação masculina nas atividades relacionadas à preparação da terra e ao plantio das culturas era esmagadora.

Em meados dos anos 50 para os anos 60 houve grande mudança no trabalho do campo e os trabalhadores foram migrando das fazendas para as cidades, conforme pode-se observar a seguir:

Em virtude do processo de modernização da agricultura na virada dos anos 50 para os anos 60, iniciou-se o êxodo dos trabalhadores residentes nas fazendas para as cidades. É nesse momento que surge, no cenário do mercado de trabalho no campo, o volante, o trabalhador temporário residente nas cidades-dormitórios, também cognominado boia-fria. Entre 1960 e 1980, dois milhões e meio de pessoas já tinham deixado de viver na área rural do Estado de São Paulo. Morar nas cidades significou para o trabalhador a perda da roça de subsistência e da indústria doméstica e, paralelamente, o aumento dos gastos com a própria sobrevivência, tais como: água, luz, gás, impostos, aluguel, transporte etc. O aumento de gastos não foi acompanhado daqueles referentes aos salários (SILVA *et al*, 2010, *apud* PRIORE, 1997, p. 470).

A partir daquele momento, as famílias tiveram que se adaptar a uma nova realidade urbana, pois a mudança do campo para a cidade trazia encargos antes inexistentes, no que se refere à manutenção da própria subsistência. Antes, podiam

plantar e sobreviver da terra, agora morar na cidade era sinônimo de uma vida miserável, com contas a pagar e salários incompatíveis com os gastos.

Toda essa condição de pobreza e miséria trouxe doenças em decorrência do estado de desnutrição ao qual esses trabalhadores eram submetidos, pois as finanças mal davam para pagar as contas de modo que alimentar-se era muito complicado.

Silva *et al* (*Idem*, p. 470) relatam que todas essas mudanças também redefiniram o trabalho da mulher, conforme pode-se observar a seguir:

O trabalho da mulher foi redefinido, não mais englobado no contrato de trabalho feito pelo marido ou pelo pai. Através da venda livre de sua força de trabalho no mercado, as mulheres foram reabsorvidas e submetidas a um intenso processo de exploração e dominação, predominante no eito dos canaviais, laranjais e cafezais. As mulheres passaram a se empregar no corte da cana, na colheita de café, laranja, algodão, amendoim (*Idem*).

Deste modo, a precária autonomia conquistada pelo sujeito feminino nas relações de trabalho veio acompanhada da exploração. O marido já não tomava as decisões nos contratos e as mulheres foram sendo inseridas gradativamente no trabalho braçal dos canaviais, colheitas de cafés, algodão e amendoim, vendendo sua mão de obra e submetendo-se à exploração do mercado.

O trabalho era árduo e o salário incompatível com as tarefas desenvolvidas. A remuneração que recebiam era inferior aos proventos pagos aos homens, o que demonstra a discriminação que sofriam em relação ao pagamento pelos serviços prestados.

A redução de empregos no campo, decorrente do processo de mecanização da agricultura, foi outro fator de pressão sobre as mulheres, que eram obrigadas a decidirem entre ser mães ou preservarem seus empregos, conforme pode-se verificar a seguir:

Com avanço do processo de modernização, a demanda de mão de obra no campo vem-se reduzindo, drasticamente, nos últimos anos. Em razão dessa situação, muitas usinas limitaram para nove o número de mulheres por caminhão ou ônibus de transporte. Logicamente as boias-frias escolhidas são aquelas que apresentam maior produtividade no trabalho e que não correm o risco de ficarem grávidas. Para muitas, diante dessas imposições, restam as alternativas: ou ter filhos, ou trabalhar, ou praticar abortos. (SILVA *et al*, 1992, *apud* PRIORE, 1997, p. 472).

Então, nota-se que a discriminação e o preconceito vitimiza as mulheres que têm filhos ou que podem engravidar, já tinha raízes no final do século XIX e início do século XX. Neste aspecto, observa-se que a estigmatização ao sujeito feminino atravessou os séculos e chegou às relações de trabalho atuais e que, apesar de muitos avanços e conquistas sociais, a mulher ainda se vê ante o dilema de casar e ter filhos, ou preservar o próprio emprego.

Assim, aquelas que eram inseridas nas relações de produção trabalhistas, continuavam com uma jornada dupla de trabalho. Essa rotina era extremamente cansativa e ininterrupta, pois conforme relata Silva *et al*, (*Idem*, p. 472) essas mulheres dormiam em média apenas 6 horas por dia.

A rotina das mulheres trabalhadoras era muito cansativa, pois levantavam muito cedo para enfrentarem uma jornada de trabalho de nove a dez horas, até mesmo nos finais de semana. Ao chegarem em seus lares, precisavam colocar tudo em ordem, preparar o jantar, lavar as roupas, cuidar de todos os afazeres domésticos. Elas podiam receber ajuda, mas de outras mulheres, pois essas tarefas não eram destinadas a homens. Então, iam dormir muito tarde, descansavam poucas horas e quase nunca tinham tempo para o lazer.

Observa-se que a rotina exaustiva e intermitente vivenciada pelas mulheres trabalhadoras da época era extremamente necessária para à manutenção da família. Constata-se, também, que a mulher tinha forças para realizar suas tarefas, embora fossem cansativas e de longos períodos.

É importante observar, ainda, que elas não tinham tempo para o lazer ou para cuidarem de si mesmas, pois a prioridade era realmente promover o sustento, mesmo que isso lhes custasse o próprio bem-estar. Elas suportavam o trabalho pesado e também a desvalorização do ofício desenvolvido, vivendo sob condições de desigualdade em decorrência da ideologia patriarcal e excludente que dominava a sociedade, conforme registram Silva *et al* (*Idem*), a seguir:

Enquanto trabalhadoras, essas mulheres suportam o duro fardo de um trabalho desvalorizado e ao mesmo tempo extremamente penoso; enquanto mulheres, recebem menores salários do que os homens, além de outras formas de dominação e de discriminação manifestas no espaço do trabalho e também da casa; enquanto negras ou mestiças, sofrem as consequências do preconceito racial. É justamente no entrecruzamento dessas três situações sociais que as experiências de submissão e resistência são gestadas. (*Idem*, p.472).

Foi, portanto, no entremeio existente entre a exploração da sua força de trabalho e da discriminação, devido à condição feminina, que a mulher vivenciou as relações de produção na sociedade brasileira. Neste aspecto, é notória a dedicação desse sujeito ao trabalho, dentro e fora do âmbito familiar.

O trabalho fora de casa e o contato com outros sujeitos femininos igualmente explorados iria criar, contudo, uma consciência coletiva, fazendo com que as mulheres se organizassem em movimentos sociais de luta por direitos sociais. É o que veremos na seção que se segue, na qual discorreremos sobre a participação da mulher no movimento feminista no Brasil.

1.7 O movimento feminista no Brasil

As campanhas realizadas pelas mulheres denominadas “O movimento sufragista” teve início em meados do século XIX para garantir às mulheres da Inglaterra e Estados Unidos o direito de votar em eleições políticas. Discorrendo sobre o movimento feminista Marcelino (2018, p.1) afirma que:

[...] a primeira onda do feminismo foi um conjunto de movimentações protagonizado por mulheres em torno da luta por igualdade política e jurídica entre os sexos. O eixo que marcou esse primeiro período de atividade feminista foi a reivindicação por direitos iguais de cidadania (direito à educação, propriedades e posses de bens, divórcio, etc.), tendo como auge a luta sufragista pelo direito ao voto feminino, que aconteceu em diversos países no mundo. (MARCELINO, 2018, p. 1).

As mulheres vinham lutando, durante muito tempo, para que fossem reconhecidas como seres pensantes e capazes. Desde o século XIX, no mundo e no Brasil, as mulheres vinham buscando a ampliação da cidadania, o direito ao voto, os direitos políticos e sociais e a melhoria de condições de vida e trabalho.

A discriminação, que era visível, não se concretizava apenas pelos costumes, mas eram também legalizadas por fundamentações filosóficas, religiosas e científicas devido ao fato de a mulher ser valorizada apenas pela sua capacidade de procriar.

De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM (2016, p.62)

Até 1962, pelo Código Civil brasileiro, a mulher não podia exercer profissão, tomar crédito ou alienar bens sem o consentimento do marido. Em caso de discordância entre pai e mãe sobre qualquer questão relativa aos filhos, a decisão do pai predominava.

A realidade é que o âmbito doméstico sempre foi considerado o lugar das mulheres, e ela mesma se colocava nesta posição quando tomava para si a responsabilidade de cuidar e educar os filhos, assim como todos os cuidados domésticos. Apesar de desenvolver inúmeras tarefas, não tinham, contudo, o poder de escolha.

Na visão de Flores (2001) o cotidiano, a vida familiar e o nascimento de um bebê eram responsabilidades exclusivas das mulheres “enquanto para os homens ficavam os grandes eventos, os acontecimentos públicos, entre tantas outras responsabilidades que ficaram registradas na história, asseguradas ao gênero masculino” (FLORES, 2001, p. 269)

A mulher desde seu nascimento era educada para ser dona de casa e mãe. Os presentes oferecidos às meninas eram bonecas, casinhas, panelinhas, o que definia, de certa maneira, o seu lugar na sociedade.

Sobre esse olhar, Toledo (2008) afirma que a mulher realmente foi educada a fim de aceitar essa condição, como se fosse algo extremamente natural. A mulher “nasce e é educada para ser oprimida, para saber o seu lugar no mundo, que é sempre, em qualquer âmbito, um lugar subalterno” (TOLEDO, 2008, p. 13).

Saffioti (1987) afirma que é importante compreender esse processo de se estabelecer os lugares sociais, quando diz que:

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, e a dos ricos (SAFFIOTI, 1987, p.11).

Teles (2003, p.179) afirma que durante muito tempo não se observou registros das lutas das mulheres e sua contribuição para a História do Brasil. Entretanto, quando a mulher começou a escrever em periódicos e outros meios de comunicação este cenário foi modificado e a voz dos sujeitos femininos começou a ser ouvida. Esse período teve início em 1850 e foi até 1934 quando aconteceu a conquista do voto feminino no país.

Na década de 1910, inicia-se a luta das mulheres pelo voto no Brasil. Essa luta foi considerada o primeiro movimento das mulheres brasileiras, expondo corajosamente suas ideologias relacionadas ao voto, e sendo liderada por Bertha

Lutz, bióloga, cientista de grande relevância na sociedade, e uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (PINTO, 2010, p. 16).

De acordo com a autora:

Esse movimento foi denominado sufragista, salientando que Bertha Lutz organizou a campanha pública pelo voto, levando um abaixo-assinado ao Senado em 1927, para que fosse aprovado o Projeto de lei de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (*Idem*).

A partir desta data, inicia-se o movimento sufragista, por meio do qual as mulheres se manifestavam publicamente exigindo um direito que, na verdade, já deveria ter sido concedido a elas.

Dessa manifestação nasceriam outros movimentos e, conseqüentemente, outras conquistas, pois, Simone de Beauvoir já havia iniciado o movimento feminista manifestando-se contra as discriminações sofridas na França, como relata Monteiro *et al*, (2017) a seguir:

O movimento feminista teve como influência Simone de Beauvoir, filósofa e escritora francesa, nascida em Paris no dia 9 de janeiro de 1908. Criada em uma família tradicional católica, sua mãe garantiu que a mesma teria uma educação conservadora no Cours Desir, também chamado de Escola do Abbey, onde meninas recebiam formação para que fossem donas de casa e mães de família. Diferente da grande maioria das meninas e mulheres da sua classe social à época, Simone não se conformou com o destino que já lhe estava traçado, qual seja, o de um casamento arranjado. (MONTEIRO *et,al* 2017 *apud* GRUBBA, 2017, p. 266).

Esse movimento tinha como propósito libertar as mulheres de uma “prisão” cultural que as envolvia. No entanto, a luta não era apenas para que a mulher ocupasse um espaço na vida pública, mas também no trabalho, na educação e para que conquistasse mais autonomia frente às futuras decisões que ela precisasse tomar sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p. 16).

Por muito tempo a mulher no Brasil se calou diante de tantos estereótipos, preconceitos e desigualdades sem poder tomar suas próprias decisões, ficando à mercê da autoridade do homem, sendo rotulada por ter que trabalhar fora e recebendo salários menores do que o dos homens.

Contudo, foi no período em que o país vivia sob o regime militar que as primeiras manifestações começaram a acontecer, no Brasil, conforme descreve Pinto, (2010, p. 17):

Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher.

Nessa época, o regime militar não dava créditos a quaisquer que fossem as manifestações advindas das mulheres, pois durante muito tempo elas ficaram no anonimato. Quando surgiu a primeira manifestação foi um acontecimento desafiador para o governo militar.

No momento em que acontecia no Brasil a organização para as primeiras manifestações as exiladas, principalmente em Paris, estavam vivenciando o feminismo europeu e, a partir dali, iniciaram reuniões mesmo em meio a vasta oposição dos homens exilados. De acordo com Pinto, “ [...] os homens em sua maioria enxergavam o feminismo como uma oposição na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo” (*Idem*).

No ano de 1976, foi lançada A Carta Política, pelo Círculo da Mulher, em Paris, na qual constava uma medida esclarecedora da situação árdua em que estas mulheres se encontravam. No documento lia-se:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (*Idem* p. 54).

Percebe-se que a luta estava sendo travada com muita determinação e as reivindicações eram voltadas para as necessidades específicas que as mulheres tinham. Na verdade, a intenção delas não era de natureza separatista, mas sim de participar em igualdade de direitos em uma sociedade que já não mais poderia evitar essas manifestações.

Então, nos anos de 1980, após o fim da Ditadura militar, houve a restauração da democracia no Brasil. Nesse momento, o feminismo no país entra em uma fase de muita inquietação na luta pelos direitos das mulheres.

Pinto (2010 p. 17) relata que nesse período,

[...] há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais (PINTO, 2010, p. 17).

Nessa época, conforme menciona a autora, grupos que até então estavam em silêncio começaram a movimentar-se aproximando-se dos movimentos populares de mulheres que faziam suas manifestações em locais de muita pobreza, solicitando melhorias. Sobre essa movimentação a autora destaca;

[...] estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados (*Idem*).

Nota-se, portanto, que as mulheres estavam influenciando novos grupos de manifestantes que, outrora, estavam no anonimato. Através das suas reivindicações, muitos sentiram-se motivados a lutar pelos próprios ideais.

Mesmo em meio ao regime militar, as mulheres não fugiram à luta. Sabiam que encontrariam resistência, pois seu histórico numa sociedade dominada por homens era de depreciação. Então, sabiam que a luta seria extremamente difícil e, conseqüentemente, traria muitos embates. No entanto, uma vez iniciado o processo sufragista, elas não voltariam atrás. Passariam por barreiras cheias de preconceitos e discriminação, porém isso não as faria desistir até obterem suas conquistas.

Na seção que se segue discorreremos sobre a participação política feminina nos movimentos sindicais brasileiros.

1.8 O sujeito feminino e a participação política nos movimentos sindicais do país

Conforme verificamos ao longo deste capítulo, historicamente, no Brasil, o homem sempre teve prioridade na questão trabalhista, enquanto a mulher permanecia em condições precárias no que se refere às relações de trabalho, não sendo reconhecida como colaboradora no processo econômico. Na verdade, a única forma de reconhecimento da contribuição feminina, foi a de mantenedora do equilíbrio doméstico familiar

Após 1930, entretanto, algumas mudanças começaram a acontecer, conforme podemos observar a seguir:

O Estado passa a definir os direitos e os deveres relativos à organização das práticas produtivas; aceita as associações profissionais como interlocutoras; reconhece como oficiais as organizações dos sindicatos. Com a criação do Ministério do Trabalho, a legislação trabalhista é promulgada como corpo jurídico válido nacionalmente. Esses atos inauguram no Brasil a constituição da cidadania social. (GIULIANI *et al* 1997, *apud* PRIORE, 1997, p. 537).

Com a Constituição da Cidadania Social, inaugurada no Brasil, abrem-se as oportunidades para o trabalho fundamentadas na Lei. No entanto, as autoras destacam que,

Tal modelo se mantém por três décadas. Até o golpe militar de 1964, a noção de cidadania permanece vinculada ao emprego estável, assalariado e urbano, priorizando o espaço fabril de produção e mantendo como interlocutores privilegiados os trabalhadores e os empresários das grandes empresas. Se, por um lado, essas ações representam um avanço nas relações de trabalho, antes despojado de mediações, por outro, acabam excluindo a maioria dos trabalhadores. (GIULIANI *et al* 1997, *apud* PRIORE, 1997, p. 537).

A partir do golpe de 1964, os governos militares que se seguiram enfraqueceram os meios de integração social dos trabalhadores, que ficaram restritos assustadoramente no que se refere ao acesso à cidadania social.

Durante todo o período da Ditadura militar

Houve repressão aos sindicatos e a seus dirigentes, supressão do salário profissional, esvaziamento da Justiça do Trabalho, exclusão dos representantes dos empregados e dos empregadores do controle público da administração e da gestão do Instituto Nacional da Previdência Social são algumas das medidas desse período (*Idem*).

Na época dos anos 1960, os programas sociais e de assistência foram mantidos pelo Estado utilizando a mesma ideologia de outros governos. Assim, nas questões profissionais os homens eram aceitos como chefes das famílias e mais uma vez as mulheres ficavam à sombra de seus maridos sendo reconhecidas como cidadãs de maneira indireta (*Idem* p. 538).

Entre 1979 e 1985, os sindicatos renovaram as suas condutas e, então, inicia-se um novo processo que inclui as negociações coletivas, a eleição dos

delegados sindicais nos locais de trabalho e novas modalidades que redefiniam os vínculos políticos entre os trabalhadores, representados, e seus dirigentes sindicais, representantes.

Todo esse processo de renovação traria novas práticas no meio sindical. As mudanças causariam muitos questionamentos e críticas. Apesar disso, as inovações trariam uma nova forma de sindicalismo que impulsionaria a mobilização pelos direitos das mulheres trabalhadoras, conforme podemos observar na sequência que se segue:

Assim, muitas queixas e relatos sobre a discriminação e a segregação sexual conseguem sair das paredes domésticas em que até então estavam enclausuradas e tornam-se fontes de denúncias e de demandas de novos direitos. Tais atitudes conseguem atingir os alicerces das relações sociais questionando os principais espaços coletivos: o local de trabalho, a prática sindical e a própria família. Grupos de mulheres conseguem criar um novo estilo de reflexão, de mobilização, de debate frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical. Conseguem também, aos poucos, penetrar nos vértices das estruturas de representação tradicionalmente ocupados por homens, nas diretorias das organizações sindicais, partidos políticos, associações, comitês etc. (GIULIANI *et al*, 1997, *apud* PRIORE, 1997, p. 540).

Por muito tempo pensou-se que seria complicado e difícil fazer uma mobilização que envolvesse as mulheres, pois a colocação delas no mercado de trabalho ainda era considerada provisória e, portanto, irregular. Considerava-se, também, que elas eram as principais confidentes e as que reproduziam os valores patriarcais na zona rural brasileira. Contudo, essas ideologias já não faziam parte da realidade, conforme pode-se observar a seguir:

No entanto, vários estudos, de acadêmicos e de militantes, mostram que tais ideias já não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, a participação produtiva dessas mulheres é massiva e marcada por uma longa jornada de trabalho mal remunerado. Em segundo lugar, suas mobilizações já têm ganho visibilidade, através de manifestações, protestos e abaixo-assinados que reclamam o respeito à legislação, o acesso à previdência social e também o direito de participar ativamente de seus sindicatos. (GIULIANI, *et al* 1997, *apud* PRIORE, 1997, p. 540).

O processo de mobilização das mulheres rurais não era fruto da prática sindicalista. Irrompia, na realidade, através de debates sobre o cotidiano e as dificuldades enfrentadas por elas. Esses movimentos eram formados por grupos pequenos, muitos deles ligados a movimentos religiosos, porém havia outros que não pertenciam a nenhuma instituição religiosa e que, no conjunto, formavam movimentos de resistência.

As autoras registram que “[...] em todos esses casos, são as mulheres que tomam a iniciativa de promover as reuniões, organizá-las e dirigi-las”(GIULIANI, *et al* 1997 *apud* PRIORE, 1997, p. 540). Nesses encontros discutia-se temas que perpassavam a identidade da mulher dentro do lar, assuntos relacionados às condições de vida dos produtores rurais, etc. Deste modo, era nítida a emergência de uma consciência coletiva, nascida a partir das experiências trazidas do cotidiano.

As reivindicações pleiteavam que os sindicatos fossem resolutos e tivessem firmeza na defesa dos trabalhadores para que preservassem o vínculo à terra, conforme podemos observar a seguir:

Esses grupos têm se constituído como suporte importante dos movimentos iniciados nos anos 70 contra a reestruturação das grandes fazendas – que leva à expulsão de muitos moradores e à substituição de suas culturas para o autoconsumo, por culturas comerciais ou pela pecuária bovina extensiva. São os grupos de mulheres trabalhadoras que no fim da década de setenta introduzem em seus temários o apelo para que os sindicatos assumam com maior determinação a defesa e a preservação do vínculo à terra, dando aos produtores maior força para enfrentarem os proprietários rurais. Já na década de oitenta, os debates travados nos períodos das eleições sindicais e o fortalecimento dos grupos de oposição sindical, também no campo, estimulam uma série de ações pontuais em que muitas trabalhadoras tornam-se sindicalistas ativas (GIULIANI, *et al* 1997, *apud* PRIORE, 1997, p. 541).

No ano de 1978 e 1982, na região Nordeste, num momento em que a seca devastava o local, as mulheres da zona rural já reivindicavam sua cidadania.

Diante de um processo lento de implementação dos programas relacionados às frentes de emergência contra a seca, as mulheres pediam que os empregos ofertados fossem disponibilizados também a elas e que respeitassem, na contratação, os direitos previstos pela lei trabalhista – salário mínimo integral e acesso à previdência social. Reivindicam, ainda, a abertura de creches nos locais onde se realizam as frentes.

Observa-se, deste modo, que as mulheres não pensavam somente em si mesmas, mas lutavam em prol de todos os produtores rurais castigados pelas precárias condições de vida, os quais, por sua vez, reivindicavam o livre acesso às terras públicas e privadas em períodos de seca.

Deste modo, as manifestações coordenadas por mulheres gradativamente já se tornavam lutas pela Reforma Agrária, movimentos de reivindicação pela posse da

terra que ganharam força na sociedade brasileira após o fim da Ditadura militar, na década de 1980. Deste modo,

As mulheres participam também dos movimentos de ocupação das terras, que eclodem com força crescente a partir de 1980, quando o país se democratiza e, sobretudo, a partir do lançamento do frustrado Plano de Reforma Agrária. Organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e por outras entidades comunitárias, religiosas e laicas, grupos de famílias de agricultores ocupam terras não utilizadas de propriedades públicas e privadas, montando seus acampamentos e começando imediatamente a cultivá-las. Na organização básica desses acampamentos, as mulheres desempenham múltiplos papéis: são produtoras rurais, organizadoras das atividades domésticas e também muito ativas nas mobilizações constituídas para resistir à violência de policiais, proprietários ou especuladores (GIULIANE *et al*, 1997, *apud* PRIORE, 1997, p. 542).

As mulheres tiveram, portanto, participação ativa nos movimentos sociais pela Reforma Agrária no país, atuando tanto no âmbito da organização dos acampamentos, em movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), como produtoras rurais na agricultura familiar e também em processos de resistência contra a violência no campo.

Nessa perspectiva, compreende-se que as mulheres deram e têm dado grandes contribuições para que mudanças sociais relevantes sejam colocadas em prática. Essas lutas, que agregam a participação feminina, acabam modificando antigos pressupostos construídos em torno do modelo secular de sociedade patriarcal instaurado no Brasil e que originaram a divisão sexual do trabalho.

Deste modo, a participação feminina nas lutas trabalhistas e pela posse da terra acabaram gerando uma crise identitária até mesmo no âmbito dos sindicatos, conforme apontam as autoras a seguir:

Para melhor compreender os movimentos de mulheres trabalhadoras em suas lutas para remodelar as relações entre a família e o trabalho, é oportuno salientar que ao longo dos anos 80 ocorre uma revisão da imagem social da feminilidade. Difundem-se novas proposições que reafirmam o princípio de equidade entre os sexos e são debatidas modificações na ordem cultural e jurídica. Nesse percurso, às vezes tortuoso, aparecem com maior clareza os limites daquilo que seria próprio das mulheres, daquilo que lhes seria reconhecido, permitido ou atribuído como característico de sua “natureza social”. Por comparação, pode-se também compreender o que seria próprio da “natureza social do homem”. Mais ainda! Chega-se à consciência de que qualquer definição dos papéis, da imagem, da identidade e dos códigos de comportamento da mulher, é instável e transitória, já que tais concepções culturais são o resultado do confronto entre os valores dominantes e os anseios de mudança. (GIULIANI *et al* 1997, *apud* PRIORE 1997, p. 543).

Assim, a participação feminina no processo de produção econômico brasileiro e nas lutas no campo em favor da Reforma Agrária resultaram na revisão do seu papel social. Nunca é demais lembrar, entretanto, que o resultado da ascensão feminina foi produto de muitas lutas por melhores condições de vida e por direitos iguais na sociedade brasileira.

Na seção que se segue discutiremos os discursos e os estereótipos produzidos sobre os sujeitos femininos na sociedade brasileira dos séculos XX e XXI.

1.9 Os discursos e os estereótipos reproduzidos na sociedade brasileira do século XX e XXI

Para discorrer sobre a questão dos estereótipos criados na sociedade brasileira em torno do sujeito feminino vou me reportar ao Brasil da década de 50.

Bassanezi *et al* (1995, *apud* Priore, 1997, p. 508) relatam que na década de 50 o Brasil estava vivendo um período de desenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial, o país passava por um momento de otimismo e esperança graças ao crescimento urbano e industrial. Esse panorama trouxe novas possibilidades na educação e no trabalho tanto para homens quanto para mulheres. A democracia e a participação foram fortes argumentos em discursos políticos.

O processo democrático possibilitou aos brasileiros o acesso à informação, lazer e consumo. A modificação no estilo de vida das pessoas, nas cidades, reduziu as distâncias entre homens e mulheres, de modo que práticas sociais do namoro à intimidade familiar também sofreram modificações (*Idem*, p. 507).

Entretanto, mesmo em meio a tantas modificações e possibilidades criadas ainda existia a desigualdade entre os papéis de homens e mulheres. A questão da moralidade sexual era perceptível e o trabalho da mulher, embora já fosse mais aceito, era permeado de preconceitos e estereótipos. Assim, havia ainda um longo caminho a ser percorrido para que os estigmas fossem quebrados, trazendo para a mulher maiores oportunidades.

Sabe-se que, naquela época, os homens tinham total poder sobre as mulheres sendo responsáveis diretos por sua esposa e filhos. Também é sabido que às mulheres eram impostos deveres domésticos e maternais que as deixavam aprisionadas ao lar. Portanto, conclui-se que o sujeito feminino deveria seguir os parâmetros que a sociedade lhe impunha, incontestavelmente.

Apesar de um cenário democrático, o reconhecimento da mulher como igual ainda estava longe de ser alcançado. Mesmo assim, as lutas seriam travadas e as manifestações continuariam, com o objetivo de romper com os padrões definidos pela sociedade.

Os papéis sociais estavam assim definidos:

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse *seus* caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras. (BASSANEZI *et al* 1995, *apud* PRIORE, 1997, p. 510).

Havia, na época, uma classificação entre moças de família e moças levianas. O que as diferenciava era o fato de que as de família ganhavam o respeito e o privilégio de um bom casamento, enquanto às outras essas condições eram negadas.

As diferenças eram muitas; a ingenuidade e a pureza sexual distinguiam também as moças de família das moças levianas. O cuidado para que elas não se “perdessem” moralmente era constante, para que não ficassem faladas e fossem destituídas da condição de boas moças.

Bassanezi *et al* (*Idem*, p. 510) mencionam que muitos conservadores, na época, até criticaram a chegada do cinema americano por influenciar negativamente o Brasil, em especial às mulheres, pois, segundo eles, mostravam a imoralidade como se fosse algo comum. Até a literatura foi questionada, recomendando que as leituras fossem monitoradas pelos pais.

Todo esse cuidado para com as moças de família devia-se ao fato de que a ideologia patriarcal instaurava a mulher como “sexo frágil”, subjugada financeira e emocionalmente ao homem, cujo lugar era em casa, cuidando da família. Eram, portanto, estereótipos extremamente fortes e marcantes na vida da mulher.

As mulheres eram tratadas como se não conseguissem agir ou raciocinar sobre o que era bom ou ruim para elas. Por esse motivo, eram resguardadas e submetidas à subordinação e imposição do pai – marido.

Quanto ao vestuário das moças, Bassanazi *et al* (*Idem*, p. 512) relatam que elas não podiam usar roupas que não cobrissem os ombros ou mostrassem parte das pernas, pois não condizia com a boa moral. A elas também era negado o direito de saírem sozinhas, especialmente na companhia de rapazes. A exceção, porém, era se estivessem presentes mais pessoas, como um irmão, amigas, parentes, na época chamados de “segura velas”.

As autoras (*Idem*, p. 512) acrescentam que algumas revistas eram taxativas nos discursos sobre promiscuidade, divulgando mensagens que continham até um tom de ameaça às moças que descumprissem as regras da moralidade impostas a elas, conforme observa-se a seguir:

O código da moralidade era de domínio geral e praticamente todos se sentiam aptos a julgar os comportamentos de uma jovem: os pais, os vizinhos, os amigos e amigas, os educadores, os jornalistas... A moralidade defendia a *boa família*, ou melhor, o modelo dominante de família. A *moça de família* manteve-se como um modelo das garotas dos anos 50 e seus limites fundamentais eram bem conhecidos, ainda que algumas das atitudes *condenáveis* pudessem variar um pouco entre cidades grandes e menores, cariocas e paulistas, diferentes grupos e camadas sociais. A moral sexual dominante nos anos 50 exigia das mulheres solteiras a *virtude*, muitas vezes confundida com ignorância sexual e, sempre, relacionada à contenção sexual e à virgindade. (BASSANEZI *et al* 1995, *apud* PRIORE, 1997, p.512).

É notório, contudo, que essas regras ou códigos de moralidade serviam apenas para as mulheres, pois, segundo declaram as autoras, os homens não tinham nenhum tipo de empecilho moral e tudo lhes era permitido. Deste modo, eles podiam ter relações sexuais com várias mulheres e, ao invés de causar vergonha moral, eram incentivados para tais atos. Os jovens eram encorajados, desde cedo, a procurarem prostitutas para iniciarem sua vida sexual, já que aquelas moças não eram para casamentos ou relacionamentos sérios (*Idem*, p. 523).

Por outro lado, as moças que não eram virgens escondiam sua condição para que pudessem arranjar um bom partido e casarem-se:

As moças não-irgens, que pretendiam se casar ou pelo menos conservar o respeito social, procuravam manter sua condição em segredo. A virgindade era vista como um selo de garantia de honra e pureza feminina. O valor atribuído a essas qualidades favorecia o controle social sobre a sexualidade das mulheres privilegiando, assim, uma situação de hegemonia do poder masculino nas relações estabelecidas entre homens e mulheres. E como, geralmente, os rapazes de classe média e alta procuravam obter satisfação sexual com mulheres mais pobres, fora de seu *meio*, o critério de

classificação e valorização das mulheres servia também como forma de reforçar as desigualdades sociais existentes. (*Idem*, p. 513).

Percebe-se a nitidamente a desigualdade e preconceito da época em relação às mulheres. Enquanto os homens tinham plena liberdade sexual, a mulher tinha a obrigação de se manter virgem para homens sexualmente ativos.

As mulheres mais pobres eram alvos de homens da classe média e alta que queriam satisfazer-se sexualmente, deixando clara a desigualdade social. Essas mulheres eram associadas a “mulheres da vida”, portanto estariam dispostas a fazer qualquer coisa por dinheiro.

A regras sociais para as moças de família, no entanto, eram bem claras e diretas. As moças deveriam esperar os rapazes em casa e eles deveriam levá-las de volta. Porém, se ela morasse sozinha, ele não poderia entrar em sua casa. Havia outras regras sociais, tais como “[...] quem paga a conta é o rapaz, as moças de família não podiam ingerir bebidas alcoólicas, fazer piadas picantes era inconcebível, abraços e beijos, somente de cordialidade”, (*Idem*, p. 514).

É perceptível o fato de que a mulher deveria se resguardar moralmente. Se acontecesse algo a mais, seria porque a mulher permitiu, então seria uma desvirtuada e leviana.

Bassanezi, *et al* (*Idem*, p. 518) observam que “As moças sonhavam com um casamento seguro, pois eram assim criadas, tinham medo da solidão, pois se ficassem sozinhas, quem as sustentaria? Elas precisavam cumprir o destino delas”. Nessa ótica, percebe-se que as moças sempre foram direcionadas à função de esposa, mãe e donas de casa. A estigmatização da mulher era tão intensa que se sua idade estivesse acima daquela estabelecida para o casamento, isso seria um motivo de grande preocupação, conforme observa-se a seguir:

O grande medo da maioria das moças era ficar solteira. O problema não era apenas a solidão, às mulheres *de família* não era permitido amenizá-la com aventuras amorosas ocasionais, teriam de se preocupar também com seu sustento já que, sem marido, iriam se tornar um peso à família e sofreriam com o estigma de não terem cumprido com o destino feminino. Uma mulher com mais de 20 anos de idade sem a perspectiva de um casamento corria o risco de ser vista como *enclhada*, candidata a *ficar pra titia*. Aos 25 anos, considerada uma *solteirona*, já era fonte de constrangimentos. Um homem de 30 anos, solteiro, com estabilidade financeira, ainda era visto como um *bom partido* para mulheres bem mais jovens. (BESSANEZI *et al*, apud PRIORE, 1997, p. 518).

Mesmo em meio a tantas regras morais, algumas jovens se rebelavam agindo de maneira ousada, contrariando a lei da moralidade. Expunham seus desejos em público, sem nenhuma preocupação, fumavam, liam revistas impróprias, exploravam sua sensualidade usando roupas e penteados ousados. Elas queriam investir em uma carreira e, assim, discordavam de seus pais em praticamente tudo que era proibido para elas (*Idem*, p. 520).

Ocorre que, na década de 50, as mulheres já começavam a ingressar no mercado de trabalho, assumindo funções no comércio e no serviço público. Outras oportunidades começaram a surgir para elas, conforme constata-se na sequência que se segue:

Cresceu na década de cinquenta a participação feminina no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos. Surgiram então mais oportunidades de emprego em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora etc. que exigiam das mulheres uma certa qualificação e, em contrapartida, tornavam-nas profissionais remuneradas. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou, sem dúvida, mudanças no *status* social das mulheres (*Idem*, p. 521).

Os estereótipos, no entanto, continuavam a rondar suas vidas e a sociedade continuava reforçando a desaprovação pelo trabalho feminino, evidenciando o seu papel de dona de casa e mãe.

Entre tantas obrigações que a mulher tinha no âmbito familiar, era ainda esperado que ela administrasse muito bem as finanças e que, em hipótese alguma, discutisse ou questionasse o marido por essas questões (*Idem*, p. 525).

Estes foram, portanto, os estigmas a que eram submetidos os sujeitos femininos na metade do século XX e que ainda ressoam no século XXI.

No capítulo II, que se segue, trataremos do discurso midiático como mecanismo de poder responsável pela construção de discursos e representações identitárias.

CAPÍTULO II

O DISCURSO MIDIÁTICO

Neste capítulo discorrerei sobre os discursos em circulação na sociedade e no papel da mídia como um importante mecanismo de poder, responsável pela construção de sentidos que propõem padrões de comportamento, ideologias e representações de modelos sociais. Esses modelos propostos influenciam na construção das identidades dos sujeitos, refletindo valores presentes na sociedade em determinada época.

Para tratar do tema, inicio discutindo o lugar da mídia na sociedade contemporânea. Na sequência, trato da construção do discurso midiático, do discurso da publicidade, das práticas discursivas da mídia e finalizo mencionando a construção das identidades coletivas, na perspectiva de Patrik Seriot.

2.1 O lugar da mídia na sociedade contemporânea

Charaudeau (2006, p. 114) relata em seu livro intitulado “Discurso das mídias”, que todo ato de comunicação desenrola-se através de um duplo processo, por ele denominados de transformação e transição. Na obra, o autor trata do panorama entre a sociedade e as mídias.

Para o autor discutir sobre as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é tão simples. No entanto, sabe-se, que as mídias são utilizadas pelos políticos na tentativa de manipular a opinião pública. Há muita crítica às mídias no sentido de que elas constituem um quarto poder. No entanto, segundo o teórico, constituem um quarto poder.

“Na verdade, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 17).

Conforme o pesquisador é comumente uma sociedade construir discursos que justifiquem suas atitudes, no entanto, muitas vezes, esses discursos não expõem a verdade de seus atos. Inúmeras vezes são mascarados, corrompidos ou revelados em parte.

Neste sentido o teórico salienta que o poder aparente das mídias não depende de um único sujeito, e sim de uma instituição em que o sujeito se encontra e de onde ele tira sua força. Essa instituição deve ter a habilidade de gerenciar os comportamentos dos indivíduos que fazem parte da sociedade. Para tanto, deve prover-se de regras de comportamento, normas e sanções.

Segundo o autor, a comunicação é muito importante para a sociedade, pois, é através do discurso de representação que são prescritas as práticas sociais, por meio da linguagem. Ainda ressalta a importância das instâncias de informação, citando a produção que se refere à mídia e a recepção, por parte do público, observando que “a primeira é possuidora do conhecimento e a segunda é a parte estimulada a obter esse conhecimento, que sem a mídia tudo não seria concebível”. (CHARAUDEU, 2006, p. 72).

Para o autor o objetivo do contrato midiático é levar a informação ao cidadão através da projeção do “fazer saber” e obter a adesão das massas para sobreviver às concorrências através da projeção do “fazer sentir”. Assim o autor faz uma síntese de todos os possíveis questionamentos sobre a informação, comparando as formas de transmissão e as plataformas de cada meio de comunicação.

O teórico observa também a dupla finalidade da informação: que é a credibilidade e a recepção da verdade. Expõe, ainda, algumas deliberações, hierarquicamente, que são relevantes no momento em que são selecionados os noticiários a serem mencionados na mídia, como por exemplo: a temporalidade, que se refere, ao interesse do público no presente, a expectativa, de que as informações atinjam um público-alvo e a sociabilidade de se divulgar assuntos no espaço público.

Desse modo o autor acaba por concluir que “o acontecimento é selecionado em função de seu potencial de saliência, que reside ora no notável, no inesperado, ora na desordem” (CHARAUDEAU, 2006, p.141).

O autor analisa detalhadamente os textos midiáticos chegando a uma tipologia dos subgêneros da informação. O autor entende que a postura dos discursos se estabelecem em três zonas: o acontecimento comentado, composto de crônicas, análises de especialistas e editoriais, o acontecimento relatado no qual existem as reportagens e as pesquisas e o acontecimento acarretado que é formado pelas entrevistas, debates e tribunas de opinião.

O autor faz também um balanço crítico das mídias na democracia, enfatizando a elaboração e o modo de expressão dos seus discursos buscando

saber qual discursividade utilizar para passar confiabilidade e, paralelamente, conquistar a audiência. Neste aspecto, ele mobiliza o acontecimento do dia 11 de setembro (o ataque às Torres Gêmeas) a fim de exemplificar como esse acontecimento foi veiculado por várias mídias.

Para o autor, as mídias manipulam e são manipuladas e é por meio desse processo que as informações chegam à sociedade. Charaudeau (2006) entende que existem o poder manipulador e a auto manipulação da mídia em busca de audiência. De acordo com ele a mídia manipula consciente e inconscientemente, sempre agindo com o intuito de conquistar seu público-alvo. Neste sentido, Charaudeau propõe ao leitor a manutenção de um olhar crítico e não afetuoso para com as notícias e informações que lhe sobrevêm o tempo todo, por todos os lados, para que não seja refém dessa manipulação. Na seção a seguir passo a tratar da construção do discurso midiático.

2.2. Como é construído o discurso midiático

A mídia vem se tornando, cada vez mais, objeto de pesquisa para AD, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil. A conexão entre os estudos da mídia e os de AD enriquece dois campos que são perfeitamente complementares, pois, conjuntamente, têm como objeto as produções sociais de sentidos.

Para Charaudeau (2013, p. 15) mídia e comunicação resultam no discurso do mundo moderno. Segundo o autor, sempre que as palavras entram na moda, exercem a função de emblema, desenvolvendo a imaginação de que realmente têm uma explicação ou significado, quando, na realidade, o que acontece, muitas vezes, é uma desordem mental, decorrente da ausência de discernimento dos fatos, da falta de diferenciação entre os termos empregados e da deficiência na explicação.

Para explicar essa confusão gerada pela imaginação Charaudeau comenta que,

Uma primeira distinção se impõe se quisermos tratar dessas questões: “informação* e “comunicação” são noções que remetem a fenômenos sociais; as mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas - econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã). (CHARAUDEAU, 2013, p.15).

Dessa maneira, o autor afirma que é aí que a mídia se transforma em alvo do mundo político, que precisa delas para sua própria “visibilidade social” e a utiliza com agilidade, esperteza a fim de administrar o espaço social. O autor alerta, entretanto, para o fato de que as mídias, muitas vezes produzem imagens alteradas de vários setores da sociedade, como do mundo financeiro, das ciências e das tecnologias, das ciências humanas e sociais, dentre as quais, a Sociologia, que tem interesse especial pela repercussão midiática sobre a opinião pública.

O discurso político é o mais difícil de abordar, pois este está ligado ao poder e conseqüentemente à manipulação, entretanto “o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação”. (CHARAUDEAU, 2013, p.17).

Nessa ótica o autor (*Idem*) ainda destaca que as mídias são utilizadas pelos políticos com o intuito de manipular a opinião pública, mesmo que de alguma forma beneficie o cidadão as mídias são reprovadas por serem associadas a um quarto poder; pois, o cidadão mostra-se com certa regularidade como refém delas, tanto pela forma como é representado, quanto pelos efeitos impulsivos instigados, os quais se encontram extremamente longe de qualquer aspiração à mera informação. Para o autor (*Idem*) as mídias manipulam tanto quanto são manipuladas.

Desta maneira, o teórico conclui que é preciso identificar quem é o manipulado, realidade que para as mídias, refere-se à indagação de descobrir quem é o foco da informação. Se, numa primeira proximidade, informar é disseminar um saber a quem não o possui, pode-se dizer que a informação é tanto mais forte quanto maior é o nível de desinformação, por parte do alvo, no que se refere ao saber que lhe é transmitido.

Deste modo, para o autor, as mídias não propagam a realidade, mas divulgam o que apreendem do espaço público. Neste caso, a informação é intrinsecamente uma questão de linguagem, que não é transparente para o cidadão, pois exhibe sua própria inquietação, criando um olhar subjetivo do mundo. Sobre essa inquietação, o autor relata que até mesmo a imagem que deveria transmitir a realidade tem sua própria opacidade e que possui efeitos cruéis e enganosos, causando comoção entre as pessoas.

A linguagem transmitida pelas mídias transborda armadilhas, segundo Charaudeau (*Idem*). As interpretações podem ser inúmeras e a manipulação sempre estará presente. O autor ainda afirma que,

[...] as formas podem ter vários sentidos (polissemia) ou sentidos próximos (, sinonímia); tem-se realmente consciência das nuances de sentido de cada uma delas? Além disso, um mesmo enunciado pode ter vários valores (polidiscursividade): um valor referencial (ele descreve um estado do mundo), enunciativo (diz coisas sobre a identidade e as intenções dos interlocutores), de crença; tem-se consciência dessa multiplicidade de valores? Enfim, há também o fato de que a significação é posta em discurso através de um jogo de dito e não dito, de explícito e implícito, que não é perceptível por todos: tem-se consciência dessa multiplicidade de efeitos discursivos? (CHARAUDEAU, 2013, p. 38-9).

Portanto, conforme declara o autor (*Idem*) os sentidos podem ser interpretados de várias formas, pois nem todo sujeito possui a habilidade de perceber o explícito e implícito causando uma diversidade de interpretações.

2.3 O discurso da publicidade

O discurso da propaganda, chamado por Charaudeau (2013, p. 109) de discurso por “*incitação a fazer*” possui algumas características, cujo objetivo é-fazer crer (o interlocutor). Deste modo, a propaganda outorga ao “tu” (interlocutor) uma posição de dever crer, organizando-se de acordo com o que se segue:

Este discurso se origina de um ato voluntário proveniente de uma instância de produção, um “eu”, que constitui uma fonte individual ou coletiva, que é determinada e pode ser imputável do ponto de vista de sua responsabilidade, razão pela qual excluimos o rumor desta caracterização (ver mais a diante).

Ele tem como alvo uma instância coletiva, o que explica que ele se inscreva sempre num dispositivo de difusão; daí o qualificativo de “propagandista” no seu sentido etimológico de difusão e circulação do discurso no espaço público, junto ao maior de número possível de pessoas (propagare).

Para conseguir o objetivo de fazer crer e colocar a instância de recepção em posição de dever crer, o discurso propagandista se organiza de acordo com um duplo esquema cognitivo, narrativo e argumentativo (Charaudeau, 2010, p. 57 - 78).

Segundo o autor, o esquema cognitivo narrativo é o mais conveniente para seduzir o interlocutor e persuadi-lo. Dessa maneira, de acordo com ele, determina-se uma forma de raciocinar e de argumentar, a fim de que seja

feita uma contestação no que diz respeito ao esquema narrativo, para manifestar possíveis objeções em relação ao esquema narrativo anterior.

Na ótica do autor, o discurso de propaganda não pode ser determinado como totalmente “manipulatório”, visto que, as duas instâncias conhecem os termos do contrato. O discurso publicitário se fortalece entre uma instância “publicitária”, uma instância “concorrência” (a outra marca) e uma instância “público”. A instância “publicitária” tira sua autenticidade da sua posição na economia de mercado. A instância “público” é concebida, pelo viés do indivíduo, a um duplo lugar de “consumidor comprador potencial” e “consumidor efetivo da publicidade”.

Assim, Charaudeau afirma que idealidade individual, superlatividade e apelo à convivência fazem com que o discurso publicitário obedeça ao contrato de semi-engodos: todo mundo sabe que o “fazer crer” é apenas um fazer crer, mas desejaria, ao mesmo tempo, que ele fosse um “dever crer” (CHARAUDEAU, 2010, p. 57 – 58).

No discurso informativo e de propaganda a organização de ambos depende das suposições feitas a respeito do alvo a ser atingido, em especial a respeito dos imaginários nos quais este se move. Estes dois discursos representam o languageiro, fazendo com que a comunicação se movimente pelo filtro dos imaginários próprios da iminência de produção e da eminência de recepção (CHARAUDEAU, 2013, p. 60).

O discurso informativo segundo o autor, não tem uma relação de aproximação apenas com o imaginário do saber, mas da mesma maneira com o imaginário do poder, pelo menos, pela autoridade que o saber lhe concede. Para o autor Informar é usufruir de um conhecimento que o outro desconhece (“saber”), ter a capacidade que possibilita divulga-lo a esse outro (“poder dizer”), ser fundamentado nessa função de propagação (“poder de dizer”).

A veemência de informação exerce uma autoridade sobre o outro. Assim, as mídias estabelecem uma instância que detém uma parte do poder social. (CHARAUDEAU, 2013, p.63).

Consequentemente, a veracidade não está no discurso, mas apenas no resultado que acarreta. Na seção que se segue abordarei a questão das práticas discursivas da mídia.

2.4. As práticas discursivas da mídia

No século XXI, a mídia tem se utilizado de propagandas que seduzem o público com interdiscursos variados, contendo linguagens com as quais os sujeitos se identificam, em decorrência de certas condições de produção. Dessa maneira, percebe-se efeitos de sentido que são estabelecidos através de imagens, sons, cores, etc., que estimulam os desejos dos sujeitos, persuadindo-os de várias maneiras. O discurso construído pela indústria midiática atrai e leva os sujeitos a consumirem e/ou agir, condicionados ao que veem e ouvem. Sob essa perspectiva Fonseca-Silva (2007) relata que;

Se tomarmos, nos seus vários contextos de produção e de consumo, as imagens que circulam nas sociedades, no que tange às representações sociais e as representações visuais, são entendidas como organizadoras de todo um imaginário, sendo ao mesmo tempo, reflexo e resultado dos modos de pensar das sociedades (FONSECA-SILVA, 2007, p. 25).

Deste modo, Fonseca- Silva (*Idem*) considera a indústria midiática como grande responsável pelas atitudes dos sujeitos que são alimentados por discursos cristalizados. Nesse contexto, são utilizados discursos produzidos no passado histórico, ressaltando dessa forma, posições de poder na sociedade. Essa atitude, traz consigo a imposição de comportamentos a serem seguidos pelos sujeitos que absorvem essas informações, e que são inseridos em seu cotidiano como algo completamente normal e aceitável.

A preocupação da mídia não é apenas vender um certo produto, mas impor as ideologias em campos diversos causando a separação das classes sociais por meio de uma estratégia que leva em consideração os estereótipos e outros aspectos da vida do sujeito.

A mídia encarna um papel ambíguo: ao mesmo tempo em que expande o espaço de publicidade e discussões, ela reforça distinções de poder entre diferentes sujeitos (BOHMAN, 2000a; MANCINI, 1999; MEYER, 2002).

Maia (2006, p. 159) relata que os profissionais da mídia atuam como agentes políticos importantes, filtrando informações e produzindo quadros interpretativos. Para terem suas mensagens inseridas nesse espaço constituído pelos sujeitos midiáticos, políticos e porta-vozes de certos interesses e causas lutam para influenciar a produção das notícias e para controlar a percepção de eventos públicos e as questões-chave que acontecem na democracia contemporânea.

Como o interdiscurso não é transparente nem, muito menos, o sujeito é a origem dos sentidos, ninguém consegue enxergar a totalidade significativa nem compreender todos os percursos de sentido produzidos socialmente. (GREGOLIN, 2007, p. 15).

Na sociedade contemporânea, segundo a autora, a mídia é essencial na questão discursiva através da qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tenciona a memória e o esquecimento. É ela, acrescenta a teórica em grande medida, que organiza a historicidade que nos atravessa e nos constitui, moldando a identidade histórica através do elo com o passado e com o presente.

O efeito de “história ao vivo” conforme a autora relata, é produzido de maneira instantânea pela mídia, interpelando constantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais construindo o movimento da história presente através da redefinição de imagens e palavras que ficaram arraigadas no passado. Dessa maneira Gregolin (2007) ressalta que,

Rememoração e esquecimento fazem derivar do passado a interpretação contemporânea, pois determinadas figuras estão constantemente sendo recolocadas em circulação e permitem os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Os efeitos identitários nascem dessa movimentação dos sentidos. (GREGOLIN, 2007, p. 16).

Estamos constantemente subordinados a mudanças de interpretação/reinterpretação das mensagens midiáticas, conforme afirma Gregolin (2007) como sujeitos sociais que somos, e os sentidos históricos, os discursos em circulação se contrapõem, discutem, envolvem-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários. (GREGOLIN, 2007, p. 17).

Os discursos propagados pela mídia, baseados em técnicas como a confissão (reportagens, entrevistas, depoimentos, cartas, relatórios, descrições pedagógicas, pesquisas de mercado), segundo a autora (*Idem*), produzem um jogo no qual designam identidades com base na regularização de saberes induzindo as pessoas no que devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida.

Nessa perspectiva observa-se circulando na sociedade uma rede de discursos baseados em exemplos de propagandas, disseminadas na grande mídia brasileira, com base nas quais concebe-se a imaterialidade tanto nas práticas que sugerem o ideal de corpo como também a constituição de “lugares a serem ocupados por homens e mulheres na sua relação com os outros”. (GREGOLIN, 2017, p. 18).

Segundo a autora, nota-se, também, no que se refere ao funcionamento discursivo da mídia, os deslocamentos de remissão da memória e o estabelecimento do imaginário de uma identidade social. Pela circulação de representações que constituem o imaginário social e do retorno de figuras, a mídia constrói “uma ‘história do presente’, aparentando acontecimentos em curso que vêm maculados de signos do passado” (GREGOLIN, 2003, p.96).

A autora acrescenta ainda que,

[...] a aparente instantaneidade da mídia interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não- verbais, compondo o movimento da história presente por meio da re-significação de sentidos enraizados no passado. Por isso, determinadas figuras cristalizadas na memória coletiva estão constantemente sendo recolocadas em circulação, permitindo os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Através desses retornos figurativos, a mídia cria representações que se tornam observáveis e tangíveis (GREGOLIN, 2003, p. 105-6)

Nessa perspectiva, a autora descreve que a mídia lança constantemente discursos do presente que estabelecem relações com o passado, podendo sofrer reinterpretções. Dessa maneira a memória coletiva é instaurada, reiniciando seu imaginário constantemente e materializando essa retomada de sentidos produzida constantemente pela mídia.

Na seção a seguir, abordaremos a questão da identidade dos sujeitos como uma construção discursiva, a partir das ideias de Seriot (2001).

2.5 Patrick Seriot e a construção das identidades coletivas

Abordando a questão da construção discursiva das identidades coletivas remeto-me, ainda, à Seriot (2001), que estuda a construção das identidades, na perspectiva desses países, pode ser considerada primordialmente uma questão de nação, na perspectiva de grupos diferentes e no que se refere à língua e à construção discursiva de sujeitos. O autor afirma que “a nação não é um objeto natural, mas uma categoria que existe antes de tudo no nome que uma comunidade se dá. Uma etnomia não é o reflexo direto de uma “coisa”, mas um objeto de discurso”. (SERIOT, 2001, p. 15).

Aguero (2014, p. 190) aponta que Seriot (2001, p. 11-20) ao se debruçar sobre a problemática da construção de fronteiras identitárias, sociais e políticas nos mostra que o discurso é capaz de construir categorias que são postas como elementos-fronteira entre os grupos. Deste modo, denominar um grupo é uma forma de fabricar discursivamente uma identidade, trazendo “o outro” à existência. É também uma forma de estabelecer fronteiras entre o “eu” (ou nós) e “ele” (s).

Seriot (2001) ressalta ainda que o que está em questão, quando se trata de estabelecer fronteiras identitárias entre os grupos, não é a adequação das palavras, mas o fato de que certas palavras são aceitas e outras não para constituir comunidades, ou seja, para agrupar ou separar. Em outras palavras, é o nome que faz a fronteira e solidifica oposições entre os grupos.

Deste modo, as fronteiras identitárias longe de serem limites naturais são decorrentes, segundo Seriot (2001, p. 16), de processos de fabricação discursiva das identidades, pois são sempre construídas por meio do discurso que se mobiliza em torno dos sujeitos.

Embora as reflexões de Seriot sejam constituídas em torno da ideia de grupos diferentes, elas são pertinentes para compreendermos que a constituição das identidades dos sujeitos não é um processo natural. Pelo contrário, é um processo que passa sempre por um processo discursivo contínuo. Deste modo, podemos estabelecer uma analogia com o processo de construção das identidades dos sujeitos femininos, na sociedade brasileira no decorrer dos séculos, entendendo-o na perspectiva da fabricação discursiva contínua por meio de discursos

No capítulo III, a seguir, aprofundaremos essa discussão por meio da análise de discursos imagéticos, que buscarão mostrar como a mídia constrói sentidos, fabricando discursivamente a identidade dos sujeitos femininos por meio dos sentidos que veicula. As análises seguirão o movimento pendular, indo do *corpus* às teorias da AD e vice-versa.

CAPÍTULO III

O SUJEITO FEMININO NA ANÁLISE DE SETE DISCURSOS IMAGÉTICOS: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, EFEITOS DE SENTIDO, ESTEREÓTIPOS, FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD), MEMÓRIA DISCURSIVA E POSIÇÃO-SUJEITO (PS)

Neste capítulo passaremos a analisar o *corpus* desta pesquisa, constituído por sete discursos extraídas da mídia, cujas temáticas abordam questões sobre o sujeito feminino e os estereótipos criados em torno da sua imagem.

Ao tratar de imagem, neste estudo, refiro-me ao conceito de formações imaginárias, teorizadas por Pêcheux (2010, p. 81-2), como mecanismos de funcionamento discursivo, compreendidos como lugares representados e transformados pelos sujeitos nos processos discursivos de acordo com a imagem que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro na estrutura social.

As propagandas analisadas datam dos séculos XIX, XX e XXI e foram extraídas dos sites: [.gettyimages.com.br](http://gettyimages.com.br), propagandashistoricas.com.br, super.abril.com.br, sites.google.com, pordentrodomundodascelulas.com e cultura.uol.com.br.

O encaminhamento das análises compreenderá o levantamento das condições de produção, em sentido *estrito* e *amplo* (ORLANDI, 2001), dos efeitos de sentido, dos estereótipos mobilizados em torno do sujeito, FD, da memória discursiva e da PS, considerando a ideologia que atravessa os discursos imagéticos.

Início o capítulo abordando o surgimento da AD, na França, na década de 60, teorizada por Michel Pêcheux. Na sequência, passo às análises dos sete discursos imagéticos, selecionados como *corpus* deste estudo, elegendo a AD como campo teórico que subsidia as análises.

Na seção que se segue, passo a tratar do surgimento da AD, na década de 60.

3.1 Michel Pêcheux e o nascimento da AD

A análise do Discurso (AD) nasceu na França, na década de 60, do século XX, inaugurada a partir da publicação da obra de Michel Pêcheux denominada *Análise Automática do Discurso*. Essa obra, que ficou conhecida como AAD-69, foi de uma tese publicada em uma época em que, segundo Maldidier (2003, p. 19), toda a Europa está impregnada pelo Estruturalismo e pela Teoria Gerativa-Transformacional, tornando-se palco de inúmeras tentativas de renovação do pensamento teórico.

Historicamente, a AD surge em uma época de grandes disputas políticas e intelectuais na França, além de rupturas com a ordem social vigente Courtine (2006, p. 9) narra que, na época, nas ruas francesas circulavam inúmeros cartazes como “É proibido proibir”, “Abaixo o Estado”, dentre outras.

O discurso em circulação mostrava, assim, o pensamento vigente e o nascimento de uma mentalidade de esquerda na intelectualidade, que será a base para o surgimento da teoria do discurso.

A AD surge, também, numa época de grandes releituras de pensadores conhecidos: Althusser relerá a obra de Marx, Lacan revisitará a obra de Freud e Saussure será interrogado pela abordagem imanente da língua e o Estruturalismo pela aceitação filosófica do indivíduo como senhor de si, estável, livre e responsável por suas escolhas.

Análise Automática do Discurso marcará o início da trajetória teórica de Michel Pêcheux e da AD, que surge inicialmente como um dispositivo semelhante a uma máquina discursiva de leitura e com a finalidade de se tornar uma ferramenta de análise de textos (*Idem*).

Para propor essa nova teoria, revolucionária na época, Pêcheux apoia-se em três campos disciplinares: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Será em torno das ideias de Althusser que, inicialmente, Pêcheux começará a pensar a AD como uma teoria materialista do discurso e o sujeito como um efeito ideológico elementar (MALDIDIER, 2003, p. 32-3).

Ao longo da trajetória empreendida por Pêcheux, a AD passará por três fases de construção e desconstrução (PÊCHEUX, 2010p. 307 -15). A 1ª fase inicia-se em 1969 com a publicação da tese universitária já mencionada, prosseguindo até março de 1975, com a publicação do artigo. *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas*, de Pêcheux e Catherine

Fuchs. *Análise Automática do Discurso* trará conceitos importantes como o de discurso, condições de produção, formações imaginárias, pré-construído, dentre outros. Quanto ao artigo de Pêcheux e Fuchs, irá avançar na teoria trazendo reflexões em torno do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso, pensados pelo viés de uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

A 2ª fase da AD é marcada pelo lançamento, também em 1975, da obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, momento da ordenação dos conceitos teóricos iniciados em 1969 e em artigos posteriores. A obra aborda a questão do inconsciente e da ideologia como construtivos de sujeitos e sentidos, trazendo à discussão a tese da interpelação ideológica do sujeito e do assujeitamento em sua constituição (Pêcheux, 2009^a, p. 139).

A 3ª fase inicia-se em 1978, com a publicação do artigo *Só há causa daquilo que falha ou inverno político francês: início de uma retificação*, no qual Pêcheux faz um retorno reflexivo em sua própria teoria (MALDIDIER, 2003, p. 67) aprofundando-se na questão da divisão do sujeito, pensados em processos de resistência à interpelação ideológica. No texto, Pêcheux reconhece que “[...] não há ritual sem falhas[...]” (PÊCHEUX, 2009b, p. 277), pois os atos falhos, chistes deslizamentos de sentidos, equívocos, etc., são marcas do inconsciente que sinalizam a resistência do sujeito à interpelação ideológica.

A 3ª fase irá até o desaparecimento de Pêcheux, em dezembro de 1983.

Na próxima seção, passarei a analisar as condições de produção, a formação discursiva, os efeitos de sentido e as posições-sujeito do *corpus* deste estudo.

3.2 Discursos imagéticos das gravuras 1, 2 e 3: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos e memória discursiva

Antes de dar início às análises, convém teorizarmos o que são condições de produção, na perspectiva da AD.

Segundo Siqueira (2017, p. 1)), na AD concebida pelo filósofo Michel Pêcheux, na década de 60, do século XX, a noção de *condições de produção* possui um lugar de destaque, uma vez que não era mais possível entender o sujeito como senhor de si, dotado de consciência e sendo fonte e origem de seu discurso, conforme acreditavam teorias em voga na época, tais como o Estruturalismo e o Gerativismo .

O pensamento iluminista do sujeito como senhor de si, fonte e origem do seu dizer é deslocado na teoria do discurso, que, em sua 1ª e 2ª fase, se volta para o pensamento althusseriano do sujeito interpelado pela ideologia e ao discurso como exterior ao sujeito.

As teses de Althusser em torno dos *Aparelhos Ideológicos*, da ideologia como originárias do funcionamento das instituições e da concepção de um sujeito da ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos (MALDIDIER, 2003, p. 32-3) irão conduzir Pêcheux a conceber a AD como uma teoria materialista do discurso.

Althusser (1992, p. 65) sustenta que a ideologia é a representação da relação imaginária do sujeito com o mundo, e o sujeito só será sujeito durante o tempo em que houver ideologia para interpelá-lo como tal.

No artigo de 1975, *A propósito da Análise do Discurso: atualizações e perspectivas*, Pêcheux e Fuchs (1997) relatam que quando o sujeito é interpelado, ocorrem dois esquecimentos:

A condição de sujeito, resultante da interpelação de indivíduos, gera dois esquecimentos que Pêcheux explicita: o primeiro se refere à ilusão do sujeito de se considerar fonte do sentido de uma sequência de enunciados, já o segundo está na impressão de realidade que o sujeito tem daquilo que diz, enquanto desconsidera a existência de tudo aquilo que, inconscientemente, não seleciona como dizível (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 171 – 176).

Esses esquecimentos estão diretamente relacionados às condições de produção, que segundo Pêcheux (*Idem*) são definidas como “determinações que caracterizam o processo discursivo”. Noção originada no pensamento marxista, as condições de produção apontam a existência de um exterior que marca o lugar do sujeito no discurso.

Michel Pêcheux estabelece que uma regularidade territorial que monitora a produção do discurso é materializada nos atributos e nas modificações conferidas a um sujeito, que sofrem no transcorrer da prática do discurso e, como efeito, em seu próprio processo de produção.

O desenvolvimento de produção do discurso, ou seja, “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso em ‘circunstâncias’ dadas”, assim definidas por Pêcheux (*Idem*), são as condições de produção de um discurso. Nesse viés, compreende-se que um discurso sempre será enunciado mediante determinadas condições de produção. Pêcheux exemplifica essa afirmação ao dizer

que,

Um discurso é sempre pronunciado partir das condições de produção: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado', etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Orlandi (2001, p. 30) estudiosa da teoria pêcheuxtiana, também observa que os sentidos de um discurso, não estão só nas palavras, no texto, mas na sua relação com a exterioridade. Os efeitos de sentido, para a teórica, são produzidos em condições determinadas. Para a estudiosa, as *condições de produção* compreendem os sujeitos e a situação, podendo ser consideradas em sentido *estrito*, quando se referem ao contexto imediato da enunciação, e em sentido *amplo*, quando compreenderem as condições sócio-histórico-ideológicas de produção do discurso.

Com relação aos efeitos de sentido, na AAD -69 (1ª fase da AD) Pêcheux (2010a, p. 145) observa que toda prática discursiva é constituída pelo trabalho do efeito de sentido, que produz uma espécie de ilusão de que o sujeito é fonte do seu próprio discurso. Neste aspecto, Pêcheux (2010) aponta a existência de um jogo de imagens que os sujeitos colocam em funcionamento durante os processos discursivos e que são responsáveis pelos sentidos do seu discurso. Em outras palavras, o que é dito ganha sentido conforme a posição que os interlocutores ocupam na sociedade e também de acordo com a imagem que os constituem e do lugar que é ocupado pelo outro e por si mesmo (PÊCHEUX, 2010a, p. 84). Esse jogo imaginário irá produzir diferentes efeitos de sentido em um discurso, motivando, mesmo que de forma inconsciente, a escolha dos dizeres durante todo o processo discursivo.

Assim, para a AD, o discurso não serve apenas como processo de troca de informações entre os sujeitos, mas seu funcionamento está ligado a esse jogo de "efeitos de sentido" que se cria entre os participantes.

O teórico destaca que a prática discursiva provoca no sujeito diferentes formações imaginárias que têm a função de designar lugares aos quais o sujeito A e B atribui cada um a si e ao outro, ou seja, por meio do discurso e da interação entre os sujeitos, estes apresentam a imagem que eles fazem do outro e de si próprios, isto porque todo processo discursivo está marcado por essas formações imaginárias.

O jogo de imagens mencionado por Pêcheux (2010a, p.84) aponta para as seguintes reflexões dos sujeitos: “quem sou eu para lhe falar assim”; “quem é ele para que eu lhe fale assim?” “Quem sou para que ele me fale assim? ”, ‘Quem é ele para que me fale assim? ”. É deste modo, segundo o teórico, que o funcionamento discursivo acontece.

Deste modo, uma mesma palavra ou expressão pode receber efeitos de sentido diferentes, visto que o sentido é construído dentro de cada FD, regulado pelos saberes que atravessam aquela dada FD. Deste modo, para Pêcheux (2009, p. 148) as palavras e expressões irão mudar de sentido ao se inscreverem em formações discursivas diferentes. Este fato confere uma ideia de dinamicidade à linguagem.

A partir dessas afirmações, passarei a analisar os textos imagéticos escolhidos como *corpus* deste estudo, observando as condições de produção e os efeitos de sentido instaurados nas figuras que se seguem.

Na sequência, individuarei as FDs nas quais os discursos se inscrevem, buscando verificar traços da memória discursiva em suas duas perspectivas: como um espaço de repetição de *já-ditos* (interdiscurso) e na perspectiva de deslizamentos de sentidos.

Figura 1
Mulher vitoriana cozinhando e conversando na cozinha dela

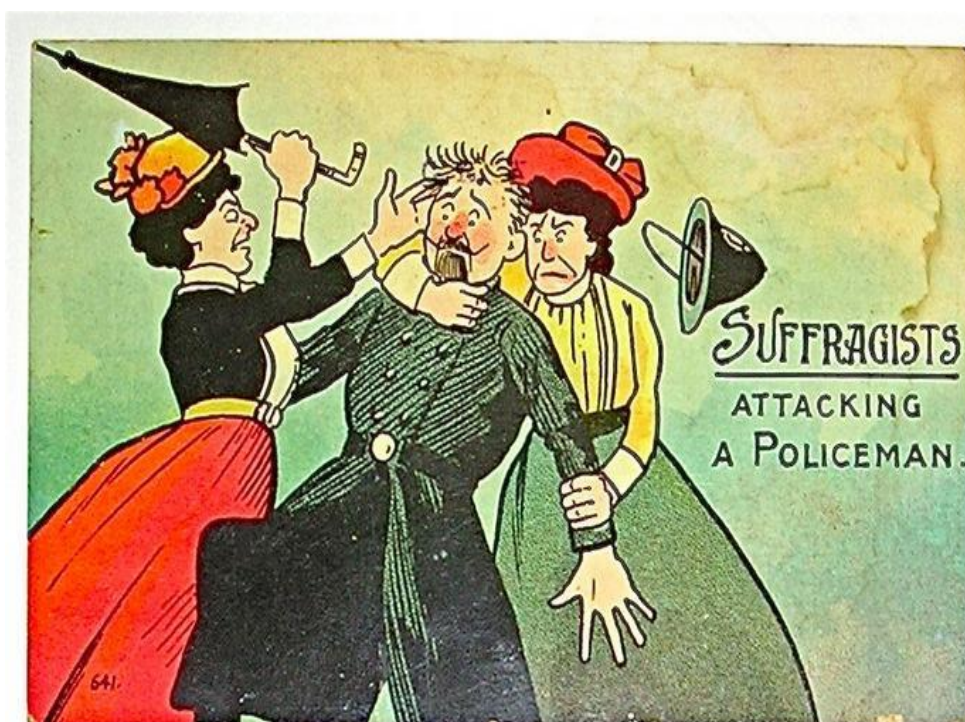


Figura 2
Século XIX - O papel da mulher na sociedade industrializada



<https://sites.google.com/site/wikistoriacv2/home/idade-moderna/seculo-xix/seculoxix-opapeldamulhernasociedadeindustrializada>

Figura 3
Esses cartazes do século XIX parecem memes machistas atuais



Fonte: super.abril.com.br/historia/esses-cartazes-do-seculo-xix-parecem-memes-machistas-atuais

Os discursos imagéticos 1, 2 e 3 mostram as condições de produção da sociedade do século XIX, a partir da cena do cotidiano da vida de uma família, do trabalho nas fábricas e de uma imagem que critica o movimento sufragista, desencadeado na segunda metade do século XIX.

Em sentido *estrito* (ORLANDI, 2001, p. 30), o discurso imagético da figura 1 retrata uma mulher vitoriana, em uma cozinha, segurando a tampa de uma panela, enquanto um homem está sentado em uma cadeira e duas crianças, em banquinhos perto do fogão. Uma das crianças (uma menina) está bordando.

Denominada de “*Bleak House*” ou “casa sombria” de Charles Dickens, a figura 1 é uma ilustração de F. Barnard, publicada por Chapman and Hall, e impresso por Virtue & Co, em Londres, datada de 1870. Por meio dela, pode-se observar as condições de produção da sociedade do século XIX, a partir da representação da vida cotidiana das famílias da época.

Nota-se, por meio da posição dos sujeitos apresentados na figura 1, que o sujeito feminino está em pé, numa situação de trabalho doméstico, enquanto o homem está sentado, aparentemente descansando, ou até mesmo à espera da refeição que está sendo preparada pela mulher.

Em sentido *amplo* (ORLANDI, 2001, p. 30), o século XIX (representado nos dois discursos imagéticos) foi um período caracterizado por grandes transformações socioeconômicas, rebeliões sociais e políticas, invenção e ampliação das formas culturais. No entanto, de acordo com Zolin (2003a), no período da Era Vitoriana (1832-1901), na Inglaterra, as mulheres eram marginalizadas e consideradas inferiores intelectualmente. Aquela que tivesse a pretensão de fazer uso de sua inteligência, para qualquer outra finalidade, era considerada transgressora da ordem natural das coisas e da religião.

A Era Vitoriana (1837 a 1901) foi o período em que a rainha Vitória governou, marcando a história da Inglaterra no século XIX. Nesse período, a Inglaterra ficou conhecida como a nação mais industrializada do mundo. Os homens eram os representantes das famílias patriarcais e, nesse aspecto, observamos que a vida da mulher se achava ligada à família, à casa, às tarefas domésticas e à obrigação de ser mãe, sem muitas chances de desenvolver sua vida profissional e intelectual.

Na figura 1, notamos também que há uma criança do sexo feminino bordando. Deste modo, o discurso imagético reforça a ideologia patriarcal da época

que reservava à criança nascida sob o sexo feminino a posição futura de esposa, mãe e dona de casa. Neste aspecto, o discurso imagético instaura efeitos de sentido de submissão, sujeição, dependência e assujeitamento ideológico do sujeito feminino ao marido, à casa e às tarefas domésticas, descrevendo os papéis sociais ocupados por homens e mulheres na sociedade.

Embora a figura 1 seja uma ilustração publicada em Londres, Inglaterra, ela delinea também as condições sócio-histórico-ideológicas de produção em terras brasileiras, não tão diferentes das encontradas na Europa. Conforme abordamos no capítulo I deste trabalho, a partir dos estudos de Priore (1997), a submissão ao poder masculino, representado pelo marido e pela Igreja, fazia parte do cotidiano das mulheres brasileiras no século XIX, período em que, a grande maioria vivia aprisionada ao mundo doméstico, à criação dos filhos e à satisfação do marido.

As mulheres brasileiras que conseguiam atingir um certo grau de instrução, nessa época, eram destinadas a um mundo totalmente privado, sem acesso ao universo político, social, cultural e econômico.

Otto (2020, p. 01) também relata que as mulheres no Brasil se achavam designadas à casa e às tarefas domésticas, assumindo o papel de mãe, esposa e mulher e de maneira nenhuma podiam ter a mesma ligação social e política que os homens. Ficavam, deste modo, à disposição do casamento, trabalhos domésticos, cantos e orações, monitorada por pais e maridos.

Rago *et al* (2006, p. 98 *apud* PRIORE, 1997 p.588) também mencionam que era dever unicamente da mulher cuidar da casa, dos filhos e dos afazeres domésticos, enquanto ao homem cabia sustentar a família e dedicar-se aos trabalhos externos.

Médicos e higienistas da época segundo as autoras, vozes autorizadas da sociedade e do poder, sustentavam que o trabalho da mulher fora de casa poderia trazer a desagregação da família, pois não poderiam cuidar da casa, do marido e tampouco dos filhos.

Os discursos em circulação, deste modo, favoreciam a manutenção da ideologia dominante, alicerçada no poder patriarcal, colaborando para o assujeitamento feminino e para a continuidade dos papéis ocupados por homens e mulheres na sociedade brasileira.

De modo geral, a sociedade brasileira não permitia que as mulheres ocupassem mais espaço na esfera pública para não haver concorrência nas estruturas de poder patriarcal, por isso os discursos em circulação eram que o lugar da mulher

devia ser em casa, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, pois ali ela seria mais útil.

Essa ideologia estabelecida pela sociedade do século XIX às mulheres estendia-se, também, às relações de trabalho, conforme podemos observar no discurso imagético da figura 2.

Em sentido *estrito*, (ORLANDI, 2001, p.30) o discurso imagético da figura 2 mostra mulheres e crianças (dois meninos) trabalhando em lugar insalubre, com as roupas sujas, instaurando efeitos de sentido de pobreza, miséria, exploração do trabalho feminino e infantil, descrevendo as condições precárias a que o sujeito feminino era submetido.

Nota-se, por meio da posição dos sujeitos apresentados na figura 2 que o sujeito feminino trabalhava usando uma combinação de camisa (com espartilho) e saia, que deveriam ser usadas juntas e que as roupas tanto das mulheres, quanto das crianças, estão desgastadas e velhas.

Embora a figura 2 tenha sido veiculada no Reino Unido, ela transmite as condições sócio-histórica-ideológicas de produção em território brasileiro. A partir daquele momento, as famílias precisaram se adaptar a uma nova realidade urbana, conforme relatamos no capítulo I sob a ótica de (Silva *et al*, 2010 *apud*, Priore, 1997, p. 470) quando dizem que [...] morar na cidade era sinônimo de uma vida miserável, doenças em decorrência da desnutrição e salários incompatíveis com os gastos[...].

Dessa maneira a autonomia do sujeito feminino nas relações de trabalho, eram precárias e vieram cercadas de exploração. O trabalho da mulher era exaustivo e seu salário não era compatível com tantas tarefas desenvolvidas, demonstrando que o sujeito feminino sofria discriminação em relação ao pagamento pelos serviços prestados. Fonseca *et al* (1984, p. 76 *apud* Del Priore, 1997, p. 433) relatam que o sujeito feminino sofria com [...] o salário mísero, insuficiente e minguido que só poderia suprir as necessidades da família de forma milagrosa.

Nesse aspecto, percebemos que a rotina do sujeito feminino brasileiro, do século XIX também era intermitente e exaustivo, pois, nesse período, o sujeito feminino tinha o dever de formar uma família bem estruturada, e seu papel seria demonstrar amor, respeito e submissão em relação ao homem.

Silva *et al*, (2010 *apud*, Priore, 1997, p. 470) relatam que essas mulheres suportavam o peso de um trabalho desvalorizado. Desse modo, notamos que devido

a exploração de sua força de trabalho e discriminação, a mulher pôde vivenciar as relações de produção na sociedade brasileira.

A figura 2 retrata, em sentido *amplo* (ORLANDI, 2001, p. 30), o início da sociedade industrializada, na qual mulheres e crianças foram inseridas.

Conforme detalhamos no capítulo I, com base em Rago *et al* (*apud* 2006, p. 98 *apud* PRIORE, 1997 p. 588), a relação entre mão de obra feminina, no século XIX, e a pobreza, na sociedade brasileira, fica evidente quando constatamos a situação generalizada da mulher ocupando os piores postos de trabalho, obtendo a menor remuneração e sendo vinculada às atividades informais.

No que se refere ao lugar social ocupado pelo sujeito feminino, no século XIX, observamos que a mulher pobre brasileira chegou ao final daquele período cercada por uma moralidade oficial que dissimulava a sua realidade miserável, conforme pode-se constatar na figura 2, vivendo pressionada por um grande dilema entre o dever moral e a privação. Fonseca *et al* (1984 p.76 *apud* Del Priore, 1997, p. 433) afirmam que o salário miserável, insuficiente e minguido só poderia suprir as necessidades da família de forma milagrosa.

As autoras registram, ainda, que se a mulher quisesse ajudar nas despesas da família, precisava arriscar-se a passar pelo sentimento de vergonha pública, pois ao invés de ser considerada trabalhadora e esforçada tinha que defender a sua reputação contra um possível assédio sexual, prática bastante comum e ignorada pela sociedade da época. (FONSECA *et al* 1984P. 76 *apud* DEL PRIORE, 1997, p.433).

Deste modo, apesar de ajudar financeiramente na manutenção do lar, a mulher do final do século XIX foi silenciada, uma vez que seu trabalho e ajuda financeira eram considerados meros complementos à renda do marido. Assim, o valor do trabalho feminino era minimizado, chegando a ser nomeado socialmente como “serviços gerais” ou simplesmente “trabalho honesto”.

Via de regra, o papel ocupado por elas nas fábricas era criticado pela sociedade patriarcal, embora, conforme mencionamos, muitas delas saíssem em busca de trabalho para ajudar no sustento da família, no intuito de adquirirem confortos extras para seu lar. Muitas também saíam em busca de trabalho porque eram viúvas ou abandonadas pelos maridos.

Fonseca *et al* (1969, p. 169 *apud* Del Priore 1997, p. 440) mencionam que, durante o século XIX, quando uma mulher viúva pretendia casar-se novamente, era obrigada a renunciar à herança e ao direito de ficar com os filhos. As autoras

salientam que elas não eram sujeitas às mesmas circunstâncias legais destinadas aos homens, pois a lei não reconhecia o direito de a mulher viver com outro parceiro, mesmo que ela estivesse em situação de abandono.

A união que apresentava essas características era chamada de amancebamento, que significava viver em concubinato. A mancebia de acordo com as autoras, “era condenada, e a mulher amancebada, considerada como ‘sem moral’” (*Idem*). Por isso, muitas decidiam mandar os filhos para outras famílias criarem, evitando, assim, uma tensão entre padrasto e o enteado.

De modo geral, os homens do período faziam uso do argumento da mancebia como estratégia para ficar com os filhos de suas ex-companheiras. Deste modo, a mulher era silenciada todas as vezes que pretendia lutar pelos seus direitos, seja reivindicando reconhecimento pelo trabalho, a conservação dos próprios bens ou a permanência dos filhos junto de si.

No século XIX, portanto, a ideologia da sociedade patriarcal, no que se referia à mulher pobre, ao seu trabalho e à sua trajetória familiar, conduzia sempre à uma situação de assujeitamento ideológico que, em última análise, culminava na imagem do sujeito feminino pobre como a de “mulher decaída”. Essa ideologia, conforme afirmam as autoras, devia-se ao conceito de moral, da época, que estabelecia uma mistura de imagens associada à identidade ideal feminina, tais como a da mãe piedosa da igreja, a da esposa companheira da família, da esposa dedicada e obediente, dentre outras. Todas essas imagens apontavam a necessidade de a mulher aparentar pureza sexual e castidade.

Do ponto de vista da AD, é possível explicitar o lugar de assujeitamento ocupado pela mulher, na sociedade brasileira do século XIX, a partir do que menciona Pêcheux (2010a, p. 81-2) a respeito do sujeito como uma posição social, submetido a um jogo de imagens colocadas em jogo na sociedade. Para o teórico esses lugares a partir do conceito de formações imaginárias, que são regras de projeção que estabelecem relações entre as situações dos protagonistas do discurso e suas posições sociais. Para o teórico, esses lugares estão estabelecidos nos discursos em circulação na sociedade, de modo que os sujeitos estabelecem posições a si e aos outros, mediante as imagens que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro.

É importante observar que as formações imaginárias são mecanismos que explicam o funcionamento dos discursos e não se relacionam a lugares empíricos, materiais, nos quais os sujeitos se inscrevem, mas às imagens que os sujeitos fazem uns dos outros nas relações sociais e que os inscrevem como sujeitos

discursivos.

A observação da figura 2 permite constatar, assim, que o local de trabalho era insalubre, de modo que o sujeito feminino trabalhava em pé, realizando uma jornada de trabalho cansativa. Percebemos que essa era a situação dos sujeitos femininos de condição financeira mais pobre, pois, conforme afirmamos anteriormente, para estes o trabalho feminino vinculava-se à questão de sobrevivência. O discurso imagético 2, instaura, assim efeitos de sentido de pobreza, de privação, de sujeição, submissão e assujeitamento ideológico à exploração do trabalho feminino e infantil.

Para explicitar melhor essas condições de produção, retomamos mais uma vez a perspectiva de Fonseca *et al* (1997), mencionada no capítulo I, quando diz que “[...] a mulher pobre vivia entre a cruz e a espada[...], mas a dona de casa que trabalhava para se sustentar, arriscava sofrer a vergonha da “mulher pública” (FONSECA *et al*, 1997, p. 515 *apud* PRIORE, 1997, p. 433).

Observamos também que os filhos acompanhavam suas mães em razão das ressalvas apresentadas pelos empregadores, pois exigia-se que cada família levasse às frentes de trabalho ao menos um membro da família, de preferência do sexo masculino.

Conforme Silva *et al*, (1992), para a lógica da sociedade do século XIX industrializada “[...] importava que fossem contratadas famílias cujo maior número de elementos estivesse apto para o trabalho[...].” (SILVA, *et al*, 1992, *apud* PRIORE, 1997, p. 464).

Deste modo, este era o critério para que as famílias pobres pudessem arranjar empregos, perpetuando a prática da exploração da força de trabalho, iniciada desde a época da colonização, na nova sociedade recém industrializada.

Nas condições descritas, portanto, vivia o sujeito feminino pobre assujeitado à ideologia patriarcal, suportando o ônus do trabalho penoso e desvalorizado e sofrendo discriminação na vida pública.

Mas foram justamente nessas condições sociais adversas ao sujeito feminino, que as experiências de submissão X (*versus*) resistência, segundo Silva *et al* (*Idem*, p. 472), começaram a irromper. A vivência do trabalho fora de casa e o contato com outros sujeitos femininos igualmente explorados criou uma consciência

de classe coletiva, fazendo com que as mulheres se organizassem em movimentos
de luta por

direitos sociais. As críticas a essas mobilizações podem ser observadas na figura 3, sobre a qual trataremos na sequência.

A figura 3 foi publicada na Inglaterra, na metade do século XIX, momento em que as mulheres iniciaram suas manifestações pedindo direito ao voto. Nessa época, em quase todos os países democráticos da Europa e dos Estados Unidos, o sujeito feminino trabalhava, pagava impostos e era tida como cidadã, no entanto, não tinham direito a voto. Neste momento, conforme relata D'Angelo (2016) elas iniciaram seus protestos, por direitos de escolha dos governantes, pois, esse direito era concedido apenas aos homens. Porém o movimento sufragista foi recebido com repulsa por desinformação sobre o que significava uma mulher votar. O sujeito feminino só queria ter os mesmos direitos que o sujeito masculino, porém, a mídia mostrava as reivindicações como se fossem insanidades. Por essa razão, as sufragistas eram vistas como malucas, feias, burras, mal-amadas, sexualmente frustradas, entre outras.

Em sentido *estrito* Orlandi (2001, p.30) o discurso imagético da figura 3 mostra dois sujeitos femininos atacando um policial londrino. Os sujeitos femininos estão vestidos com roupas típicas da era vitoriana.

O sujeito feminino, à esquerda, veste uma saia vermelha volumosa, franzida na cintura, em formato de cúpula e blusa preta, de gola alta, com o tronco alongado, corpete branco, mangas ajustadas e com pouco volume. Esse tipo de roupa era desenhado para instaurar um efeito de sentido de fragilidade aos sujeitos femininos, cujo ideal de beleza exigia o recato, a fragilidade, a timidez e a inocência às mulheres. A fraqueza e a semelhança a crianças ou anjos eram consideradas qualidades em uma sociedade que considerava elegante ser pálida e desmaiar facilmente. Na era vitoriana, ser saudável e vigorosa eram características vulgares reservadas a sujeitos femininos de classe social baixa, normalmente operárias e criadas (PITTA, 2016, p. 1).

O outro sujeito feminino também se veste com a mesma sobriedade que marca o recato da mulher inglesa da era vitoriana. A saia de cor verde também tem o formato de cúpula e a blusa apresenta a mesma gola alta. Sob as saias volumosas, os sujeitos femininos da era vitoriana usavam várias anáguas para dar volume às roupas, costume que tolhia o movimento natural do corpo.

Os dois sujeitos femininos usam chapéus decorados com flores, fitas e laços, adornos comuns usados pelas mulheres da época, quando saíam de casa.

O vestuário, portanto, que pesava em torno de 5 a 15 Kg, era desenhado com a finalidade de restringir o movimento do corpo dos sujeitos femininos, criando o efeito de recato e de vulnerabilidade às suas imagens.

Contrariando a ideologia que impunha o recato e a fragilidade às mulheres da época, o sujeito feminino da esquerda segura em uma das mãos um guarda-chuva com o qual ameaça um policial inglês, identificado por meio da farda escura, do grosso casaco de lã fechado por vários botões, cinto de fivela grossa e chapéu alto, de formato ovalado. O sujeito feminino da direita segura o policial por trás, pelo pescoço, desferindo-lhe uma “gravata”, golpe de estrangulamento usado nas artes marciais, realizado pelas costas do oponente.

As expressões fisionômicas dos sujeitos femininos, na figura 3, também são incomuns para a época, que impunha um padrão de beleza de anjo, constituição física pequena, olhos grandes, ombros caídos, etc. (*Idem*). O discurso imagético presente na figura 3, pelo contrário, retrata dois sujeitos femininos de aparência agressiva, instaurando efeitos de sentido de força, robustez e impetuosidade, impensáveis para os padrões da época.

Ao fundo da figura 3 lê-se a frase: “suffragists attacking a policeman”, cuja tradução em português é “sufragistas atacando um policial”. Observa-se que a expressão “suffragists” está grifada, procedimento que instaura ao sintagma lexical um efeito de sentido de realce, de evidência, de identificação dos sujeitos que praticam a ação de atacar. Não são quaisquer sujeitos, são as feministas que lutam contra os ideários da sociedade e contra a ideologia patriarcal vigente. O discurso imagético da gravura 3 instaura, assim, um deslizamento de sentidos em relação à posição social esperada da mulher na era vitoriana.

Pensando na construção das fronteiras das identidades coletivas, mencionadas por Seriot (2001) e abordada no capítulo II, refletimos que ao criar sentidos novos, diferentes dos costumes sociais vigentes, o discurso imagético 3 fabrica discursivamente a identidade desses novos sujeitos femininos (SERIOT, 2001, p. 16) por meio de imagens projetadas, cujos efeitos de sentido instauram agressividade, hostilidade, brutalidade e cólera, delimitando as fronteiras entre o comportamento feminino esperado e socialmente aceito e o do “outro” (as sufragistas).

A construção discursiva dessas novas identidades femininas emergentes (na época vitoriana) é articulada, na figura 3, pelo efeito de sentido de ironia que atravessa a discursividade, tendo como foco o movimento sufragista e os sujeitos femininos que dele participam, instaurados como violentos e masculinizados. O não-dito nesse discurso, neste aspecto, é que as sufragistas (feministas) estariam lutando por seus direitos porque nenhum homem queria desposá-las. Deste modo, o discurso imagético 3 reproduz a ideologia da sociedade patriarcal dominante, instaurando os sujeitos representados a partir de uma ótica de discriminação e segregação social.

Observa-se, também, que o discurso imagético da figura 3 é atravessado por relações de poder, na perspectiva das formações imaginárias postuladas por Pêcheux (2010, p. 81-2) e de processos de resistência (PÊCHEUX, 2009b, p. 280-1) entre os grupos sociais dominantes e dominados.

Nesse jogo de forças, a parte dominada (os sujeitos femininos) demonstra atitudes de resistência em relação a essa configuração do poder estabelecida pela sociedade. Deste modo, o Movimento Sufragista configura-se como resistência dos sujeitos que se organizam e insurgem ante o processo de exploração de sua força de trabalho.

A questão da resistência do sujeito será tratada por Pêcheux (2009b) em um texto escrito no ano de 1978, denominado *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*. Nesse texto, Pêcheux fará o retorno crítico à teoria da AD, considerando as ideologias dominadas, de modo a rever a tese da *interpelação* quando esta faz crer que é impossível escapar das determinações da *ideologia* dominante.

Ao assumir a existência do sujeito dividido, Pêcheux admitirá a existência de processos de resistência que nascem quando o sujeito consegue romper com o “círculo encantado da ideologia dominante” (Pêcheux, 2009b, p. 280). Ao final do texto, reconhece que “não há dominação sem resistência” (*Idem*, p. 281) e que “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, pois, o sujeito é capaz de “pensar por si mesmo” e de “ousar se revoltar” (*Idem*).

Pensando sobre os processos de resistência mencionados por Pêcheux, o discurso imagético da figura 3 reflete o descontentamento dos sujeitos femininos, que se organizam em um processo de luta de classes em decorrência da desigualdade e subjugação social. O funcionamento do discurso 3 também remete aos estereótipos estabelecidos pela sociedade patriarcal de que a mulher sempre foi considerada inferior ao homem.

Nesse aspecto, tratam-se de já-ditos sobre o sujeito feminino, que voltam ao discurso do sujeito graças aos esquecimentos 1 e 2.

Para compreender o que é a teoria dos dois esquecimentos, formulada por Pêcheux (2010b, p. 170), é necessário observarmos que o sujeito da AD (na 2ª fase) é um efeito ideológico, afetado pelos dois esquecimentos em sua relação com seu próprio discurso. Tem a ilusão, entretanto, de ser a fonte dos sentidos do que fala, apesar de retomar sentidos preexistentes em sua FD, ditos em outras condições de produção. Essa ilusão ou esquecimento é condição necessária para a produção de sujeitos e de sentidos.

No esquecimento 1, da ordem do inconsciente, o sujeito recalca ou esquece que os sentidos são exteriores a ele, retomando sentidos preexistentes e esquecidos como se fossem seus. No esquecimento 2, o sujeito seleciona, no interior da FD que o domina, discursos e sentidos cristalizados na sociedade, apropriando-se semiconscientemente de já-ditos por se inscrever em determinada FD e aceitar plenamente os saberes e sentidos que a atravessam.

Conforme observamos anteriormente, os sentidos, na figura 3, sofrem deslizamentos. Para melhor compreendermos a questão do interdiscurso e do deslizamento de sentidos, reportamo-nos à noção de memória discursiva encontrada em Pêcheux (2010c).

A noção de memória discursiva foi discutida na obra *Papel de Memória*, escrita por Pêcheux no ano de 1983 (3ª fase da AD). No texto, Pêcheux escreve que a memória discursiva “[...] seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos ([...] os pré-construídos [...] discursos transversos) de que sua leitura necessita” (PÊCHEUX, 2010c, p. 52). No entanto, essa *rede de implícitos*, que, à primeira vista, dá a impressão que irrompe de forma estável e sedimentada no acontecimento, na perspectiva de uma repetição ou regularização, é sempre suscetível de ruir ante o peso de um acontecimento discursivo novo. Deste modo, a memória discursiva apresenta-se sob um duplo viés: é um espaço de repetição de sentidos (já-ditos, implícitos), mas também é um espaço de deslizamentos de sentidos, que irrompem sempre ante um acontecimento novo, perturbando a aparente estabilidade.

Quanto ao discurso imagético 3, os sentidos instaurados em torno dos sujeitos femininos deslizam quando o acontecimento novo irrompe sob forma do

Movimento Sufragista, perturbando a aparente estabilidade social e os sentidos históricos de subordinação e assujeitamento ao domínio patriarcal preexistentes. Sentidos novos irrompem, instaurando imagens (“Quem é ele para que eu lhe fale assim? ”) e estereótipos com efeitos de força bruta e masculinidade, vinculados ao sujeito feminino que ousa resistir.

Embora publicada na Inglaterra, a figura 3 remete a condições de produção semelhantes às da sociedade brasileira da época.

Em sentido amplo (ORLANDI, 2001, p. 30), o Movimento Sufragista nasceu em meados do século XIX com a finalidade de garantir aos sujeitos femininos, da Inglaterra e Estados Unidos, o direito a votar em eleições políticas. Essas primeiras manifestações por igualdade política e jurídica estenderam-se a outros países, assim como as reivindicações pelo direito à educação, propriedade, posses de bens, dentre outras (MARCELINO, 2018, p. 1).

Conforme vimos no capítulo I, desde o século XIX as mulheres vinham lutando pelo reconhecimento, buscando a ampliação da cidadania e melhores condições de vida e de trabalho. Entretanto, a discriminação existente nos costumes sociais institucionalizou-se, respaldada pela ideologia patriarcal presente em países da Europa, EUA e, também, no Brasil. Em todos esses países, as discursividades em torno do assujeitamento feminino conservava-se, fundamentada por princípios religiosos, políticos e científicos que visavam sua manutenção.

No Brasil, as lutas por direitos sociais tiveram início por volta de 1850 (século XIX) e foram até 1934 (século XX), segundo Teles (2003, p. 179), época em que os sujeitos femininos conquistaram o direito ao voto.

3.3 Discursos imagéticos das gravuras 1, 2 e 3: FD e posição-sujeito

Na seção anterior deste estudo tratamos das Condições de Produção, dos efeitos de sentido, de alguns estereótipos e da Memória Discursiva presente nos discursos imagéticos 1, 2 e 3.

Nesta seção, passaremos a individualizar as FD e as PS nas quais se inscrevem as discursividades.

As noções de FI e FD estiveram presentes na obra de Pêcheux desde os primeiros textos que escreveu, vinculados às concepções do Materialismo Histórico.

Em artigo escrito juntamente com Henry e Haroche, Pêcheux iconceituará formação ideológica como “[...] um conjunto complexo de atitudes e representações [que] se relacionam mais ou menos a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2008, *apud* PÊCHEUX, 2010b, p. 163). Ainda, segundo os autores, as formações ideológicas comportam umas ou várias formações discursivas interligadas que “determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura [...]” (*Idem*, p. 164). Em 1975, no artigo escrito por Pêcheux e Catherine Fuchs, *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas*, o conceito de FD aparece como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de *luta de classes*, determina o que *pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2010b, p. 147).

A noção será aprofundada nas obras e seguir, associada ao lugar de constituição dos sujeitos e sentidos, sendo definida como “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, [...] determina o que pode e deve ser dito [...]” (PÊCHEUX, 2009a, p. 147).

Para a AD, os sentidos dos discursos se inscrevem nas FD com as quais os sujeitos se identificam. Os sujeitos, entretanto, se “esquecem” que os sentidos do seu discurso são determinados ideologicamente, mantendo a ilusão subjetiva de que é fonte e origem do seu dizer.

A partir das noções explicitadas anteriormente, passo a individualizar as FD dos discursos imagéticos 1,2 e 3.

Nos discursos imagéticos 1 e 2 é possível identificar efeitos de sentido semelhantes em torno do assujeitamento do sujeito feminino à ideologia patriarcal dominante.

A figura 1 instaura efeitos de sentido de servidão, submissão e assujeitamento ideológico ao marido, ao cuidado dos filhos e às tarefas domésticas.

A figura 2 instaura efeitos de sentido de submissão, escassez, miséria, assujeitamento ideológico e exploração da força de trabalho.

Esses efeitos de sentido podem ser representados conforme consta a seguir:

Quadro 1: Efeitos de Sentido dos Discursos Imagéticos 1 e 2

	Efeitos de sentido
Discurso imagético 1	Servidão, submissão, subjugação e assujeitamento à ideologia patriarcal.
Discurso imagético 2	Submissão, subjugação miséria, exploração da força de trabalho, assujeitamento à ideologia patriarcal

Fonte: O autor

Embora produzidos em condições de produção diferentes, é possível observar que os efeitos de sentido de submissão, subjugação e assujeitamento à ideologia patriarcal se repetem nos dois discursos imagéticos analisados. Nosso gesto de interpretação nos permite, portanto, verificar que há aproximações entre os dois discursos, de modo que serão individuados na mesma FD1, conforme consta a seguir:

Quadro 2: Individuação da FD1

FD1	Inscribe todos os discursos imagéticos cujos sujeitos são submissos, subjugados e assujeitados à ideologia patriarcal dominante.
-----	--

Fonte: O autor

Quanto ao discurso imagético 3, as análises mostraram sujeitos femininos que resistem às configurações do poder patriarcal institucionalizado, organizando-se em um movimento de luta por direitos sociais. Neste aspecto há um deslizamento de sentidos, cujo efeito é de insubordinação, insubmissão e resistência dos sujeitos femininos ao poder dominante.

Esses efeitos de sentido podem ser representados conforme o quadro que se segue:

Quadro 3: Efeitos de Sentido do Discurso Imagético 3

	Efeitos de sentido
Discurso Imagético 3	Insubordinação, insubmissão, resistência ao poder patriarcal dominante

Fonte: O autor

Deste modo, a constatação do deslizamento de sentidos e dos efeitos descritos no quadro 3 nos permite individuar esse discurso imagético na FD2, conforme o quadro 4, a seguir:

Quadro 4: Individuação da FD2

FD2	Inscribe todos os discursos imagéticos cujos sujeitos opõem-se à dominação do poder patriarcal dominante, mostrando atitudes de insubordinação, insubmissão e resistência.
-----	--

Fonte: O autor

Passamos, agora, a analisar as PS dos discursos imagéticos 1, 2 e 3.

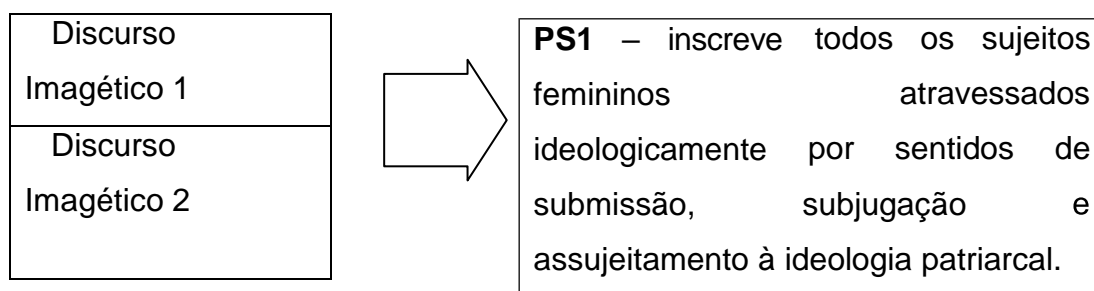
Pêcheux (2009a, p. 146-7) menciona a questão da PS como “[...] palavras, expressões, proposições etc., [que] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...]”. Courtine (2009), na tese intitulada *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, define posição-sujeito como “uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD” (COURTINE, 2009, p. 88).

É importante observar que a identificação do sujeito e sua inscrição na FD ocorre porque o sujeito se identifica com os saberes daquela FD e, a partir dessa identificação, enuncia seu discurso. No entanto, às vezes essa identificação pode não se dar plenamente e o sujeito pode não concordar com este ou aquele saber que atravessa essa FD que, normalmente, é caracterizada pela heterogeneidade.

Deste modo, as diferentes posições que um sujeito do discurso pode assumir no âmbito de uma FD é caracterizada como PS.

Na análise dos discursos imagéticos 1 e 2, constatamos que a construção (SERIOT, 2001) da imagem dos sujeitos femininos é instaurada por meio de efeitos de sentido semelhantes - de submissão, subjugação e assujeitamento à ideologia patriarcal vigente. A aproximação dos sentidos dos dois discursos, produzidos em diferentes condições *estritas*, nos leva a concluir que o funcionamento dos dois discursos imagéticos é semelhante. Deste modo, para efeito deste estudo, a posição-sujeito feminina submissa, subjugada e assujeitada à sociedade patriarcal será denominada como PS1:

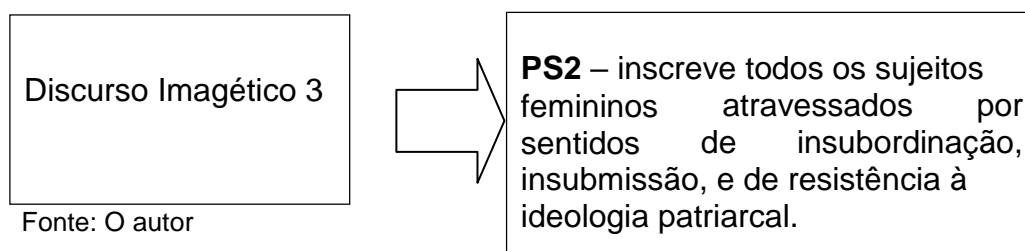
Quadro 5: Posição-sujeito dos discursos imagéticos 1 e 2



Fonte: O autor

Quanto ao discurso imagético 3, a análise nos permitiu verificar que houve um deslizamento de sentidos na instauração da imagem do sujeito. Os efeitos de sentido identificados no discurso foram de insubordinação, insubmissão e resistência à ideologia social dominante. Mediante esses novos sentidos e, para efeito deste estudo, a posição-sujeito insubordinada, insubmissa e que resiste à ideologia patriarcal dominante será denominada como PS2:

Quadro 6: Posição-sujeito do discurso imagético 3



Fonte: O autor

Do ponto de vista da AD, o atravessamento ideológico observado nos discursos imagéticos 1 e 2 pode ser explicado pelo papel que exercem a ideologia e o inconsciente na constituição de sujeitos e sentidos (PÊCHEUX, 2009a). De acordo com o teórico, os sentidos presentes nos discursos se constituem a partir de formulações que provêm da exterioridade e são produzidas no interior de uma FD, com a qual o sujeito se identifica. Neste aspecto, o discurso do sujeito se ancora no interdiscurso, aqui compreendidos como *já-ditos*, que fornece os pré-construídos que o sustentam. Os pré-construídos, elementos do interdiscurso, correspondem ao *sempre já aí* da interpelação ideológica que remetem ao fato de que “[...] algo fala (*ça parle*) sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 2009a, p. 151).

No entanto, conforme reconhece o teórico, ante a novos acontecimentos, os sentidos podem deslizar, tornando-se outros. Outra questão a ser mencionada é que os sujeitos não são apenas passíveis aos efeitos da dominação ideológica. Deste modo, onde a dominação e o poder se fazem sentir, há possibilidade de acontecerem processos de resistência, conforme observamos no discurso imagético 3. A resistência do sujeito nasce quando o sujeito rompe com à interpelação da ideologia dominante e ocorre porque “[...] não há ritual sem falhas[...]” (PÊCHEUX, 2009b, p. 277). A seguir, serão analisados os discursos imagéticos 4, 5 e 6.

3.4 Discursos imagéticos das gravuras 4, 5 e 6: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos e memória discursiva

Figura 4
Epel (Vida Melhor para Mulheres) - 1947

ASSIM, A VIDA É MELHOR

LIQUIDIFICADOR ELÉTRICO PARA FRUTAS E LEGUMES

BATEDORA ELÉTRICA VÁRIOS TAMANHOS

SEQUELORES ELÉTRICO EPPEL NOSSA FABRICAÇÃO

CRIVADOR ELÉTRICO EPPEL NOSSA FABRICAÇÃO

RÁDIO DE TODOS OS TIPOS PARA TODOS OS PREÇOS

EPPEL

Aparelhos elétricos de real utilidade para o conforto das donas de casa. PREÇOS ESPECIAIS PARA OS REVENDEDORES.

INDÚSTRIAS REUNIDAS INDIAN EPPEL LTDA.
LARGO SÃO BENITO 70 - FONE 3-1734

Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2014/01/dez-propagandas-historicas-machistas.html>

Figura 5
Arno (Casamento) - Anos 50

Quem dá Arno acerta sempre!

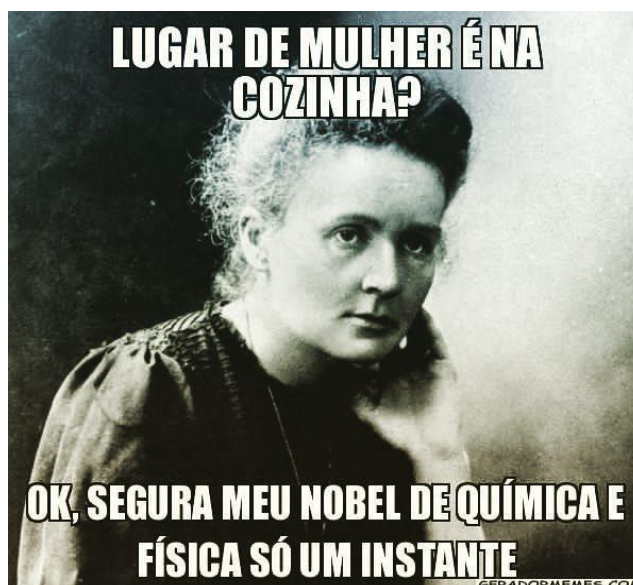
Para ser, de que modo, a noiva perfeita... não basta a beleza de sua face... que já se encontra... não há outra garantia... Arno, o presente ideal para a noiva... Arno, o presente ideal para a noiva...

ARNO

... PRESENTE IDEAL PARA A NOIVA PORQUE NÃO HÁ MELHOR!

Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/07/arno-casamento-anos-50.html>

Figura 6
Popularização da Ciência no mês das mulheres



Fonte: <http://pordentrodomundodascelulas.blogspot.com/2017/03/mes-das-mulheres.html>

As figuras 4 e 5 representam as décadas de 40 e 50 do século XX, desenvolvidas para promover campanhas publicitárias de venda de eletrodomésticos e produtos para a casa, tais como enceradeiras, batedeiras, liquidificadores, rádios, etc. As duas propagandas utilizam-se do discurso imagético e verbal para a venda dos produtos oferecidos e de imagens de sujeitos femininos, como garotas-propagandas.

As propagandas foram extraídas da internet, em uma sala de imprensa intitulada Pinterest, site disponível na figura 4. Na época em que foram divulgadas, o papel da mulher era cuidar do marido, da casa e dos filhos. Esses produtos eram feitos e anunciados especificamente para as mulheres, neste caso, utensílios domésticos saíam na frente. Nesse período o Brasil estava sofrendo o impacto do cenário da segunda guerra mundial com a tentativa de se reerguer e se adaptar às novas realidades. Segundo Moutinho e Valença, (2000, p.130 -35) a depressão econômica repercutiu nas condições financeiras do brasileiro, contudo, a mulher exterioriza sua colaboração para com a sociedade, incluindo-se nos programas feministas e reivindicando mais direitos.

Em 1945, conforme Moutinho e Valença (2000, p. 142) a pós-guerra proporcionou ao sujeito feminino novas perspectivas. Iniciou-se então, a valorização das formas da mulher. Cinturas finas e pernas de fora se tornam grandes tendências. [...] dessa forma, as mulheres, segundo os autores (*Idem*) “tinham mudado muito seu estilo de vida e sua maneira de pensar. Com isso, os costureiros

tenham que balancear elegância e praticidade” (MOUTINHO e VALENÇA, 2000, p. 142).

A figura 4 refere-se a um anúncio da Epel (Indústrias Reunidas Indian), que foi considerado ofensivo pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, por reproduzir um *já-dito* estereotipado, característico da ideologia patriarcal, de que o trabalho doméstico é obrigação exclusivamente do sujeito feminino. O *slogan* exibido na propaganda deixa bem claro esse ideário ao afirmar que “*Assim, a vida é melhor. Aparelhos elétricos de real utilidade para conforto das donas de casa*”. O sintagma “*Assim, a vida é melhor*” e o item lexical “*conforto*”, instauram o efeito de sentido de felicidade, de ventura e satisfação garantidos aos sujeitos femininos que adquirirem os produtos.

Os sentidos de que os eletrodomésticos são para o uso exclusivo das donas de casa (e apenas delas) é garantido pelos itens lexicais “*para*” e “*donas de casa*”, cujos efeitos remetem diretamente aos sujeitos femininos em questão.

Fonseca-Silva (2007, p. 25) observa que as produções midiáticas, dentre elas as propagandas, são responsáveis por instaurarem representações sociais, atuando como modificadoras de hábitos cotidianos. As propagandas reproduzem discursos produzidos no passado histórico instaurando modelos de comportamentos que devem ser seguidos pelos sujeitos, que acabam absorvendo as discursividades como verdades absolutas, inserindo os sentidos propostos em sua vida cotidiana.

O objetivo principal é vender, não somente o produto, mas um padrão a ser seguido, impondo suas posições ideológicas nas peças publicitárias, separando as classes sociais por meio de uma estratégia que leva em consideração os estereótipos e o capital de compra.

Deste modo, os discursos usados nas propagandas, segundo a autora, potencializam, também, a criação de estereótipos, fazendo com que o consumidor de determinado produto almeje ser aquele sujeito que está sendo representado na peça publicitária. Neste aspecto, os meios de comunicação atuam como produtores de sentidos sociais e identidades coletivas, utilizando-se de discursos que os sujeitos adotarão como verdades absolutas, instaurados por efeitos de sentido de confiança e felicidade, associados aos produtos a serem comprados.

Refletindo sobre a questão da reprodução de discursos produzidos no passado histórico, observamos que a figura 4 retrata um sujeito feminino assujeitado à ideologia patriarcal, a mesma que dominou o século XIX e que continuou presente

no século XX. Deste modo, a representação do sujeito feminino, no discurso imagético 4, continua semelhante àquele imaginário visto no século XIX, da dona de casa, responsável pelos cuidados domésticos e pelos cuidados com a família e o marido.

Neste aspecto, temos que observar que a ideologia patriarcal esteve presente na sociedade brasileira desde o período Colonial, atravessando o período do Império, da República e perpetuando a cultura da violência e da submissão da mulher, na medida em que considerava o homem como chefe da família e detentor da posse integral da esposa, filhos, escravos, etc., em diferentes épocas e em todos os campos da vida pessoal e social.

Ao longo da História, as leis brasileiras sempre garantiram a supremacia masculina sobre os sujeitos femininos e, mesmo após a Constituição de 1988, que garantiu a igualdade entre homens e mulheres, a desigualdade ainda está presente na sociedade.

Deste modo, o discurso imagético 4 retoma sentidos cristalizados historicamente, estabelecidos pela ideologia patriarcal, que impunha aos sujeitos femininos os deveres domésticos e maternais, aprisionando-as às tarefas do lar. Na perspectiva de dona de casa, os eletrodomésticos são seu material de trabalho e o melhor presente oferecido. Entre as atividades domésticas atribuídas ao sujeito feminino, destacam-se, na figura 4, os utensílios para a cozinha, instaurando os sentidos que além da limpeza da casa, ela precisava cuidar da alimentação do marido.

Esse discurso imagético instaura no interlocutor a percepção de que os sujeitos femininos são os únicos responsáveis pelos cuidados da casa, desobrigando o sujeito masculino a qualquer participação nessa rotina. Observa-se na imagem no sorriso do sujeito feminino e um olhar de plena satisfação, confirmando que o sujeito feminino fica extremamente feliz em receber esse tipo de presente e assumir as tarefas, já que o sujeito masculino é isento de ajudá-la.

O discurso imagético 4, instaura, portanto, efeitos de sentido de passividade em relação à posição do sujeito feminino na sociedade, reforçando a ideia de que na sociedade do século XX a ideologia patriarcal ainda é dominante.

A figura 4 retrata, assim, o sujeito feminino assujeitado à ideologia dominante da época, em posição subalterna, ocupando um lugar inferior na sociedade.

Para entendermos (ainda esta vez) o lugar subalterno ocupado pelo sujeito feminino no século XX, recorremos a Pêcheux (2010a, p. 81-2) que menciona o sujeito como uma posição social, suscetível a um jogo de imagens presentes na sociedade.

Esse jogo de imagens, conforme já mencionamos anteriormente, remete às *formações imaginárias*, noção que transcende a questão ideológica, sendo constitutiva do próprio sujeito. Assim, para ocupar um lugar em qualquer formação social se faz necessário que o sujeito tenha determinado certas relações imaginárias, que proporcionaram anteriormente a formação de uma imagem de si e do outro.

Em relação aos estereótipos instaurados pela sociedade e associados aos sujeitos femininos, Saffiot (1982, p.125) observa que mesmo diante de algumas mudanças tecnológicas, no século XX, como a criação de indústrias e do trabalho assalariado para o sujeito feminino, que trouxeram novas concepções a respeito desse sujeito, alguns padrões que contrariavam a valorização da mulher na sociedade foram mantidos. Em muitos países, a mulher ainda era condicionada a ser dona de casa e o homem era o provedor do sustento da família. Dessa maneira, encontra-se em várias propagandas da época, os sujeitos femininos retratados numa posição de submissão em relação ao homem.

A esse respeito, Bassanezi *et al* (1995, *apud* Priore, 1997, p. 508) também relatam que, na década de 50, apesar do Brasil estava vivendo um período de desenvolvimento, graças ao crescimento urbano e industrial, ainda existia a desigualdade entre os papéis reservados aos sujeitos feminino e masculino. A questão da moralidade sexual era perceptível e o trabalho do sujeito feminino, embora já fosse mais aceito, era permeado por preconceitos e estereótipos. Os homens ainda tinham total poder sobre as mulheres, sendo responsáveis diretos por sua esposa e filhos e aos sujeitos femininos eram impostos deveres domésticos e maternais que as deixavam aprisionadas ao lar.

A posição de submissão do sujeito feminino na sociedade, demonstrada no discurso imagético 4, pode ser interpretada como consequência da construção histórica, fenômeno suscitado por um modelo patriarcal de sociedade que estabeleceu a autoridade do homem sobre o sujeito feminino. Neste aspecto, o discurso imagético 4 reforça os sentidos históricos de submissão e subjugação do sujeito feminino, propondo esse modelo identitário aos interlocutores da propaganda, de modo a contribuir para a manutenção da ideologia patriarcal.

A figura 5 é um anúncio da Arno (Empresa brasileira de produtos eletrodomésticos, cujo enfoque principal é a produção de produtos eletroportáteis). da década de 50, que tinha como objetivo atingir um grupo de sujeitos bem específico: as noivas.

Em décadas passadas, as noivas ostentavam fotos com a cama repleta de presentes ofertados por seus convidados. Era muito comum encontrar um ou vários liquidificadores, ferros de passar, entre outros eletrodomésticos. Deste modo, o discurso imagético 5 explora essa memória coletiva (HALBWACHS, 1990), mostrando uma noiva extremamente feliz com seus presentes domésticos, ao lado de outro sujeito feminino, provavelmente sua mãe, demonstrando plena satisfação com o acontecimento.

Gregolin (2003, p. 96) observa que “se analisarmos o funcionamento discursivo dos meios de comunicação midiáticos, poderemos entrever os movimentos de resgate de *memória* e de estabelecimento do imaginário de uma identidade social”. Ou seja, os meios de comunicação midiáticos possuem a habilidade de resgatar discursos já estabilizados, no passado, trazendo-os ao presente e, até mesmo, fazendo surgir, a partir destes, novos sentidos.

A autora também menciona que,

Os instrumentos técnicos dos meios de comunicação são verdadeiras “máquinas de memórias” que criam a ideia de um mítico texto-base cuja visão passada é necessária para a compreensão articulada daquilo que se frui no presente; recordações, memórias de um texto que não deve cair no esquecimento (GREGOLIN, 2003, p. 106).

Em outras palavras, as propagandas midiáticas são capazes de resgatar sentidos *já-ditos*, para afirmar os sentidos do presente (o que está sendo dito agora) favorecendo aqueles que estejam mais adequados às suas campanhas para a venda de produtos.

Podemos verificar no funcionamento do discurso imagético 5 um conjunto de sentidos que operam entre o que já foi dito no passado (a memória coletiva que aciona a recordação da noiva, rodeada de presentes) e o que pode ser dito no presente, no âmbito dessa FD. Ou seja, a imagem da noiva aciona uma memória, resgatando as representações do passado que são caras à sociedade, pois estão de acordo com as suas tradições e o seu modo de pensar, atuando como organizadoras dos costumes da sociedade no presente.

Deste modo, podemos observar que o funcionamento do discurso imagético 5 articula-se em torno de discursividades cristalizadas, produzidas em torno de um ritual antigo (os casamentos). A figura 5 não está vendendo apenas os produtos, mas está também impondo modelos de comportamentos aos sujeitos femininos, por meio da proposição de um padrão a ser seguido. Neste aspecto, o *slogan* “*Quem dá Arno acerta sempre!*” associada à imagem da moça contente, ao lado da mãe, instaura o efeito de sentido de felicidade, satisfação e prazer, reafirmando lugares estabelecidos historicamente para os sujeitos femininos voltados ao lar, ao cuidado da casa e da família. Assim sendo, não teria presente melhor para o sujeito feminino do que eletrodomésticos para auxiliá-la nos afazeres da casa. O fabricante das marcas Arno, portanto, está marcando a sua posição-sujeito, cooperando para a manutenção da ideologia patriarcal e dos lugares estabelecidos às mulheres.

Bassanezi (2008), lembra que até meados do século XX, mesmo diante do crescimento da industrialização,

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras (BASSANEZI, 2008, p. 610).

Assim, o vínculo constituído pelo casamento instaurava uma imagem de respeitabilidade ao sujeito feminino, pois pelo viés da instituição do casamento a sociedade impunha uma forma dominante de regulação ao sujeito feminino, lançando-o ao lar e ao espaço doméstico.

De acordo com Louro *et al* (1993, *apud* PRIORE, 1997, p. 379), a imagem do espaço doméstico ganha, assim, o *status* de representação social, tornando-se palco de um novo sistema de valores, baseado na domesticidade feminina e na ideologia da pureza doméstica, que dava à mulher autoridade moral à proporção que o lar adquiria vários papéis de ordem social, política, religiosa e emocional.

Semelhante ao discurso imagético 4, a imagem da noiva feliz rodeada de eletrodomésticos, no discurso imagético 5, pode ser interpretada, portanto, como decorrente do processo histórico de submissão feminina, condição historicamente

construída, em virtude do modelo patriarcal de sociedade que marcou desde o período Colonial o domínio do homem sobre o sujeito feminino e sobre a família.

Bassanezzi (2008, p. 610) também relata que embora a contribuição feminina no mercado de trabalho estivesse em franca expansão, em meados do século XX, o único trabalho realmente valorizado era aquele feito fora de casa pelo homem. Trabalhos domésticos e criação dos filhos ficavam a cargo da mulher e eram considerados como parte do ônus da instituição do casamento.

O autor relata, ainda, que, nessa época, a pretensão das moças se resumia em conseguir um bom casamento, mas para que isso acontecesse, elas deveriam ser percebidas como "moças de família", apresentando postura correta e comportando-se de acordo com os princípios morais impostos pela sociedade patriarcal.

De modo geral, portanto, os discursos imagéticos 4 e 5 estão inscritos na mesma FD, pois utilizam-se das imagens do sujeito feminino instaurados de acordo com a ideologia patriarcal da sociedade da época.

As duas figuras induzem ao consumo dos produtos domésticos, usando as representações do sujeito feminino no imaginário dos interlocutores, buscando incentivar a comercialização dos produtos, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção dos princípios conservadores da sociedade. Os dois discursos imagéticos (4 e 5) ratificam, assim, os lugares preestabelecidos para os sujeitos femininos, a partir de vínculos com a ideologia dominante e com os interesses do mercado.

Na figura 6 observamos uma educadora científica do século XIX e algumas questões sexistas por ela enfrentadas: Marie Curie superando preconceitos de gênero tentou ingressar no mundo da ciência. Segundo NASS DE LEDO (2011, p.4) durante sua vida, enfrentou diversas barreiras de gênero, trabalhando como governanta e professora até conseguir ir a Paris, onde pode prosseguir seus estudos em Química e Física. Sua persistência a levou ao prêmio Nobel pela descoberta de elementos radioativos, demonstrando que o sujeito feminino possui capacidade intelectual tanto quanto o sujeito masculino.

Embora o sujeito feminino Marie Curie não seja uma cientista brasileira, optamos por analisar o discurso imagético que traz a sua imagem, por representar cientistas de vários países. Dentre elas, destacamos Sonja Ashauer, cientista brasileira que se formou em física pela USP, em 1942, Nise da Silveira, um dos símbolos

da luta antimanicomial no país, que, em 1936, chegou a ser presa por conta de suas ideias e dez anos mais tarde, começou um trabalho pioneiro sobre esquizofrenia (FABIANO, 2018).

Marie Curie viveu em uma época extremamente preconceituosa e machista, na qual os homens dominavam as ciências, por isso teve que lutar muito para superar as limitações sociais impostas. Conforme vimos nas análises anteriores, na época vivida por Marie Curie (1867 – 1934), aos sujeitos femininos eram destinados os papéis de mãe, esposa e dona de casa, sendo considerados incapazes de assumir outras funções. Assim, para superar os preconceitos e resistências e firmar-se como cientista, Marie Curie teve que enfrentar a sociedade europeia e, até mesmo, seus próprios colegas de trabalho, constituídos por homens, além dos desafios de uma sociedade patriarcal e sexista. Suas descobertas, entretanto, mudaram conceitos, possibilitando a criação de políticas sociais e humanitárias.

Em sentido *estrito* (ORLANDI, 2001, p. 30), o discurso imagético 6 mostra um sujeito feminino pensativo, exibindo um ar de enfado, de aborrecimento, vestido sobriamente, conforme era comum às mulheres no final do século XIX e início do século XX, com uma das mãos apoiando-se na face, em sinal de reflexão.

A figura 6 está em preto e branco e, ao centro, traz o sujeito feminino (Marie Curie) a qual, de acordo com o que vimos no parágrafo acima, estava à frente do seu tempo, por realizar pesquisas científicas e tentar quebrar preconceitos e estereótipos, em uma época em que o lugar social destinado ao sujeito feminino era o de dona de casa.

A imagem da gravura 6, em preto e branco, instaura um efeito de tempo passado, de, enfado e melancolia. O jogo de claro e escuro, que se vê, ao fundo, também instaura sentidos de ignorância, incompreensão e obscurantismo, que podem ser associados a uma época de opacidade para os sujeitos femininos, principalmente quando vinculamos o efeito visual de ausência de luz ao sujeito feminino ao centro – Marie Curie. Neste aspecto, nosso gesto de interpretação nos leva a relacionar a escuridão e a ignorância, às adversidades de se viver em condições de produção históricas extremamente difíceis, nas quais ser sujeito feminino e cientista representava se insurgir contra os costumes sociais da época. Neste aspecto, temos que lembrar que os discursos em circulação, no início do século XX, impunham a reclusão e um lugar secundário à mulher.

A expressão facial do sujeito feminino instaura um efeito de sentido de enfado, de tédio, como se estivesse profundamente aborrecido com as intolerâncias e preconceitos sociais sofridos, em uma sociedade sexista e segregadora. Tais sentidos são reforçados pela mão do sujeito apoiada ao rosto, que evidencia esse efeito de fastio, como se estivesse cansado, farto.

Soihet (1997) narra que entre os séculos XIX e XX, época em que viveu Marie Curie, a mulher esteve presa a muitos discursos criados em torno de si, com intuito de desvalorizá-la. Dentre esses discursos, era corrente a ideia de que eram desprovidas de intelecto desenvolvido, limitadas para se envolverem em questões políticas e sociais e com vocação somente para a maternidade e para a criação dos filhos.

Sobre essas discursividades, Soihet (*Idem*) registra que,

Constituem-se as mulheres, [...], no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atributo desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade (Soihet, 1997, p. 9).

Deste modo, na época, os sujeitos femininos eram considerados sem imaginação e, caso conseguissem raciocinar, provavelmente era com a ajuda dos maridos. Essa ideologia tinha o objetivo de deixar as mulheres numa posição social inferior, de desprestígio diante da sociedade.

Leone ((2019, p. 1)) relata, também, que na segunda metade do século XIX e XX houve um aumento considerável do número de oportunidades de educação formal para mulheres, com conteúdo semelhante às dos sujeitos masculinos. Acrescenta, ainda, que [...] A ascensão dessas “faculdades das mulheres”, do final do século XIX, proporcionou crescimento exponencial de doutoramento de mulheres em diversas áreas da ciência. No entanto, muitas lutas foram travadas por muitas mulheres cientistas, buscando um lugar na sociedade, enfrentando discriminações, instauradas por ideologias de décadas passadas.

Voltando à figura 6, observamos que associa o discurso imagético e verbal na produção de sentidos. Deste modo, a figura traz duas discursividades (na parte superior e inferior) que mobiliza sentidos opostos, conforme veremos a seguir:

1. D1 - Discurso verbal na parte superior da figura 6: “ *Lugar de mulher é na cozinha?* ”

Analisando o funcionamento do D1, observamos que os itens lexicais “lugar”, “mulher” e “cozinha” constroem sentidos históricos cristalizados na sociedade do século XIX e início do século XX (já apontados anteriormente), que remetem ao ideário da sociedade patriarcal. São discursos *já ditos* por outros sujeitos, em outras épocas, parafraseados para novas condições de produção e que replicam, pelo viés da memória discursiva (na perspectiva do interdiscurso) sentidos que instauram a domesticidade feminina, a vocação ao lar e o afastamento de qualquer forma de trabalho externo à casa, suprimindo toda possibilidade de autonomia do sujeito e a chance de participar da vida intelectual e científica da sociedade.

2. D2 - Discurso verbal na parte inferior da gravura: “*Ok, segura meu Nobel de Química e Física só um instante*”.

No D2 os itens lexicais “segura”, “meu Nobel”, “Química e Física” e “um instante” instaura efeitos de sentido de escárnio e zombaria, ridicularizando o discurso verbal 1, de modo a colocar em cheque a sua validade.

Assim, a heterogeneidade de sentidos presentes no discurso 6, em especial no D2 - [...]”*segura meu Nobel de Química e Física só um instante*” -nos permite identificar o deslizamento de sentidos, que evidenciam que a memória discursiva não é sujeita apenas às repetições, às retomadas e já-ditos, mas que os sentidos podem se tornar outros, em outras condições de produção. Esse fato, identificado na figura 6, reitera a resistência do sujeito aos processos de dominação e subordinação instaurados pela ideologia dominante (PÊCHEUX, 2009b, p. 280) e também que “não há dominação sem resistência [...]” (Idem, p. 281). Ou seja, os sujeitos não são inertes às determinações da ideologia dominante.

Já mencionamos, neste estudo, que a ideologia é responsável por interpelar os indivíduos em sujeitos (PÊCHEUX, 2009a, p.167). A ideologia constitui o indivíduo como sujeito a partir do processo de *identificação* deste com determinada FD (Idem, p.198). Esse processo de *identificação* é sempre inacabado, de forma que o *sujeito* pode se *identificar plenamente*, se *contra-identificar*, ou se *desidentificar* no interior dessa FD, identificando-se a outra FD.

Pêcheux (Idem) desenvolve essa tese, observando que a *forma-sujeito* pode desdobrar-se entre o sujeito da *enunciação* e *sujeito universal*. Tais desdobramentos possibilitam assumir três diferentes modalidades.

A *primeira modalidade* compreende a superposição do *sujeito da enunciação* sobre o *sujeito universal*, “de modo que “a tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “*livre consentimento*”. Essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” (PÊCHEUX, 2009a, p. 199).

A *segunda modalidade* “caracteriza o discurso do “mau sujeito”, no qual “o *sujeito da enunciação* se volta *contra o sujeito universal*” (*Idem*, p. 199). Segundo o teórico, isto se dá “por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” (*Idem*, p. 199) por parte do *sujeito da enunciação* em relação ao *sujeito universal*, caracterizando o *contradiscurso* ou *contra-identificação* do sujeito com a *formação discursiva*.

Por fim, há a *terceira modalidade* que Pêcheux designa como subjetiva e discursiva, “paradoxalmente caracterizada pelo fato de que ela integra o *efeito das ciências e da política do proletariado sobre a forma-sujeito*” (*Idem*, p. 200). Nessa modalidade ocorre uma *desidentificação*, causando um *desassujeitamento*, uma ruptura, entre o *sujeito da enunciação* e o *sujeito universal*.

Indursky (2008) observa, ainda, que o processo de *desidentificação* configura uma ruptura com a *formação discursiva* em que o sujeito se encontrava inserido *a priori*, resultando ou em uma nova *formação discursiva e forma-sujeito*, ou na migração de uma *forma-sujeito* para outra.

Ao falar no processo de *contra-identificação*, a autora observa que o sujeito não se retira da formação discursiva que o constitui, embora não se identifique completamente com ela. O que ele faz é assumir uma *posição-sujeito* diferente, mas que continua ligada à *forma-sujeito* dominante (INDURSKY, 2008, p. 26).

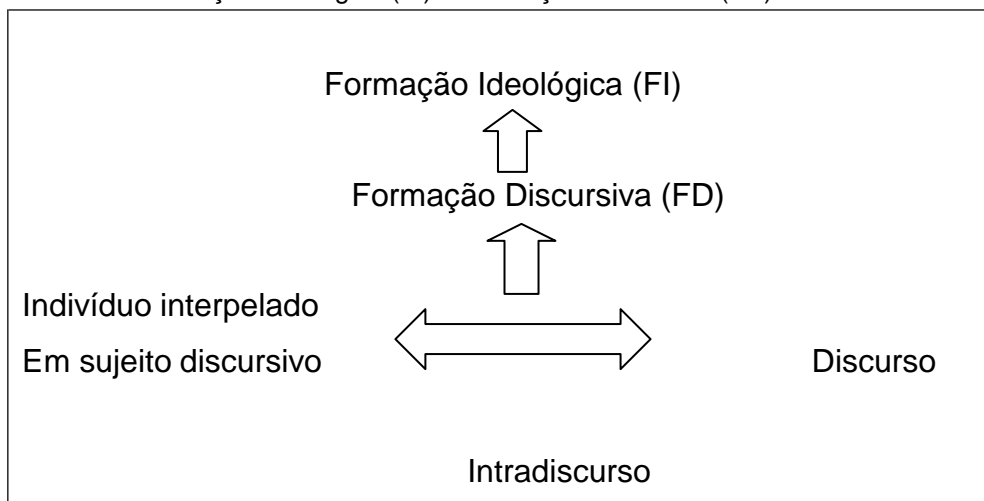
Considerando o discurso imagético 6, a partir das noções sobre o processo de identificação, mencionadas anteriormente, concluímos que o sujeito Marie Curie assume uma posição-sujeito que se *contra-identifica* à FD patriarcal, nos moldes que descreve Indursky (*Idem*). Deste modo, embora o discurso imagético construa sentidos de enfado, de cansaço e aborrecimento do sujeito feminino, em relação aos saberes da FD patriarcal, o sujeito não migra a outra FD, permanecendo ligada à mesma FD patriarcal dominante, embora não se identifique completamente com ela.

Na seção que se segue, passaremos a individualizar as FD e as PS com as quais se identificam os sujeitos dos discursos imagéticos 4, 5 e 6.

3.5 Discursos imagéticos das gravuras 4, 5 e 6: FD e PS

Conforme mencionamos na seção 3.3, Pêcheux (2009a, p.188) conceitua FD como “aquilo que pode e deve ser dito (estruturado sob a forma de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada na conjuntura social”. Segundo o teórico, “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido próprio, literal, esse sentido se estabelece em cada FD, ou seja, nas relações com outras palavras, expressões ou proposições da mesma FD” (PÊCHEUX, [1975], 2009, p. 146-7). Orlandi (2002) também observa que o discurso e indivíduo estão ligados à FD; a FD está ligada à FI, construindo um suporte para que o indivíduo seja sujeito discursivo e o discurso seja marcado pela materialidade histórica (ORLANDI, 2002, p. 71 -2), conforme representado no quadro a seguir:

Quadro 7: Formação Ideológica (FI) e Formação Discursiva (FD)



Fonte: O autor

Quanto à posição- sujeito, Courtine define como “uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD” (COURTINE, 2009, p. 88).

A partir das noções mencionadas, observamos que o funcionamento dos discursos imagéticos 4 e 5 são semelhantes, pois são atravessados por efeitos de

sentido de felicidade, satisfação e prazer que a obtenção dos eletrodomésticos proporcionaria aos sujeitos femininos. Nos dois discursos imagéticos, portanto, os sujeitos femininos mostram-se submissos, subjugados e assujeitados à ideologia patriarcal dominante, mostrando-se passivos ideologicamente aos saberes dessa FD.

Tais efeitos de sentido podem ser representados conforme o quadro que se segue:

Quadro 8: Efeitos de Sentido dos Discursos Imagéticos 4 e 5

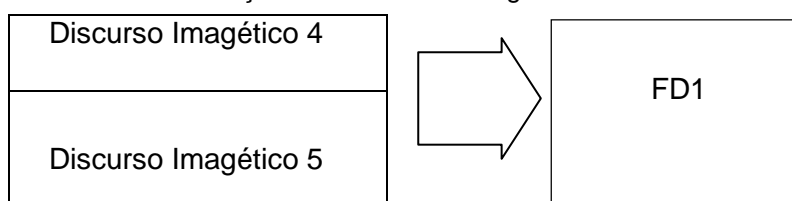
	Efeitos de sentido
Discurso imagético 4	Felicidade, ventura, satisfação, submissão, subjugação, passividade e assujeitamento aos saberes que atravessam a ideologia patriarcal dominante.
Discurso imagético 5	Felicidade, satisfação, prazer, submissão, subjugação, passividade e assujeitamento aos saberes que atravessam a ideologia patriarcal dominante.

Fonte: O autor

Deste modo, os efeitos de sentido são semelhantes nos discursos imagéticos 4 e 5, destacando-se os sentidos de submissão, subjugação e assujeitamento à ideologia patriarcal dominante, que se repetem em ambos.

Mediante essa constatação, nosso gesto de interpretação nos permite verificar que há aproximações entre os discursos imagéticos 4 e 5 e os discursos imagéticos 1 e 2 (analisados na seção 3.3), pois as quatro discursividades instauram os mesmos efeitos de sentido. Deste modo, os discursos 4 e 5 também serão individuados na mesma FD1, conforme consta a seguir:

Quadro 9: Individuação dos discursos imagéticos 4 e 5

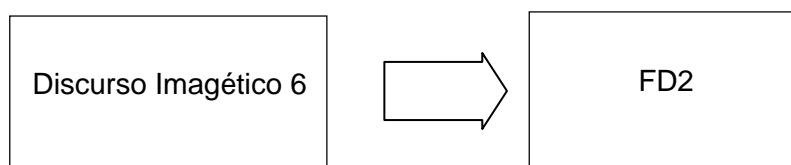


Fonte: O autor

No que se refere ao discurso imagético 6, nossas análises mostraram que o discurso verbal D2 (“*Ok, segura meu Nobel de Química e Física só um instante*”) instaura sentidos de escárnio, zombaria e ridicularização em relação aos saberes da ideologia patriarcal, presentes no D1 (“*Lugar de mulher é na cozinha?*”). Deste modo, o discurso imagético 6 (semelhante ao discurso 3, analisado na seção 3.3) também mostra um sujeito feminino que **resiste** às determinações do poder patriarcal, contra-identificando-se com a ideologia que atravessa essa FD. Neste aspecto, ocorre um deslizamento de sentidos, cujo efeito é de fastio, fadiga e enfado, que demonstram a **resistência do sujeito** feminino ao poder dominante.

A constatação desses efeitos nos permite, assim, inscrever o discurso imagético 6 na FD2, conforme o quadro a seguir:

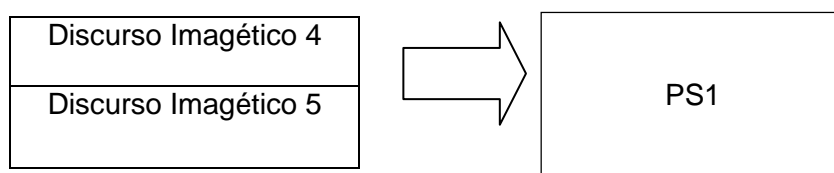
Quadro 10: Individuação do Discurso Imagético 6



Fonte: O autor

Quanto à PS, as análises também mostraram (conforme mencionamos anteriormente) que os discursos imagéticos 4 e 5 são atravessados por efeitos de sentido de submissão, subjugação e assujeitamento à ideologia patriarcal dominante. Em decorrência dos mesmos efeitos de sentido presentes nos discursos imagéticos 1 e 2, serão identificados, também, à PS1:

Quadro 11: Posição-sujeito na qual se inscreve os discursos imagéticos 4 e 5



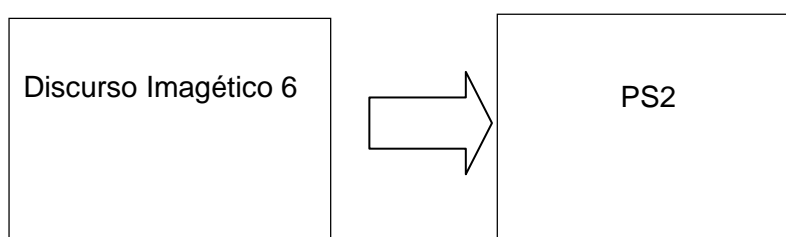
Fonte: O autor

Nossas análises nos permitem concluir, assim, que embora os discursos imagéticos 1, 2, 3 e 4 tenham sido produzidos em diferentes condições de produção, estão identificados à mesma FD patriarcal e os sujeitos se inscrevem na mesma PS1 (submissa, subjugada e assujeitada à ideologia patriarcal dominante).

No que tange à repetição dos efeitos de sentido nos 4 discursos imagéticos, observamos que tratam-se de paráfrases de discursos historicamente cristalizados. Esta repetição (retomada, estabilização parafrástica) é garantida pelo *interdiscurso (já-dito)* que mantém a regularidade discursiva pré-existente. Segundo Pêcheux (2010c, p 52) o interdiscurso é “um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação da materialidade discursiva [...] entendida em uma dialética de repetição e de regularização [...]”.

Quanto à PS do discurso imagético 6, as análises mostraram que houve um deslizamento de sentidos, que instauraram efeitos de escárnio, zombaria e ridicularização em relação aos saberes da ideologia patriarcal. Estes novos sentidos mostraram a resistência do sujeito ao poder patriarcal dominante, permitindo-nos inscrevê-lo, dessa forma, na PS2:

Quadro12: Posição-sujeito na qual se inscreve o discurso imagético 6



Fonte: O autor

O discurso imagético 6 mostra, assim, o outro viés da memória discursiva, irrompendo ante o choque do acontecimento novo, que, segundo Pêcheux (2010c, p. 53), “vem perturbar a rede dos ‘implícitos’”, desregulando os sentidos estabelecidos. Na sequência, analisaremos as figuras 7.

3.6 Discurso imagético da figura 7: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos e memória discursiva

Figura 7
Feminismo materno: a luta pelos direitos das mulheres que são mães



Fonte: https://cultura.uol.com.br/noticias/colunas/papodemaes/22_feminismo-materno-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres-que-sao-maes.html

A figura 7 mostra uma mãe e suas duas filhas exibindo gestos de “banana” aos interlocutores. As condições de produção em sentido *estricto* (ORLANDI, 2001, p. 30) revelam que a figura 7 foi extraída do *site* cultura.uol.br, da “Coluna Papo de Mãe”, divulgada em uma reportagem intitulada “Feminismo materno: a luta pelos direitos das mulheres que são mães”, publicada em 28.08.2020.

A reportagem trata de questões relacionadas ao machismo, no século XXI, que desencadeia a violência doméstica, causando mortes, esfacelando famílias e instaurando órfãos da violência. Aborda temas como o feminicídio, a desigualdade entre homens e mulheres, ainda presentes na sociedade do século XXI, propõe uma educação feminista e aponta resquícios da cultura patriarcal em muitos sujeitos femininos que se declaram antifeministas nas redes sociais. Neste aspecto, discute a educação que se deve dar às meninas e aos meninos, para que cresçam e não se tornem agressores e agredidas. Por fim, trata do feminismo materno, que visa lutar pelo direito das mulheres que são mães a ter um parto digno, condições de educar suas crianças e tomar decisões, inclusive a de optar por não ter filhos.

Os sujeitos femininos retratados na figura 7 identificam-se a uma família moderna do século XXI. As roupas que vestem são coloridas, leves e os gestos que fazem, dando uma “banana” aos interlocutores (dobrando o braço em formato de L, o antebraço é levantado na vertical, com a palma da mão fechada, apontando para cima, enquanto a outra mão agarra o bíceps do braço dobrado) é usado, no Brasil, para indicar o fato de ignorar alguém ou uma determinada situação e, também, para demonstrar oposição dos sujeitos a algo.

A expressão fisionômica dos três sujeitos femininos, na figura 7, é de desafio e as roupas que vestem, comparadas às usadas no século XIX (já mencionadas em outra seção), representam bem mais do que um modo de cobrir o corpo.

No século XXI, as roupas usadas pelos sujeitos identificam o grupo social com o qual eles se identificam, fazendo parte, de certo modo, de sua identidade. Os grupos ou “tribos” usam roupas que os identificam e diferenciam de outros. Deste modo, podemos observar, nas grandes cidades, sujeitos que se vestem como *nerds* (segundo o *site wikipédia*, conceito sociológico moderno que identifica uma tribo urbana constituída por sujeitos excessivamente intelectuais e com poucas habilidades sociais), usando roupas de HQ (personagens de histórias em quadrinhos), grupos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), e outras comunidades, que ostentam orgulhosamente suas bandeiras e vestimentas peculiares em manifestações, dentre muitos outros¹.

No século XXI, as roupas também estão associadas ao *status* social dos sujeitos, de modo que duas camisetas, aparentemente iguais, podem custar 10 vezes mais o valor, uma da outra, devido ao *logo* (marca) que exibem: Nike, Pierre Cardin, Gucci, Boss, Versace, Levi’s, etc. Ter roupa de marca, no século XXI, é ostentar poder econômico, por isso há muitos sujeitos que fazem questão de comprá-las, causando o próprio endividamento e inadimplência.

As roupas usadas pelos sujeitos na figura 7 são, normalmente, utilizadas por sujeitos da classe média brasileira. Nosso gesto de interpretação, portanto, inscreve os três sujeitos da figura 7 na FD da classe média, cujos sujeitos femininos (ao menos a mãe) participam ativamente do mercado de trabalho nacional.

Quanto aos efeitos de sentido instaurados pelo gesto dos três sujeitos femininos (dar uma “banana” aos interlocutores), observamos que, associado às expressões fisionômicas desafiadoras e às temáticas abordadas pela reportagem, é o de demonstrar oposição ao machismo, à violência contra as mulheres, à desigualdade, aos resquícios da sociedade patriarcal que ainda perduram na sociedade do século XXI, ao feminicídio, aos discursos antifeministas e a todas as formas de discriminação. O gesto mobiliza, portanto, sentidos de indignação, de resistência (PÊCHEUX, 2009b, p. 280-1) e luta, travada pelos sujeitos femininos na

1 A moda no cotidiano das pessoas no século XXI. Disponível em <https://www.clickgratis.com.br/mulher/moda/a-moda-no-cotidiano-das-pessoas-no-seculo-xxi/> Acesso em 21.07.2021

busca por direitos sociais. Neste aspecto, há que se considerar que apesar da ideologia interpelar os indivíduos em sujeitos (PÊCHEUX, 2009a, p. 175), “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2009b, p. 281) e os sujeitos também “ousam se revoltar” às determinações da ideologia dominante.

Quanto à questão da memória discursiva, observa-se no discurso imagético 7 a existência do jogo de forças que irrompe face ao acontecimento novo, mencionado por Pêcheux (2010c, p. 53), desregulando os sentidos sociais aparentemente estabilizados, que instauravam (nos outros discursos analisados anteriormente) sujeitos femininos submissos e conformados ante às determinações da ideologia patriarcal dominante. Deste modo, o discurso imagético 7 instaura sujeitos que resistem e se rebelam, rompendo e desregulando a rede de implícitos anterior. Trata-se, na perspectiva de Pêcheux (*Idem*, p. 36) da certeza que a memória não pode ser concebida como uma esfera plena, cujo conteúdo é homogêneo, como um reservatório, pois é um espaço de desdobramentos, réplicas e contra-discursos.

No que se refere às condições de produção em sentido *amplo* (ORLANDI, 2001, p. 30) vimos, nas seções anteriores, que a história do sujeito feminino é feita de silenciamentos. Assim, por muito tempo a mulher brasileira se calou diante dos estereótipos, preconceitos e desigualdades sem poder tomar suas próprias decisões, ficando à mercê da autoridade do homem e da igreja, recebendo salários menores e sendo rotulada por ter que trabalhar fora.

Historicamente, desde meados do século XIX, os sujeitos femininos brasileiros buscaram a ampliação dos seus direitos políticos e sociais, a melhoria das condições de vida e o reconhecimento do trabalho. O direito ao voto, por exemplo, só foi conquistado em 1932, apesar que desde 1910 os sujeitos femininos tenham lutado para obtê-lo (PINTO, 2010, p. 16)

A partir dessa data, seguindo outras conquistas registradas na França, principalmente após Simone de Beauvoir ter iniciado o movimento feminista naquele país, outros movimentos irromperam no Brasil, reivindicando espaço para os sujeitos femininos na vida pública, no trabalho, na educação e autonomia frente às futuras decisões que precisassem tomar sobre sua vida e seu corpo (*Idem*). Foi durante o Regime Militar, por volta de 1970, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil. Com o fim da Ditadura Militar, na década de 1980, o Movimento Feminista entrou em fase de expansão, trazendo à discussão pautas como violência,

sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, contra o racismo, por opções sexuais, dentre outras (PINTO, 2010 p. 17).

Bezerra ([sd], p. 1) narra que no século XXI o Movimento Feminista brasileiro incluiu novas pautas à sua agenda de reivindicações, como a diversidade sexual, racial, de gênero e o questionamento da maternidade como obrigação. Registraram-se, também, neste século, alguns avanços na questão da proteção aos sujeitos femininos, como a Lei Maria da Penha, sancionada no ano de 2006, durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que pune casos de violência doméstica e feminicídio.

A preocupação com o corpo do sujeito feminino também cresceu dentro do Movimento Feminista, assim como a luta pela erradicação da violência doméstica, pela maior representatividade política, pelo direito ao parto natural, amamentação em locais públicos, ao aborto, pelo fim da cultura de submissão ao homem, etc.

No século XXI, um dos grandes desafios de pais e educadores é como educar filhos de forma mais igualitária e menos machista. De acordo com Castro (2018, p. 1), o desafio consiste na própria reeducação de pais e educadores, de modo a não perpetuar o machismo e a misoginia e olhar para as crianças para além dos estereótipos de gênero, compreendendo-os como pequenos seres em desenvolvimento.

Pensando na questão da educação igualitária, Semis (2018, p. 1), em reportagem publicada na Revista Nova Escola, em 1º de março de 2018, intitulada "Lições para educar crianças feministas", apresenta 15 reflexões, sugeridas pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adchie, visando uma educação mais democrática em relação ao gênero.

De acordo com Adchie (*apud SEMIS, Idem*) tratam-se de mudanças simples para ajudar no processo de uma educação igualitária entre meninos e meninas, tais como: a) tentar identificar o machismo nosso de cada dia, arraigado em nossa cultura; b) não usar "tradição" para justificar papéis assumidos por homens e mulheres (como o cuidado da casa); c) ensinar as crianças a questionarem a linguagem, pois esta é um repositório de preconceitos; d) não fazer das mulheres seres moralmente superiores aos homens; e) não praticar feminismo leve (condicionado a um homem), dentre outras.

Estes são, portanto, alguns dos principais desafios do século XXI, instaurados pelo discurso imagético da figura 7, considerando as condições de produção em que foram produzidos a discursividade.

Na seção que se segue, individuaremos a FD e a posição-sujeito nas quais se inscrevem o discurso magético 7.

3.7 Discurso imagético da gravura 7: FD e PS

Para analisarmos a FD e a PS na qual se inscreve o discurso imagético 7, retomamos as noções de FD e PS, na concepção de Pêcheux, conforme se segue:

A FD é conceituada por Pêcheux (2009a, p.188) como “aquilo que pode e deve ser dito (estruturado sob a forma de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada na conjuntura social”. Para o teórico “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido próprio, literal, esse sentido se estabelece em cada FD, ou seja, nas relações com outras palavras, expressões ou proposições da mesma FD” (*Idem*, p. 146-7).

Quanto à Posição- Sujeito é definida por Courtine (2009, p. 88) como “uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD”.

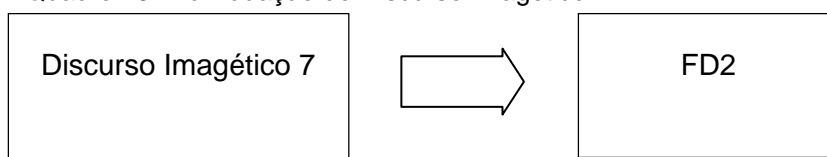
Na seção anterior, mencionamos que o discurso imagético da figura 7 instaura efeitos de sentido de oposição ao machismo, à violência contra as mulheres, à desigualdade, ao feminicídio, aos discursos antifeministas e a todas as formas de discriminação. O gesto de dar “banana” aos interlocutores mobiliza, assim, sentidos de luta, indignação e resistência. Tais efeitos foram analisados, considerando as condições de produção em sentido *estrito* (ORLANDI, 2001, p. 30) observadas na discursividade.

O funcionamento discursivo da figura 7 nos permitiu apreender que houve um deslizamento em torno dos sentidos instaurados pela discursividade, de modo que não se observa a construção de efeitos de submissão, subjugação e assujeitamento à ideologia patriarcal dominante. O que se constata são efeitos de resistência dos sujeitos femininos à FD patriarcal e oposição às formas de dominação e assujeitamento.

Neste aspecto, podemos dizer que o discurso imagético 7 instaura identidades femininas que lutam contra todas as formas de discriminação e violência social, fabricando discursivamente (SERIOT, 2001, p. 16) identidades de resistência.

Em virtude dos efeitos de sentido apreendidos, iremos individualizar o discurso imagético 7 na FD2, conforme descrito no quadro a seguir:

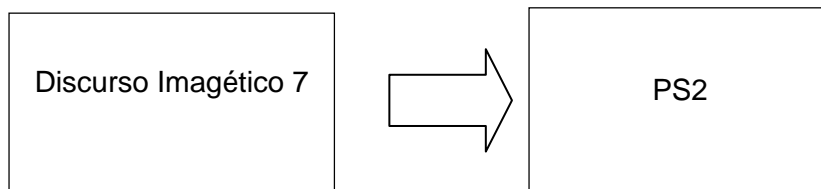
Quadro 13: Individualização do Discurso Imagético 7



Fonte: O autor

Quanto à posição-sujeito, identifica-se à PS2 na qual se inscrevem todos os sujeitos femininos atravessados por sentidos de insubmissão e de resistência à ideologia patriarcal dominante, conforme representado a seguir:

Quadro 14: Posição-sujeito na qual se inscreve o discurso imagético 7



Fonte: O autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, intitulada *As representações identitárias do sujeito feminino em sete discursos imagéticos: condições de produção, efeitos de sentido, estereótipos, FD, memória discursiva e PS* propusemo-nos a analisar um *corpus* constituído por sete discursos imagéticos, divulgados nos séculos XIX, XX e XXI, com o objetivo de verificar regularidades discursivas que ajudassem a evidenciar como o sujeito-feminino é representado nessas discursividades em circulação.

As análises dos discursos imagéticos foram realizadas pelo viés da AD, na perspectiva de Michel Pêcheux.

Nossa hipótese foi que a sociedade do século XIX e XX cria estereótipos em torno da imagem do sujeito feminino, que chegam ao século XXI por meio da memória discursiva dos sujeitos.

A trajetória histórica do sujeito feminino, abordada no capítulo I, mostrou o silenciamento social e político das mulheres ao longo da história do Brasil, evidenciando que, desde o período Colonial até chegar às primeiras indústrias e movimentos sociais pelo direito ao voto, iniciados durante o século XIX, as práticas de sujeição ao poder masculino, representado pelo marido e pela Igreja, estiveram presentes na sociedade brasileira.

Organizada em torno de estruturas de poder patriarcal, a sociedade não permitiu que as mulheres ocupassem mais espaço na esfera pública, instaurando ideologias e estereótipos, em relação ao sujeito feminino, que se estendiam às relações de trabalho. Assim, os sujeitos femininos estiveram presos a paradigmas criados pela sociedade patriarcal como, por exemplo, a ideia de que eram desprovidos de intelecto desenvolvido, limitados para se envolverem em questões políticas e sociais e com vocação somente para a maternidade e para a criação dos filhos.

Mostramos, ainda, que, durante o século XX, a desigualdade entre os papéis assumidos por homens e mulheres continuou. A questão da moralidade sexual era perceptível e, apesar do cenário democrático pós-ditadura, o reconhecimento da mulher como igual ainda estava longe de ser alcançado. Mesmo assim, lutas seriam travadas e as manifestações continuariam estendendo-se até o século XXI, com o objetivo de romper com os padrões definidos pela sociedade patriarcal.

No capítulo II, explicitamos que os discursos imagéticos, principalmente os da publicidade, articulam efeitos que, para além de vender os produtos, propõem modelos de comportamento e padrões a serem seguidos pelos sujeitos femininos.

Deste modo, os discursos imagéticos utilizados por propagandas, revistas, jornais, etc., impõem ideologias que são resultados dos modos de pensar de uma sociedade, com base no discurso dominante. Esses discursos veiculam representações que refletem valores socialmente aceitos, apoiados no senso comum e no imaginário coletivo dos sujeitos. A análise do *corpus*, no capítulo III, nos permitiu responder as perguntas de pesquisa, conforme se segue:

No que se refere à questão “os discursos imagéticos analisados se inscrevem na mesma FD”, foram encontradas duas FDs, FD1 e FD2, nas quais estão inscritos os sete discursos imagéticos. Na FD1 estão inscritos os discursos imagéticos 1, 2, 4 e 5, cujos sujeitos são submissos, subjugados e assujeitados à ideologia patriarcal que domina a FD1. As análises apontaram o funcionamento discursivo semelhante em todos os discursos mencionados, embora as discursividades tenham sido produzidas em diferentes condições de produção.

Na FD2 inscrevem-se os discursos imagéticos 3, 6 e 7, cujos sujeitos caracterizam-se pela oposição à dominação do poder patriarcal e que mostram atitudes de insubordinação, insubmissão e resistência à ideologia dominante. Na FD2 os sujeitos femininos resistem às configurações do poder patriarcal institucionalizado, organizando-se em movimentos de luta por direitos sociais. Neste aspecto, ocorre o deslizamento de sentidos no âmbito da memória discursiva.

Assim, sendo os sete discursos imagéticos não se inscrevem na mesma FD. Quanto à pergunta “Quais efeitos de sentido podem ser apreendidos nos discursos imagéticos analisados”, as análises evidenciaram efeitos de sentido semelhantes -de submissão, subjugação e assujeitamento à ideologia patriarcal dominante - nos discursos imagéticos 1,2,4,e 5. É importante observar que o que aproxima essas discursividades é exatamente a semelhança dos efeitos de sentido.

Nos discursos imagéticos 3, 6 e 7, entretanto, os sentidos deslizam para efeitos de insubordinação, insubmissão e resistência (já mencionados) à ideologia patriarcal dominante, caracterizando novos comportamentos sociais.

Estes foram, portanto, os efeitos de sentido apreendidos nos discursos imagéticos analisados.

No que diz respeito à pergunta “Os sujeitos discursivos que irrompem nas discursividades constituem uma única PS”, observamos que os sete discursos imagéticos analisados mostram duas posições-sujeito, PS1 e PS2.

Os discursos imagéticos 1, 2, 4 e 5 encontram-se atravessados por efeitos de sentido próximos (de subjugação e assujeitamento à ideologia patriarcal) que

atravessam a FD1. Conforme vimos nas análises, a principal característica dessa ideologia é a supremacia masculina nas relações de poder e a submissão feminina. Uma vez que as quatro discursividades apresentam posições-sujeito semelhantes, foram identificadas à PS1.

Quanto aos discursos imagéticos 3, 6 e 7, foram identificados à PS2 por instaurarem efeitos de insubmissão e resistência à ideologia dominante.

No que tange à pergunta “A memória discursiva evidencia o interdiscurso (funcionando como espaço de repetição de estereótipos) ou também verifica-se o deslizamento de sentidos”, observamos que os discursos imagéticos 1, 2, 4 e 5 instaura sentidos históricos cristalizados na sociedade do século XIX e início do século XX, que remetem ao ideário da sociedade patriarcal. São discursos *já ditos* por outros sujeitos, em outras épocas, parafraseados em novas condições de produção e que replicam, pelo viés da memória discursiva (na perspectiva do interdiscurso) sentidos que propõem a domesticidade feminina, a vocação ao lar e o afastamento de qualquer forma de trabalho externo à casa, suprimindo toda possibilidade de autonomia do sujeito e a chance de participar da vida política e social do país.

Neste aspecto, nos discursos mencionados, a memória discursiva apresenta-se como um espaço de repetições, retomadas e paráfrases, mantidas graças à força do interdiscurso, que atravessa a FD1 e a PS1,

Nos discursos imagéticos 3, 6 e 7, contudo, foi possível verificar que os sentidos deslizam para efeitos de resistência e insubordinação, evidenciando que a memória discursiva não é sujeita apenas às repetições, às retomadas e já-ditos, mas que os sentidos podem se tornar outros, em outras condições de produção e em outras FD.

Este fato, identificado nos três discursos mencionados, reitera o fato de que não existe apenas o assujeitamento ideológico, mas que os sujeitos também resistem aos processos de dominação e subordinação instaurados pela ideologia dominante (PÊCHEUX, 2009b, p. 280). Deste modo, “não há dominação sem resistência [...]” (Idem, p. 281), pois os sujeitos não são inertes às determinações do poder.

Os sete discursos imagéticos analisados comprovaram, portanto, o duplo viés da memória discursiva, conforme menciona Pêcheux (2010c, p. 52-3).

Em relação à questão, “Nos discursos imagéticos analisados é possível apreender a existência de discursos e modelos identitários estereotipados”, as análises mostraram que nas discursividades 1, 2, 4 e 5 o funcionamento discursivo

remete aos estereótipos estabelecidos pela sociedade patriarcal, de que a mulher é inferior ao homem. Nesse aspecto, tratam-se de já-ditos sobre o sujeito feminino, que voltam ao discurso do sujeito graças aos esquecimentos 1 e 2.

Conforme vimos durante as análises, os discursos mobilizados nas campanhas publicitárias e em algumas mídias potencializam a criação de estereótipos, fazendo com que o consumidor de determinado produto almeje ser aquele sujeito que está sendo representado na peça publicitária ou reportagem. Neste aspecto, os meios de comunicação atuam como produtores de sentidos sociais e identidades coletivas, utilizando-se de discursos que os sujeitos adotarão como verdades absolutas, instaurados por efeitos de sentido de confiança e felicidade, associados aos produtos a serem comprados.

Deste modo, foi possível apreender na maior parte dos discursos analisados sentidos e modelos identitários estereotipados.

Comprovamos, assim, a hipótese que a sociedade do século XIX e XX cria estereótipos em torno da imagem do sujeito feminino, que chegam ao século XXI por meio da memória discursiva dos sujeitos. Neste caso, esses estereótipos são replicados por já-ditos, na perspectiva do interdiscurso, que estão ao lado da estabilização de sentidos.

Por fim, esta pesquisa contribuiu para o esclarecimento do funcionamento das ideologias que atravessam os discursos na sociedade moderna. Os discursos imagéticos analisados, na perspectiva deste estudo, nos deram a oportunidade de verificar alguns sentidos cristalizados que funcionam, na publicidade e na mídia jornalística, como padrões de comportamento a serem consumidos pelos sujeitos femininos. Também percebemos que instauram representações, propondo lugares sociais a serem ocupados pelos sujeitos.

Como toda pesquisa em AD, as conclusões a que chegamos são provisórias e se abrem a outras possibilidades de estudo e diferentes interpretações. Neste aspecto, este é apenas um olhar, dentre muitos, que pode ser dado ao *corpus* escolhido.

Esperamos ter contribuído para os estudos do discurso e que outras pesquisas surjam para tratar das questões aqui abordadas.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. **Papel da memória**- Tradução e introdução: José Horta Nunes – 3ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

AGUERO, Rosemere de Almeida. **Discursos, memória e fabricação/construção discursiva da identidade: os brasiguaios nos dois lados da linha**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Edições Graal: 1992, p. 98-99, Rio de Janeiro.

BELOV, Graça Maria. **A Questão Feminina: Gênero, Identidade e Direitos**.2007. Disponível em:http://www.anamatra.org.br/noticias/courseventos/ler_cursoeven.cfm?cod_evento=179. Acesso em: 4 de agosto. 2019.

_____. **A questão Feminina**. Belov. Graça Maria. Produzido pela ANAMATRA (Associação Nacional do Magistrados da Justiça), em 31 de agosto de 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo – Fatos e mitos**, vol. I, 4ª Edição. Tradução de Sérgio Millet, 1970, p. 9.

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p.34

BEZERRA, Juliana. Feminismo no Brasil. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/> Acesso em 21.07.2021.

BÍBLIA, N. T. João. *In*: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil, 2ª ed. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. 1664p.

BOHMAN, James. The division of labour in democratic discourse: **media, experts, and deliberative democracy**. P. 47 – 64. In: CHAMBERS, S; COSTAIN, A. (ED) *Deliberation, democracy and the media*. New York Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

CASTRO, Patricia. **O feminismo e a educação dos meninos**. Disponível em <https://www.todasfridas.com.br/2018/08/28/o-feminismo-e-a-educacao-dos-meninos/> Acesso em 21.07.2021.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: contexto, 2008

_____. "**O discurso propagandista: uma tipologia**", in Machado, Ida Lucia & Mello, Renato, *Análises do Discurso Hoje*, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010, p.57-78, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos (1981). Trad. Cristina de campos Velho Birk et al. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

D'ANGELO, Helô – "**Esses cartazes do século XIX parecem memes machistas atuais**". Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/esses-cartazes-do-seculo-xix-parecem-memes-machistas-atuais/> Acesso em 12/07/2021.

FALEI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordeste. In: **História das Mulheres no Brasil**. PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 241 – 277.

FERNANDES, Cláudio. "**A situação da mulher na Idade Média**"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia/a-situacao-da-mulher-na-idade-media.htm>. Acesso em 04 de maio de 2020.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Mídia e lugares de memória discursiva**. IN: *Mídia e redes de memória*. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Orgs). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 11-37.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Se me deixam falar – Trabalho da memória / Memória do Trabalho / Trabalho e Festa**. In: MORGA, Antonio. Org. *História das Mulheres de Santa Catarina*. Chapecó: ARGOS, 2001. p. 269 – 285.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Discurso, História e a Produção de Identidades na Mídia**. IN: *Mídia e redes de memória*. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Orgs). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2003.

_____. **Recitações de mitos: a História na lente da mídia**. In: GREGOLIN, Maria do Rosário V. (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da história*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

_____. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HYPENESS, Redação. Conheça a história por trás do cartaz símbolo do feminismo que não foi criado com essa intenção. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2017/12/conheca-a-historia-por-tras-de-rosie-o-cartaz-simbolo-do-feminismo-que-nao-foi-criado-com-essa-intencao/#>. Acesso em 13/07/2021.

KOTSCHO, Mariana. - **Feminismo materno: a luta pelos direitos das mulheres que são mães**. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/colunas/papodema/22_feminismo-materno-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres-que-sao-maes.html. Publicado em 28/08/2020. Acesso em 12/07/2021.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. Porto Alegre, Ensaios: *Práticas Discursivas e Identitárias – Sujeito e Língua*, v. 22, p. 9 - 33, Revista do PPG Letras da UFRGS, 2008.

LEONE, Igor. **Quantas mulheres cientistas você conhece?** Publicado em 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/quantas-mulheres-cientistas-voce-conhece/>. Acesso em 19/07/2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443 – 481.

_____. Movimento de Mulheres Camponesas. **Um 8 de março de muitas reivindicações**. 2007. Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/noticias/070307_release1_bsb.html. Acesso em 15 de Janeiro de 2020.

MAIA, Rousiley. **Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão**. In: CASTRO, Maria Ceres; MAIA, Rousiley (orgs.). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 153-172.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (re) ler Michel Pêcheux hoje (1990). Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MANCINI, P. (1999). **New frontiers em political professionalism**. *Political Communication*, 16 (3), p. 231 – 245.

MARCELINO, Giovanna. **As sufragistas e a Primeira Onda do feminismo**. Revista Movimento. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/sufragistas-primeira-onda-feminismo/>. Acesso em 04/05/2020.

MEYER, T. (2002). **Media democracy: how the media colonize politics**. Cambridge: Polity Press.

MONTEIRO, F. KIMBERLY, et, al. GRUBBA, S. Leilane. **A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: De Suffragettes às Sufragistas**. 2017.

MOUTINHO, Maria Rita; VALENÇA, Maslóva Teixeira. **A moda no século XX**. 1 ed. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

MC CLINTOCK, Anne [1954]. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien,. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 320

NASS DE LEDO, Ingrid. Año internacional de la química. **Rev. venez. oncol.**, Caracas v. 23, n. 4, p. 270-271, dic. 2011. Disponible em <05822011000400010&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 26/07/2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. RJ: Paz e Terra, 1993. Tradução: Marta Avancini.

PAYER, Onice, **O trabalho com a língua como lugar de memória**. Synergies Brésil nº 7 – 2009 p. 37 – 46.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (1975). Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009a.

_____. **Papel da memória** (1983). In.: ACHARD, Pierre (org.), *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes, 3.ed., Campinas - SP: Pontes Editores, 2010d.

_____. **Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação** (1978). In.: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.*, 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009b.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In.: GADET, Françoise e HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 59-158.

PERNOUD, Regine. **O Mito da Idade Média**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978. p. 95.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres. O Feminismo de “Segunda Onda”**. Corpo, Prazer e Trabalho. São Paulo> Contexto, 2007.

PITTA, Denise. **A era vitoriana - especial com a história, ilustrações, roupas e acessórios da época (1837 até 1901)**. Disponível em: <https://www.fashionbubbles.com/historia-da-moda/roupas-originais-da-era-vitoriana-1837-ate-1901/4277/>. Acesso em 15.07.2021.

PINTO, C. 1999. **Foucault e as constituições brasileiras: se encontram**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 2, jul.- dez.

_____. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo 2003.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das Mulheres no Brasil**.

RANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em:13/07/2021.

REDAÇÃO Mundo Estranho. **O que foi o movimento sufragista?**. Revista Superinteressante. Publicado em 18 de Abril de 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-o-movimento-sufragista/>. Acesso em 04/05/2020.

RIBEIRO, Amarolina. **“Mulher moderna”**; Brasil Escola. Disponível em><https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mulher-moderna.htm>. Acesso em 22 de junho de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. S134m **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza**. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p. 21cm

_____. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. Coleção Polêmica. p. 120.

_____. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.p. 266.

SEMIS, Laís. **Lições para educar crianças feministas** – Nova Escola. 01/03/2018, p.1. Acesso em 26/07/2021.

SEROT, Patrick. **Ethnos e Demos: A Construção discursiva da identidade coletiva**. Rua, Campinas, 7: 11 – 20, 2001

SILVA, Telma Domingues da. /Lara, Renata Marcelle.(Orgs.) **Mídia, produção textual e tecnologia: da leitura, das imagens e do digital**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. Caderno de Formação – Brasília, MMIRDH, 2016.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana** 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. In: Revista Estudos Feministas. Vol.5, Nº1, 1º semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ. p. 7-29.

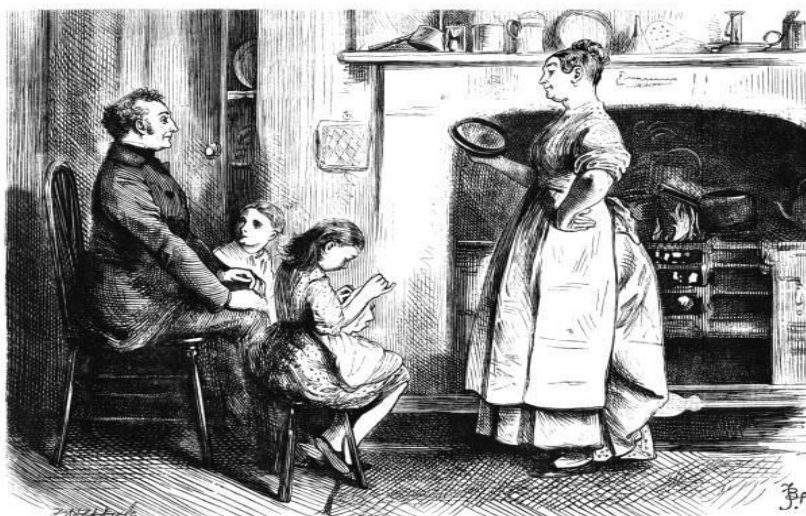
TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 179p.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo, 2008. WIKIPÉDIA. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nerd> Acesso em 21.07.2021

VARELLA, Paulo – **O que é feminismo?**- Disponível em: <https://arteref.com/feminismo/o-que-e-o-feminismo/> Abril 12, 2020.

ZOLIN, Lúcia Ozana. “Crítica Feminista”. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Ozana (orgs). Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2003a. pp.161-182.

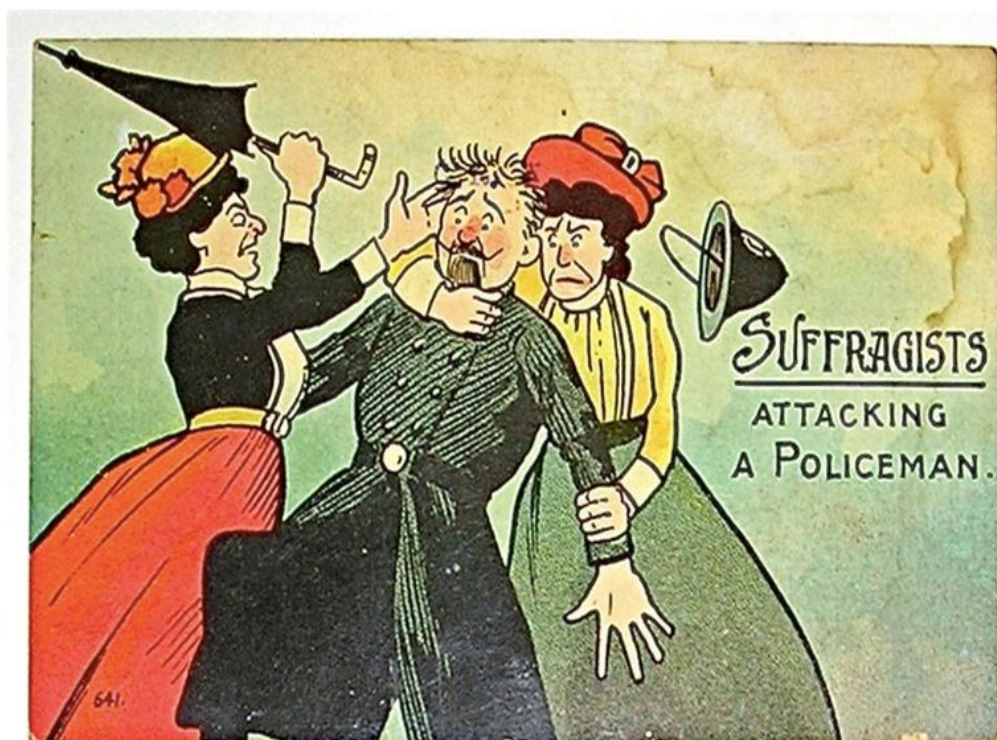
ANEXOS



Fonte: www.gettyimages.com.br/ilustra%3%B5es/middle-class



Fonte: www.sites.google.com/site/wkistoriacv2/home/idade-moderna/seculo-xix/seculoxix-opapeldamulhernasociedadeindustrializada



Fonte: www.super.abril.com.br/historia/essescartazes-doseculo-xix-parecem-memes-machistas-atuais

ASSIM, A VIDA É MELHOR

LIQUIDIFICADOR ELÉTRICO PARA FRUTAS E LEGUMES

BATEDORA ELÉTRICA VÁRIOS TAMANHOS

ESPALDOR ELÉTRICO EPEL NOSSA FABRICAÇÃO

CHUVEIRO ELÉTRICO EPEL NOSSA FABRICAÇÃO

RÁDIO DE TODOS OS TIPOS PARA TODOS OS PREÇOS

ENTRADA ELÉTRICA, ECONOMIA, PRÁTICA NA REDE DE ALIMENTAÇÃO, PERFILADO

Aparelhos elétricos de real utilidade para a conforto das donas de casa
PREÇOS ESPECIAIS PARA OS REVENDIDORES

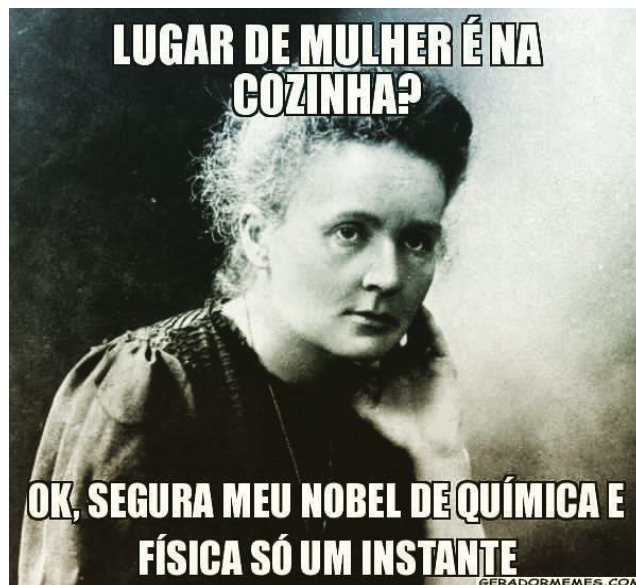
INDÚSTRIAS REUNIDAS INDIAN EPEL LTDA.
LARGO SÃO RENO 30 - FONE 3-1734

A MARCA DOS APARELHOS EPEL É RECONHECIDA POR SEUS PRODUTOS PARA AGRICULTURA PARA AGRICULTURA

Fonte: www.propagandashistoricas.com.br/2013/07/arno-casamento-anos-50html



Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/07/arno-casamento-anos-50.html>



www.pordentrodomundodascelulas.blogspot.com/2017/03/mes-das-mulheres.html



www.cultura.uol.com.br/noticias/colunas/papodemaes/22_feminismo-materno-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres-que-sao-maes.html